



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI**



INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

BRASÍLIA – DF, MARÇO DE 2015



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI**

Autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República

Diretor-Presidente

Renato da Silveira Martini

Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA

Maurício Augusto Coelho

Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização – DAFN

Pedro Paulo Lemos Machado

**Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração -
CGPOA**

Liomar Santos Torres

Procurador Federal -Chefe

André Pinto Garcia



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014 APRESENTADO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO E À SOCIEDADE COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL A QUE ESTA UNIDADE JURIDICIONADA ESTÁ OBRIGADA NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA IN TCU N° 63/2010, DA DN TCU N°134/2013, DA PORTARIA TCU N° 90/2014 E DAS ORIENTAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.

BRASÍLIA – DF, MARÇO DE 2015

SUMÁRIO

1.SUMÁRIO

<u>1 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO.....</u>	<u>11</u>
<u>1.1 Identificação da Unidade.....</u>	<u>11</u>
<u>1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....</u>	<u>11</u>
<u>1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade.....</u>	<u>12</u>
<u>1.3 Organograma Funcional.....</u>	<u>18</u>
<u>1.4 Macroprocessos Finalísticos.....</u>	<u>20</u>
<u>2 . INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA.....</u>	<u>22</u>
<u>2.1 Estrutura de Governança.....</u>	<u>22</u>
<u>2.2 Atuação da unidade de auditoria interna.....</u>	<u>22</u>
<u>2.3 Sistema de Correição.....</u>	<u>22</u>
<u>2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....</u>	<u>23</u>
<u>3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</u>	<u>26</u>
<u>3.1 Canais de acesso do Cidadão.....</u>	<u>26</u>
<u>3.2 Carta de serviços ao Cidadão.....</u>	<u>27</u>
<u>3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços.....</u>	<u>27</u>
<u>3.4 Acesso às informações da Unidade.....</u>	<u>28</u>
<u>3.5 Avaliação do desempenho da Unidade.....</u>	<u>28</u>
<u>3.6 Medidas Relativas à acessibilidade.....</u>	<u>28</u>
<u>4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....</u>	<u>29</u>
<u>4.1. Informações sobre o ambiente de atuação da unidade.....</u>	<u>29</u>
<u>5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....</u>	<u>34</u>
<u>5.1. Planejamento da Unidade.....</u>	<u>34</u>
<u>5.2. Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....</u>	<u>39</u>
<u>5.2.1 Programa Temático.....</u>	<u>39</u>
<u>5.2.2 Objetivo.....</u>	<u>39</u>
<u>5.2.2.1 Análise Situacional da Iniciativa.....</u>	<u>40</u>
<u>5.2.3 Ações – OFSS.....</u>	<u>49</u>
<u>5.2.3.1 Ações – OFSS - 10.20204.04.128.2038.4858.....</u>	<u>49</u>
<u>5.2.3.1.1 Análise Situacional.....</u>	<u>49</u>
<u>5.2.3.2 Ações – OFSS - 10.20204.04.125.2038.4912.....</u>	<u>53</u>
<u>5.2.3.2.1 Análise Situacional.....</u>	<u>53</u>
<u>5.2.3.3 Ações – OFSS - 10.20204.04.128.2038.4917.....</u>	<u>60</u>

5.2.3.3.1 Análise Situacional.....	60
5.2.3.4 Ações – OFSS - 10.20204.04.122.2101.2000.....	67
5.2.3.4.1 Análise Situacional.....	67
5.2.3.5 Ações – OFSS - 20.20204.04.301.2101.2004.....	73
5.2.3.1.5.1 Análise Situacional.....	73
5.2.3.6 Ações – OFSS - 10.20204.04.365.2101.2010.....	74
5.2.3.6.1 Análise Situacional.....	74
5.2.3.7 Ações – OFSS - 10.20204.04.331.2101.2011.....	75
5.2.3.7.1 Análise Situacional.....	75
5.2.3.8 Ações – OFSS - 10.20204.04.306.2101.2012.....	76
5.2.3.8.1. Análise Situacional.....	76
5.3 Informações sobre outros resultados da Gestão.....	77
5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional.....	77
5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços.....	77
6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	79
6.1 Programação e Execução das Despesas.....	79
6.1.1.1 Análise Crítica.....	79
6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	80
6.1.2.1.1 Análise Crítica.....	80
6.1.3 Realização da Despesa.....	80
6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	80
6.1.3.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	81
6.1.3.3 Análise Crítica da Realização da Despesa.....	81
6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda.....	82
6.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	82
6.3.1 Análise Crítica.....	83
6.4 Suprimento de Fundos.....	83
6.4.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....	83
6.4.2 Utilização de Suprimento de Fundos.....	83
6.4.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos.....	83
6.4.4 Análise Crítica.....	84
7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	85
7.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	85
7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade.....	85
7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho.....	86

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade.....	87
7.1.4 Irregularidades na área de pessoal.....	87
7.1.4.1 Terceirização Irregular de Cargos.....	88
7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas.....	88
7.1.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	89
7.2 Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários.....	89
7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância.....	89
7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	89
7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2.....	90
7.2.4 Contratação de Estagiários.....	90
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	91
8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	91
8.2 Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	91
8.2.1 Análise Situacional:.....	91
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	93
9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	93
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	102
10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	102
11 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	103
11.1 Tratamento de recomendações do OCI – Órgão de Controle Interno.....	103
11.1.1 – Recomendações do Controle Interno Atendidas no Exercício.....	103
11.1.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	105
11.2 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	106
11.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	106
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	109
12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	109
12.2 Conformidade Contábil.....	109
12.3 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	111
12.3.1 Declaração com Ressalva.....	111
12.4 Relatório de Auditoria Independente.....	111
Informações Sobre o Plano Plurianual PPA 2012-2015.....	118
RESULTADOS DAS FISCALIZAÇÕES E AUDITORIAS DOS PSC's.....	131
OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	131
OCORRÊNCIA DE FRAUDES.....	132
MEDIDAS A SEREM ADOTADAS.....	133

Lista de Quadros

Tabela 1- Quadro A.1.1.1 - Identificação da Unidade - Relatório de Gestão Individual.....	9
Tabela 2 - Quadro A.1.3 - Informações sobre Áreas Estratégicas.....	17
Tabela 3 - Quadro A.2.4 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da Unidade.....	22
Tabela 4 - Quadro A.5.2.2 - Identificação da Iniciativa.....	36
Tabela 5 - Quadro A.5.2.3.1 - Ações – OFSS – 2038.4858.....	44
Tabela 6 - Quadro A.5.2.3.2 - Ações – OFSS – 2038.4912.....	48
Tabela 7 - Quadro A.5.2.3.3 - Ações – OFSS – 2038-4917.....	54
Tabela 8 - Quadro A. 5.2.3.4 - Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da unidade – Ação 2101.2000.....	60
Tabela 9 - Quadro A.5.2.3.5 - Ação 2101.2004.....	65
Tabela 10 - Quadro A.5.2.3.6 - Ação 2101-2010.....	66
Tabela 11 - Quadro 5.2.3.7 - Ação 2101.2011.....	67
Tabela 12 - Quadro 5.2.3.8 - Ação 2101.2012.....	68
Tabela 13 - Quadro A.6.1.1 - Programação de Despesas.....	71
Tabela 14 - Quadro A.6.1.2.1 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	72
Tabela 15 - Quadro A.6.1.3.1 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total.....	72
Tabela 16 - Quadro A.6.2 - Despesas com Publicidade.....	74
Tabela 17 - Quadro A.6.4 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	74
Tabela 18 - Quadro A.6.4.1 - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo "B" e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	75
Tabela 19 - Quadro A.6.4.2 - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo "B" e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	75
Tabela 20 - Quadro A.6.4.3 - Classificação dos Gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	75
Tabela 21 - Quadro A.7.1.1.1 - Força de Trabalho da Unidade – Situação em 31/12/2014.....	77
Tabela 22 - Quadro A.7.1.1.2 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	77
Tabela 23 - Quadro A.7.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Unidade - Situação em 31/12/2014.....	78
Tabela 24 - Quadro A.7.1.2.3 - Quantidade de servidores da Unidade por nível de escolaridade - Situação em 31/12/2014.....	78
Tabela 25 - Quadro A.7.1.3 - Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	79
Tabela 26 - Quadro A.7.1.4.1 - Cargos e Atividades inerentes a categorias funcionais do Plano de Cargos da Unidade.....	80
Tabela 27 - Quadro A.7.2.1 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	81
Tabela 28 - Quadro A.7.2.2 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	82
Tabela 29 - Quadro A.7.2.4 - Composição do Quadro de Estagiários.....	82
Tabela 30 - Quadro A.82 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	84
Tabela 31- Quadro A.9.1 - Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014.....	86
Tabela 32 - Quadro A.10.1 - Aspectos da Gestão Ambiental.....	89
Tabela 33 - Quadro A.11.1.1 - Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no exercício.....	90
Tabela 34 - Quadro A.11.1.2 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	92



Tabela 35 - Quadro A.12.4.2 Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.....	96
---	--------------------

Lista de Figuras

Figura 1 - Infraestrutura de Chaves Públicas.....	13
Figura 2 - Organograma Funcional.....	16
Figura 3 - Mapa Estratégico do ITI.....	33
Figura 4 - Declaração do Pregoeiro.....	94

ANEXOS

Anexo 1 – Relatório de Acompanhamento das Ações Estratégicas – ITI – Exercício 2014.....	106
--	-----

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI**AUTARQUIA VINCULADA À CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA****INTRODUÇÃO****RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

O **Relatório de Gestão do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI**, Autarquia Federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República, refere-se ao exercício de 2014 e foi elaborado consoante a modalidade Relatório de Gestão Individual, conforme Anexo I da DN TCU nº 134/2013.

O Relatório de Gestão está estruturado conforme a Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134, de 04 de dezembro de 2013, composta por 13 itens, sendo que as partes B e C não são aplicáveis ao Instituto e os seguintes itens do referido Anexo não se aplicam à natureza do ITI ou, apesar de se aplicarem à natureza da Unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2014:

- 2.5 – Remuneração paga a Administradores
- 6.3 – Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos
- 6.5 – Transferências de Recursos
- 6.7 – Renúncias sob a Gestão da Unidade
- 6.8 – Gestão de Precatórios
- 8.2 – Gestão de Patrimônio Imobiliário
- 11.1 – Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU
- 11.3 - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário
- 12.2 – Apuração dos custos de programas e das unidades administrativas
- 12.5 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008
- 12.6 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976
- 12.7 – Composição Acionária das Empresas Estatais

No decorrer de 2015 o ITI cumpriu fielmente seu objetivo de garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, assentada em sua disponibilidade de 99,99%, ou seja, 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano. Ademais, investiu no desenvolvimento e implantação de novas tecnologias com vistas a garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos realizados com o uso do Certificado Digital da ICP – Brasil.

Realizou também as ações de auditoria e fiscalização dos Prestadores de Serviços Credenciados na ICP – Brasil, assim como promoveu pesquisas que permitiriam o aperfeiçoamento do das normas aplicáveis ao Sistema Nacional de certificação Digital.

Informações detalhadas sobre os avanços e realizações se encontram descritas junto às Ações Orçamentárias Finalísticas: 4858 – Promoção e Disseminação do Uso da Certificação

Digital ICP – Brasil, 4912 – Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviço de Certificação Digital e Normatização da ICP – Brasil e 4917 - Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil, presentes no capítulo 5 deste Relatório.

Os grandes desafios do Instituto têm sido:

- a) ***Estrutura organizacional e orçamentária defasada***, haja vista que o Instituto ainda opera com a mesma estrutura organizacional desde sua criação em 2002 e não dispõe de quadro de carreira e quadro de funcionários próprio, obrigando-o a valer-se de serviços terceirizados, que muitas vezes têm alcance limitado e forte impacto nas despesas discricionários de seu orçamento. Áreas críticas, como a de controle da infraestrutura de comunicações, redes, sistemas e segurança da informação da área meio sofrem com ausência de profissionais próprios e suficientes para a sua gestão. Na área finalística, essa limitação vai além, retardando avanços na área de pesquisa e desenvolvimento, uma vez que os recursos são alocados prioritariamente na operacionalização da Infraestrutura de Chaves Públicas, haja vista sua alta disponibilidade (24horas por dia, 7 dias por semana – 99.99%);
- b) ***Carência de profissionais especializados na área de pesquisa em C&T e Desenvolvimento Tecnológico***, o que obriga o Instituto a valer-se de Acordos de Cooperação e Termos de Descentralização de Créditos para garantir a compatibilidade do sistema com avanços de novas Tecnologias da Informação;
- c) ***Ausência de sede própria para integração do ambiente seguro***. Atualmente o Órgão ocupa um prédio monousuário alugado, sendo obrigado a manter o ambiente seguro nas dependências da Presidência da República, o que torna sua administração mais cara e complexa;
- d) ***Alta demanda de monitoramento do sistema com relação a tentativas de invasão e fraudes***, permanente investimento em interoperabilidade e crescente demanda por homologação de artefatos; e
- e) ***Alta demanda para pesquisa e alinhamento de padrões e normas internacionais***, com vista à interoperabilidade.

O Planejamento Estratégico 2015-2018, disponível no link: http://www.iti.gov.br/images/institucional/politicas/PLANEJAMENTO_ESTRATEGICO_ITI-2015-2018-versao-beta3.pdf, contempla ações específicas para a solução desses entraves institucionais.

Brasília/DF – 2015



I - PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 134/2013 – CONTEÚDO GERAL

1 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Tabela 1- Quadro A.1.1.1 - Identificação da Unidade - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Casa Civil da Presidência da República		Código SIORG: 047388
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação		
Denominação Abreviada: ITI		
Código SIORG: 047388	Código LOA: 20204	Código SIAFI: 243001
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 04.039.532/0001-93
Principal Atividade: Administração Pública em geral		Código CNAE: 8411600
Telefones/Fax de contato: (061) 3424-3850 / (061) 3424-3897 – FAX: (061) 3424-3910		
Endereço Eletrônico: iti.gabinete@iti.gov.br		
Página na Internet: http://www.iti.gov.br		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade		
Autarquia Federal criada por intermédio do Art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, inicialmente vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e, posteriormente vinculada à Casa Civil da Presidência da República, através do Decreto nº 4.566, de 1º de janeiro de 2003, revogado pelo Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007. Sua estrutura está definida no Decreto nº 4.689, de 7 de maio de 2003.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade		
A legislação pertinente à ICP Brasil – Medida Provisória, Decretos, Resoluções, Instruções Normativas e Portarias encontram-se disponíveis no link: http://www.iti.gov.br/legislacao . Nesse link também encontram-se disponíveis as normas da ICP – Brasil: Estrutura Normativa da ICP – Brasil, Documentos Principais, Manuais de Condutas Técnicas, Adendos, Manual de uso da marca ICP – Brasil, Plano de adoção de novos padrões criptográficos e Glossário ICP – Brasil.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade		
Manual de perguntas e respostas Jurídicas – ICP – Brasil , disponível no link: http://www.iti.gov.br/images/publicacoes/manuais/manual_per_pfe.pdf .		
Cartilha: O que é a Certificação Digital , disponível no link: http://www.iti.gov.br/images/publicacoes/cartilhas/cartilhaentenda.pd .		
Cartilha: Certificação Digital: Entenda e utilize , disponível no link: http://www.iti.gov.br/publicacoes/cartilhas/3893-certificacao-digital-entenda-e-utilize .		
“Conheça o significado das siglas mais importantes da Certificação Digital” , disponível no link: http://www.iti.gov.br/publicacoes/folders/3892-conheca-o-significado-das-siglas-mais-importantes-da-certificacao-digital		
“Certificado Digital: Saiba como obter um certificado digital e quais os benefícios para sua vida” , disponível no link: http://www.iti.gov.br/publicacoes/folders/3891-certificado-digital-saiba-como-obter-um-certificado-digital-e-quais-os-beneficios-para-sua-vida e		
“Revista Digital” , edições produzidas pelo ITI sobre os avanços e benefícios da Certificação Digital ICP – Brasil, exemplares disponíveis no link: http://www.iti.gov.br/publicacoes/revista-digital		

1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade

O *Instituto Nacional de Tecnologia da Informação-ITI* foi criado como autarquia federal pelo Art. 12 da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, com sede e foro no Distrito Federal, vinculada, na forma do Decreto nº 4.566, de 1º de janeiro de 2003, revogado pelo Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007, à Casa Civil da Presidência da República, com a finalidade de ser a Autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP – Brasil, que tem as seguintes competências:

- I – executar as políticas de certificação e as normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil;
- II – propor a revisão e a atualização das normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil;
- III – gerenciar os certificados das Autoridades Certificadoras de nível imediatamente subsequente ao seu, incluindo emissão, expedição, distribuição e revogação desses documentos;
- IV – gerenciar a lista de certificados emitidos, revogados e vencidos;
- V – executar as atividades de fiscalização e de auditoria das Autoridades Certificadoras – AC, Autoridades de Registro – AR e dos prestadores de serviços habilitados na ICP – Brasil, em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil;
- VI – aplicar sanções e penalidades, na forma da lei; e
- VII – emitir certificado para o funcionamento das AC, das AR e dos prestadores de serviço de suporte da ICP – Brasil.

Além das competências operacionais, cumpre ainda ao ITI:

- I – promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior;
- II – celebrar e acompanhar a execução de convênios e acordos internacionais de cooperação, no campo das atividades de infraestrutura de chaves públicas e áreas afins, ouvido o Comitê Gestor da ICP – Brasil;
- III – estimular a participação de universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento, nas atividades de interesse da área da segurança da informação e da infraestrutura de chaves públicas;
- IV – estimular e articular projetos de pesquisa científica e de desenvolvimentos tecnológicos voltados à ampliação da cidadania digital, por meio da utilização de certificação e assinatura digitais ou de outras tecnologias que garantam a privacidade, autenticidade e integridade de informações eletrônicas; e
- V – executar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil.

Ao ITI compete, ainda, na forma estabelecida pelo Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008, atuar como Secretaria Executiva do Comitê Gestor da ICP – Brasil, chefiada pelo Diretor-Presidente do ITI, no papel de Secretário Executivo do Comitê.

O **Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas – CG ICP – Brasil**, instituído pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, exerce a função de autoridade gestora de políticas da referida Infraestrutura e tem a função de:

- I – coordenar o funcionamento da ICP – Brasil;
- II – estabelecer a política, os critérios e as normas técnicas para o credenciamento das Autoridades Certificadoras – AC, Autoridades de Registro – AR, Autoridades de Carimbo do Tempo – ACT e demais prestadores de serviço de suporte à ICP – Brasil, em todos os níveis da cadeia de certificação;
- III – estabelecer a política de certificação e as regras operacionais da AC Raiz;
- IV – auditar e fiscalizar a AC Raiz e os seus prestadores de serviço de suporte;
- V – estabelecer diretrizes e normas técnicas para a formulação de políticas de certificado e regras operacionais das AC, AR e ACT e definir níveis da cadeia de certificação;
- VI – aprovar políticas de certificados e regras operacionais, credenciar e autorizar o funcionamento das AC, das AR, das ACT e demais prestadores de serviço de suporte, bem como autorizar a AC Raiz a emitir o correspondente certificado;
- VII – identificar e avaliar as políticas de infraestruturas de certificação externas, negociar acordos de certificação bilateral, de certificação cruzada, regras de interoperabilidade e outras formas de cooperação internacional, certificar, quando for o caso, sua compatibilidade com a ICP – Brasil, observado o disposto em tratados, acordos ou atos internacionais;
- VIII – aprovar as normas para homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital no âmbito da ICP – Brasil;
- IX – atualizar, ajustar e revisar os procedimentos e as práticas estabelecidas para a ICP – Brasil, de modo a garantir sua compatibilidade e promover a atualização tecnológica do sistema e a sua conformidade com as políticas de segurança; e
- X – aprovar seu regimento interno.

O Comitê Gestor da ICP – Brasil é uma autoridade gestora de políticas.

É composto por doze membros e respectivos suplentes, sendo cinco representantes da sociedade civil, integrantes de setores interessados e representantes dos seguintes órgãos:

- I - Casa Civil da Presidência da República, que coordena o Comitê;
- II – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- III – Ministério da Justiça;
- IV – Ministério da Fazenda;
- V – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- VI – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e
- VII – Ministério da Ciência e Tecnologia.

Os representantes da sociedade civil são:

- I – Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN;
- II – Associação de Juízes Federais do Brasil – AJUFE;
- III – Sociedade Brasileira de Computação – SBC;
- IV – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC
- V – Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico – Câmara Net.

Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)

A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil) é uma cadeia hierárquica e de confiança que viabiliza a emissão de certificados digitais para identificação virtual do cidadão. Observa-se que o modelo adotado pelo Brasil foi o de certificação com raiz única, sendo que o ITI, além de desempenhar o papel de Autoridade Certificadora Raiz (AC-Raiz), credencia e descredencia os demais participantes da cadeia, supervisiona e faz auditoria dos processos.

AC Raiz

A Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil (AC-Raiz) é a primeira autoridade da cadeia de certificação. Executa as Políticas de Certificados e Normas Técnicas e Operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil. Portanto, compete à AC-Raiz emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados das autoridades certificadoras de nível imediatamente subsequente ao seu.

A AC-Raiz também está encarregada de emitir a lista de certificados revogados (LCR) e de fiscalizar e auditar as Autoridades Certificadoras (ACs), Autoridades de Registro (ARs) e demais prestadores de serviço habilitados na ICP – Brasil. Além disso, verifica se as ACs estão atuando em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil.

ACs – Autoridades Certificadoras

Uma Autoridade Certificadora (AC) é uma entidade, pública ou privada, subordinada à hierarquia da ICP – Brasil, responsável por emitir, distribuir, renovar, revogar e gerenciar certificados digitais. Tem a responsabilidade de verificar se o titular do certificado possui a chave privada que corresponde à chave pública que faz parte do certificado. Cria e assina digitalmente o certificado do titular, onde o certificado emitido pela AC representa a declaração da identidade do titular, que possui um par único de chaves (pública/privada).

Cabe também à AC emitir listas de certificados revogados (LCR) e manter registros de suas operações sempre obedecendo às práticas definidas na Declaração de Práticas de Certificação (DPC). Além de estabelecer e fazer cumprir, pelas Autoridades Registradoras (ARs) a ela vinculadas, as políticas de segurança necessárias para garantir a autenticidade da identificação realizada.

AR – Autoridade de Registro

Uma Autoridade de Registro (AR) é responsável pela interface entre o usuário e a

Autoridade Certificadora. Vinculada a uma AC, tem por objetivo o recebimento, validação, encaminhamento de solicitações de emissão ou revogação de certificados digitais e identificação, de forma presencial, de seus solicitantes. É responsabilidade da AR manter registros de suas operações. Pode estar fisicamente localizada em uma AC ou ser uma entidade de registro remota.

ACT – Autoridade Certificadora do Tempo

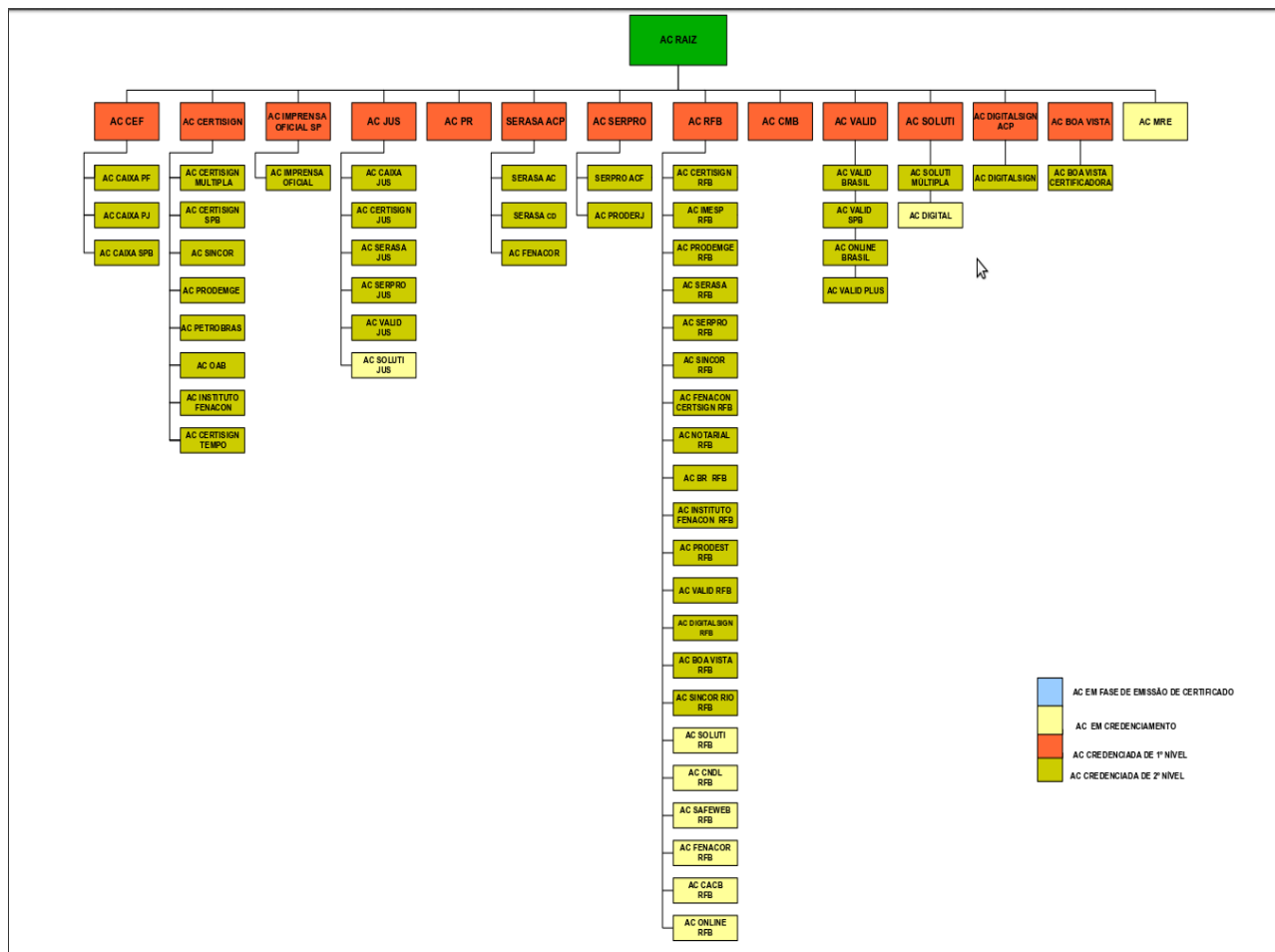
Uma Autoridade Certificadora do Tempo (ACT) é uma entidade na qual os usuários de serviços de Carimbo do Tempo confiam para emitir Carimbos do Tempo. A ACT tem a responsabilidade geral pelo fornecimento do Carimbo do Tempo, conjunto de atributos fornecidos pela parte confiável do tempo que, associado a uma assinatura digital, confere provar a sua existência em determinado período.

Na prática, um documento é produzido e seu conteúdo é criptografado. Em seguida, ele recebe os atributos ano, mês, dia, hora, minuto e segundo, atestado na forma da assinatura realizada com certificado digital servindo assim para comprovar sua autenticidade.

Estrutura da ICP – Brasil

A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil está composta das seguintes Autoridades Certificadoras de 1º Nível e de 2º Nível.

Figura 1 - Infraestrutura de Chaves Públicas





SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

Primeira Autoridade Certificadora de 1º nível credenciada pela ICP – Brasil, a empresa busca, desde a criação de seu Centro de Certificação Digital – CCD, em 1999, divulgar o uso dessa tecnologia para os vários segmentos com que trabalha.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Única instituição financeira credenciada como Autoridade Certificadora ICP – Brasil, a Caixa Econômica Federal tem trabalhado também para que a certificação digital integre serviços que resultem em melhoras para seus funcionários, clientes e titulares das contas de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

SERASA EXPERIAN

Autoridade Certificadora do setor privado, a Serasa fornece a segurança dos certificados digitais para quase todos os grupos financeiros participantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A Receita Federal do Brasil (RFB) disponibiliza uma grande quantidade de serviços com o objetivo de simplificar ao máximo a vida dos contribuintes, facilitando o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias para os que possuem certificados digitais ICP – Brasil.

CERTISIGN

A Certisign tem duplo foco no ramo da certificação digital. Além de fornecer a ferramenta tecnológica, o grupo desenvolve soluções para uso exclusivo com certificados digitais ICP – Brasil.

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Imprensa Oficial é a Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo credenciada para oferecer produtos e serviços de certificação digital para os poderes executivo, legislativo e judiciário, incluindo todas as esferas da administração pública, direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

AC JUS

A AC-JUS alavancou definitivamente a implantação da Certificação Digital no Judiciário com o desenvolvimento de aplicações para comunicação e troca de documentos, agora com validade legal, viabilizando dessa forma o advento do Processo Judicial Eletrônico (PJ).

AC PR

A AC PR foi criada em abril de 2002, por uma iniciativa da Casa Civil, no âmbito do governo eletrônico (e-Gov). A ACPR emite certificados para autoridades e servidores da Presidência da República e da Vice-Presidência da República e para autoridades e servidores do Poder Executivo Federal que necessitam utilizar certificado digital para autenticação em aplicativos

geridos pela PR.

CASA DA MOEDA DO BRASIL

Entre as mais antigas instituições públicas brasileira, a instituição consolida o objetivo de modernização de sua estrutura produtiva e administrativa, bem como se habilita para atender ao mercado de segurança na era virtual.

VALID CERTIFICADORA DIGITAL

A AC Valid, 10ª entidade a credenciar-se como AC de 1º nível, atua no mercado de certificação digital focando suas atividades em tecnologias que resultem na prestação de serviços. Além da emissão dos certificados, a Valid oferece serviços de tecnologia para infraestrutura de chaves públicas, consultoria e suporte no comando de processos e atividades de apoio a Autoridades de Registro.

SOLUTI CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Especializada em tecnologia da informação com atuação em todo o território brasileiro, em 2012 a Soluti tornou-se a 11ª Autoridade Certificadora (AC) de 1º nível vinculada a ICP – Brasil. A Soluti já atuava como Autoridade de Registro (AR) em vários estados do País oferecendo serviços, produtos e soluções em certificação digital.

AC DIGITAL SIGN

A Digitalsign é uma empresa portuguesa, que através da Digitalsign Certificadora – empresa brasileira, tornou-se a 12ª Autoridade Certificadora – AC de 1º nível da ICP – Brasil. Grupo é composto pelas empresas Digitalina Portugal, AET Europe e Thomas Greg & Sons.

AC BOA VISTA

A AC Boa Vista é a unidade de negócios de Certificação Digital da Boa Vista Serviços e completa a oferta da empresa com soluções para a tomada de decisões sustentáveis de crédito e gestão de negócios. Controlada por brasileiros, a Boa Vista opera o cadastro positivo no país e investe continuamente em tecnologia de ponta para atender à sua carteira de clientes em todo o território nacional.

1.3 Organograma Funcional

O ITI tem a seguinte **estrutura organizacional**:

I – órgão de assistência direta e imediata ao Diretor-Presidente:

- a) Gabinete; e
- b) Procuradoria Federal Especializada.

II – órgão seccional: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração;

III – órgãos específicos singulares:

- a) Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas; e
- b) Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Figura 2 - Organograma Funcional

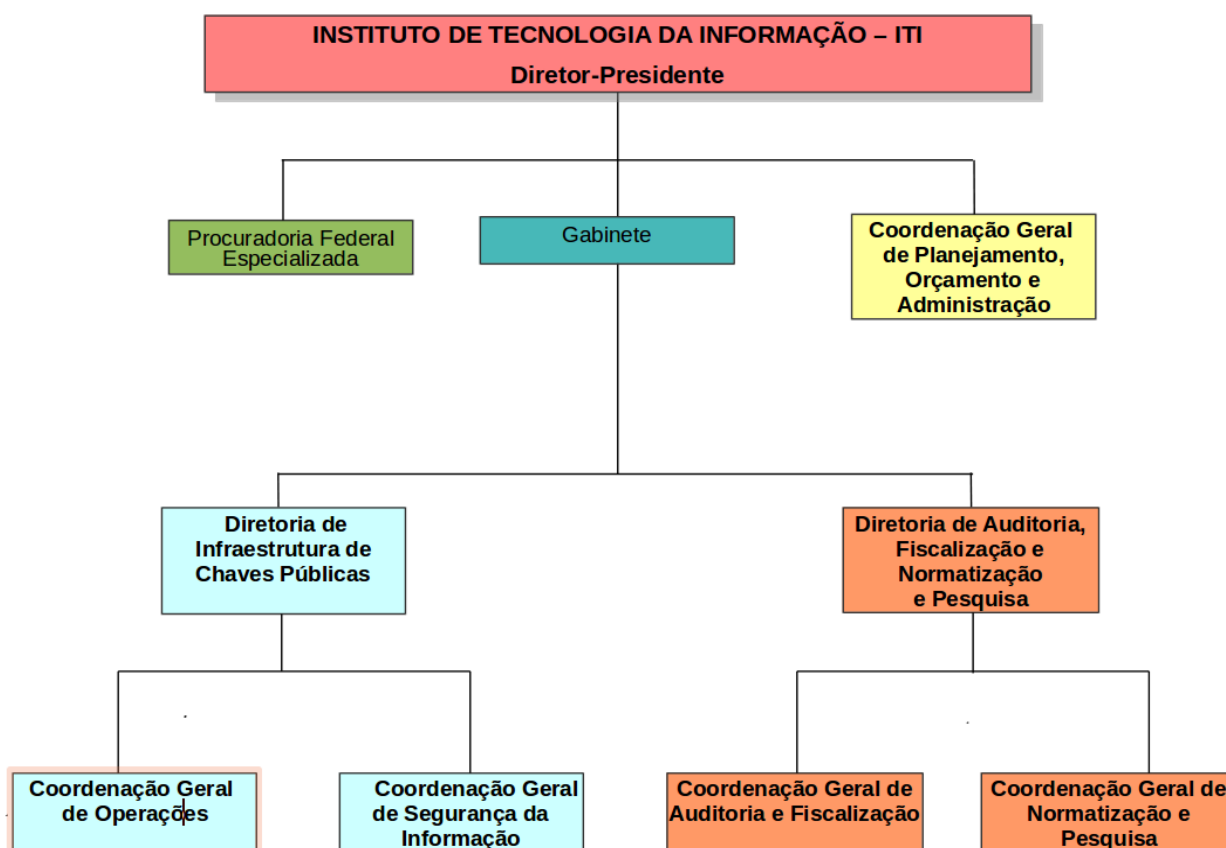


Tabela 2 - Quadro A.1.3 - Informações sobre Áreas Estratégicas

Áreas Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Presidência	Gestão do ITI	Renato da Silveira Martini	Diretor-Presidente	02 a 09/01 16/01 a 27/07 06/08 a 26/12/2014
Gabinete	Assistência direta e imediata à Presidência	Adriana Fetter Dias da Costa	Chefe de Gabinete	02/01 a 21/04 02/05 a 27/07 07/08 a 31/12/2014
Procuradoria-Geral Especializada	Assistência Jurídica	André Pinto Garcia	Procurador-Chefe	02/01 a 08/09 12/09 a 31/12/2014
Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração	Gestão de Planejamento, Orçamento e Administração de todo o suporte às ações finalísticas	Liomar Santos Torres	Coordenador Geral	02 a 05/01 22/01 a 13/07 29/07 a 31/12/2014
Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA	Operação, Manutenção e Modernização da ICP – Brasil	Maurício Augusto Coelho	Diretor	02/01 a 16/06 30/06 a 31/12/2014
Coordenação Geral de Operações	Operação do Sistema Nacional de Certificação Digital	André Machado Caricatti	Coordenador Geral	02/01 a 19/01 25/01 a 17/06 28/06 a 04/12 20/12 a 31/12/2014
Coordenação Geral Segurança da Informação	Gestão da Segurança da Informação do Sistema Nacional de Certificação Digital	José Rodrigues Gonçalves Júnior	Coordenador Geral	02/01 a 07/12 20/12 a 31/12/2014
Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normatização e Pesquisa – DAFN	Auditoria, Fiscalização das Entidades Credenciadas na ICP – Brasil e Normatização e Pesquisa voltadas à Certificação Digital	Pedro Paulo Lemos Machado	Diretor	02/01 a 30/11/2014
Coordenação Geral de Auditoria e Fiscalização	Auditoria e Fiscalização das Entidades Credenciadas na ICP – Brasil	Pedro Pinheiro Cardoso	Coordenador Geral	02 a 05/01 25/01 a 23/07 04/08 a 31/12/2014
Coordenação Geral de Normatização e Pesquisa	Normatização e Pesquisa em Certificação Digital	Wilson Roberto Hirata	Coordenador Geral	13/01 a 07/02 03/03 a 31/12/2014

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos estão centrados nas seguintes ações:

4858 – Promoção e Disseminação do uso da Certificação Digital – ICP – Brasil

4912 – Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviços de Certificação Digital e Normatização da ICP – Brasil

4917 – Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil

A Ação Orçamentária **4848 – Promoção e Disseminação do uso da Certificação Digital – ICP – Brasil** tem o objetivo de promover a Sensibilização e Capacitação para o uso da Certificação Digital – ICP – Brasil, de forma a proporcionar que a sociedade brasileira em geral saiba o que é a certificação digital, para que serve, onde e como usá-la, os benefícios e responsabilidades advindas de seu uso e proporcionar o desenvolvimento de profissionais qualificados para desenvolver e operar os sistemas responsáveis pelo ciclo de vida dos certificados digitais.

Para tanto são promovidos CertForuns, eventos e treinamentos em conjuntos as entidades credenciadas no âmbito da ICP – Brasil e de associações como a ABRID – Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital.

As ações desenvolvidas no exercício de 2014 para cumprimento dessa missão institucional estão detalhadamente relacionadas no item 5.2.3.1 deste Relatório.

A Ação Orçamentária **4912 – Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviços de Certificação Digital e Normatização da ICP – Brasil** tem o objetivo de certificar, por meio de auditorias e fiscalizações operacionais e de credenciamento, a conformidade dos processos, procedimentos operacionais e atividades dos Prestadores de Serviço de Certificação com as suas respectivas Declarações de Práticas de Certificação, suas Políticas de Certificação e de Segurança e demais documentos, regulamentações e normas gerais estabelecidos para a entidades em credenciamento ou integrantes da ICP – Brasil, cujas irregularidades devem ser acompanhadas até o cumprimento de suas correções. Abrange ainda a realização de pesquisas e a proposição de revisão, atualização e suplementação das normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil, observados os demais aspectos jurídicos sobre a matéria, com vistas a garantir a adoção de padrões de interoperabilidade e segurança compatíveis com as normas brasileiras e internacionais.

As ações desenvolvidas no exercício de 2014 para o atingimento dos objetivos estratégicos desta ação estão descritas no item 5.2.3.2 deste Relatório.

A Ação Orçamentária **4917 – Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil** tem o objetivo de operacionalizar, manter e modernizar o centro de produção principal e de contingência da Autoridade Certificadora Raiz da ICP - Brasil em regime de 24 horas por dia, 7 dias por semana, e 365 dias por ano, a uma taxa de disponibilidade de 99,99%; assim como garantir a adoção de tecnologias atualizadas, seguras e modernas, incentivando a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, que garantam a privacidade, a autenticidade e a integridade de transações e de documentos eletrônicos.

Para tanto são adotadas ações voltadas para:

- a) a promoção do relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior;
- b) a celebração e acompanhamento da execução de contratos, convênios, instrumentos congêneres e acordos internacionais de cooperação, no campo das atividades de infraestrutura de chaves públicas e áreas afins, ouvido o Comitê Gestor da ICP – Brasil;
- c) o estímulo à participação de universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento, nas atividades de interesse da área da segurança da informação e da infraestrutura de chaves públicas; E
- d) o estímulo e articulação de projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico voltados à ampliação da cidadania digital, por meio da utilização de certificação e assinatura digitais ou de outras tecnologias que garantam a privacidade, autenticidade e integridade de transações e documentos eletrônicos.

Nesse sentido, o Instituto mantém Acordos de Cooperação com universidades como é o caso da Universidade Federal de Santa Catarina – USFC, que desenvolve trabalhos de pesquisa e desenvolvimento do criptosistema, além de promover estudos de pós-graduação e doutorado na área de certificação digital, gerando *expertise* na área.

As ações desenvolvidas no exercício de 2015 para o cumprimento dessa meta institucional estão detalhadamente descritas no item 5.2.3.3 deste Relatório.

2. INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA

O item 2.5 – Remuneração paga a Administradores não se aplica ao ITI, visto que a Unidade não dispõe de quadro de servidores e suas funções de DAS são ocupadas, em sua maioria, por funcionários cedidos de outros Órgãos.

2.1 Estrutura de Governança

O ITI foi transformado em autarquia federal pela Medida Provisória 2.200-2, de 24/08/2001 e, de acordo com estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão, aprovados pelo Decreto 4.500/2002, não foi contemplado com a unidade de auditoria interna. A forma de atuação dos controles internos está demonstrada no Quadro A.3.1, item 3.2.

O ITI conta com o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI que assessora a alta direção quanto às questões relativas a demandas de tecnologia, em conformidade com as exigências legais.

No âmbito da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil o ITI participa do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas – CG ICP – Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que exerce a função de autoridade de políticas da ICP – Brasil. Participa ainda da Comissão Técnica Executiva do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – Cotec/CG-ICP-Brasil, que tem o objetivo de realizar estudos e pesquisas de cunho técnico sobre assuntos ligados à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

O Instituto pode se valer de auditorias externas, como é caso dos trabalhos realizados pela PriceWaterHouse, desde que destinados a verificar a conformidade de procedimentos da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil. A contratação permanente desse tipo de serviço tem sido afetada pela limitação orçamentária imposta, que vem reduzindo a cada ano os recursos orçamentários passíveis de movimentação e empenho, de forma que a contratação desses serviços tem sido pontual.

2.2 Atuação da unidade de auditoria interna

Em razão da inexistência de uma Unidade de Auditoria Interna na estrutura regimental do ITI, não foi desenvolvido qualquer trabalho de auditoria no âmbito da Autarquia, embora a situação esteja sendo tratada com a designação de um servidor para as funções de auditor interno. Entretanto encontra-se em fase de regularização, com o encaminhamento da referida indicação à CGU/PR, para análise e aprovação, e concomitante a elaboração e aprovação do regimento interno que contempla a sua atuação.

2.3 Sistema de Correição

Esta Unidade Jurisdicionada está vinculada, para fins de correição, à Secretaria de Controle Interno da Secretaria Geral da Presidência da República (CISSET/SG/PR), conforme determina § 3º do Art. 2º do Decreto nº 5.480, de 30 de julho de 2005, a qual exerce as atribuições de unidade seccional de correição dos órgãos integrantes da Presidência República e da Vice-Presidência da República.

A Presidência e a Vice-Presidência da República passaram a contar com estrutura correccional própria a partir da entrada em vigor do Decreto nº 7.688, de março de 2012, que em seu inciso XII

do Art. 21 do ANEXO I estabeleceu que aquela Setorial de Controle Interno atuaria na prevenção e apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, das entidades a eles vinculadas e da Vice-Presidência da República, por meio do acompanhamento, instauração e condução de procedimentos correccionais.

Após a criação da estrutura específica, a Ciset/SG/PR estabeleceu por meio da Portaria Ciset/SG/PR nº 13, de 21 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 24/12/2012, Seção 1, página 3/5, os procedimentos que seriam adotados para condução dos trabalhos correccionais na PR e VPR, dos quais podemos destacar os seguintes itens: i) inspeções de correição; II) acompanhamento na condução de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares; III) auxílio ao Gestor na tomada de decisões de procedimentos disciplinares; IV) realização do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em infrações disciplinares de menor gravidade; v) Processo Administrativo de Fornecedores, etc.

Destaca-se que no âmbito da Autarquia não foi registrado, no exercício de 2014, quaisquer ocorrências e irregularidades para subsequente instauração de processo de apuração e punição ao infrator.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Tabela 3 - Quadro A.2.4 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da Unidade

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela Unidade são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da Unidade é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da Unidade na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da Unidade.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela Unidade.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	

14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da Unidade ocasionada por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da Unidade, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela Unidade são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela Unidade possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela Unidade são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para Unidade é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela Unidade são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da Unidade é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da Unidade, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da unidade, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da Unidade é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da Unidade tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da Unidade tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica:					
A execução dos trabalhos de avaliação envolveu a participação das diversas áreas e buscou demonstrar a estrutura de Controles Internos desta Autarquia, evidenciando a suficiência desses controles para garantir, com razoável certeza, o cumprimento dos objetivos do Instituto em termos de eficiência, efetividade operacional, confiabilidade das informações e conformidade com as leis e normas aplicáveis.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					



(4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto

Importa salientar, contudo, que inobstante a criação do referido Órgão de Correição no âmbito da CISET/SG/PR, em nada se altera a competência originária desta Unidade Gestora quanto à instauração de procedimentos apuratórios, tendo em vista o que dispõe o Art. 143, da Lei 8.112/90 ou legislação equivalente.

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 Canais de acesso do Cidadão

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, possui os seguintes canais públicos que permitem interação com o cidadão:

- a) *Serviço de Informações ao Cidadão – SIC* – <http://www.iti.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/129-aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic/716-servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>

O resultados de consultas ao SIC no exercício de 2014 forma os seguintes:

QUANTITATIVO DE SOLICITAÇÕES VIA E-SIC / EMAIL SIC

Mês	VIA e-SIC	VIA EMAIL SIC
JANEIRO	8	11
FEVEREIRO	2	16
MARÇO	9	15
ABRIL	3	14
MAIO	9	10
JUNHO	6	17
JULHO	11	13
AGOSTO	11	4
SETEMBRO	5	14
OUTUBRO	3	13
NOVEMBRO	3	16
DEZEMBRO	6	14
TOTAL ANUAL	76	153

- b) *Portal oficial na Internet - ITI* - www.iti.gov.br - Em 2014, houve 959.614 visitas, sendo 956.539 visitantes únicos. Ao todo, a página foi visualizada 3.870.831. O tempo médio de visita é de 00:02:18. Essas informações são fornecidas pelo serviço gratuito do Google Analytics. Em comparação a 2013, isso reflete um aumento de 18.36% no número de visitas, um aumento de 41.62% em visualizações e um aumento de 3.21% no tempo médio de visita.

- c) *Portal Oficial do Fórum de Certificação Digital - CertForum* – certforum.iti.gov.br - Em 2014, houve 4.851 visitas, sendo 2.779 visitantes únicos. O tempo médio de visita é de 00:03:06. Essas informações são fornecidas pelo serviço gratuito do Google Analytics. Em comparação a 2013, isso reflete um aumento de 215.61% no número de visitas, um aumento de 212.77% no número de visitantes únicos e um aumento de 113.98% no tempo médio de visita.

Redes Sociais

Com foco na governança participativa combinada à facilidade de uso das plataformas de

mídias sociais que promovem o relacionamento entre a sociedade e governo, a ASCOM deu continuidade à presença do ITI nas redes sociais, e em 2014 utilizou-se do Twitter para divulgar links encurtados que redirecionavam para o sítio do Instituto. Houve um crescimento de 16.71% no número de seguidores, passando de 664 para 775.

Sua página no Facebook – facebook.com/iti.icpbrasil conta atualmente com 2159 opções 'curtir'. Houve um crescimento de 38.84% no número de opções 'Curtir'. Outra mídia utilizada pelo Instituto foi o canal de vídeos Youtube, onde a ASCOM disponibilizou 9 novos vídeos que tratam das reuniões do Comitê Gestor da ICP-Brasil, audiências públicas e etapas do 12º CERTFORUM. Houve um crescimento de 12.5% no número de arquivos.

3.2 Carta de serviços ao Cidadão

O Instituto não presta serviços diretamente ao cidadão, atua no credenciamento de entidades que prestarão serviços no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP – Brasil.

No entanto, apesar de não dispor de uma Carta de Serviços ao Cidadão, disponibiliza em sua página na Internet – www.iti.gov.br – informações sobre todos os serviços relativos ao Sistema Nacional de Certificação Digital, onde é possível encontrar cartilhas, folders e manuais sobre a matéria, assim, como toda as leis, normas e regulamentos aplicáveis à matéria e um Manual de Perguntas e Respostas Jurídicas. Caso o cidadão deseje uma informação mais específica, pode ainda contatar o Instituto por e-mail, redes sociais, etc.

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

Em virtude de limitação orçamentária, não foi possível a contratação de serviço especializado para mensuração da satisfação dos usuários de nossos canais. Registre que o ITI opera no mesmo patamar orçamentário há mais de quatro anos, sendo que os reajustes contratuais e despesas gerais vem sendo compensados com cortes em pessoal e investimento.

No entanto, o ITI encomendou estudo à Universidade Federal de Santa Catarina no sentido de avaliar o impacto socioeconômico da certificação digital.

O projeto foi desenvolvido no âmbito de quatro objetivos estratégicos:

- a) realizar mapeamento da situação atual da certificação digital ICP – Brasil;
- b) identificar e definir as dimensões de mensuração do impacto da certificação digital ICP – Brasil;
- c) propor um modelo de análise de impacto para a certificação digital ICP – Brasil; e
- d) identificar potencialidades e adversidades da certificação digital ICP – Brasil.

A pesquisa evidenciou que o principal fator motivacional para o uso da certificação digital tem sido a segurança da informação, que a torna necessária e imprescindível para as organizações e para o cidadão.

Benefícios advindos do uso da certificação digital tais como: segurança da informação, economia de papel, agilidade nos processos, acesso à informação, validade jurídica, redução de custos com atendimento presencial, redução de custos com espaço físico, otimização dos processos de TI, transparência e redução de custos com tramitação de documentos foram percebidos pelos

usuários de certificados digitais.

Por outro lado, barreiras como dificuldades para lidar com a ferramenta, complexidade de instalação, interoperabilidade dos certificados digitais em cartões e tokens, alto custo de aquisição, suporte ao sistema de certificação digital, logística de emissão de certificados, infraestrutura de comunicação brasileira, falta de informação/divulgação sobre certificados digitais, exclusão social e inclusão digital indicam a necessidade de investimentos na melhoria de processos e na democratização do uso do certificado digital.

O trabalho também avaliou a satisfação dos cidadãos usuários e clientes do produto, sendo que o resultado encontra-se disponibilizado na página do ITI: <http://www.iti.gov.br/publicacoes/academicas/4641-resultado-da-pesquisa-avaliacao-de-impacto-socioeconomico-da-certificacao-digital-no-brasil-e-apresentado1>.

3.4 Acesso às informações da Unidade

O ITI mantém uma página na Internet – www.iti.gov.br – onde disponibiliza todos os dados sobre o Instituto, tais como Planejamento Estratégico e o acompanhamento de cada uma das ações estratégicas, relatórios de gestão, organograma, composição do quadro de pessoal, legislação, normas e regulamentações aplicáveis, cartilhas, folders, manuais e revistas sobre certificação digital, informações técnicas e educativas sobre a ICP – Brasil, Comitê Gestor, dentre outras informações que possam interessar à sociedade.

3.5 Avaliação do desempenho da Unidade

Em virtude das sérias restrições orçamentárias, não tem sido possível a contratação de serviço especializado para mensuração da satisfação dos usuários de Certificação Digital. Porém o Instituto encomendou estudo à UFSC sobre a “Avaliação do Impacto Socioeconômico da Certificação Digital no Brasil”, cujo resultado encontra-se disponível em <http://www.iti.gov.br/publicacoes/academicas/4641-resultado-da-pesquisa-avaliacao-de-impacto-socioeconomico-da-certificacao-digital-no-brasil-e-apresentado1>.

3.6 Medidas Relativas à acessibilidade

Em relação às ações de comunicação social, o ITI cumpre as normas relativas à acessibilidade em sua página da internet conforme Decreto 5.296/2004. As informações sobre o tema estão disponíveis na página: <http://www.iti.gov.br/index.php/acessibilidade>.

O Portal ITI foi desenvolvido de forma a oferecer seu conteúdo a todas as pessoas, sejam elas com ou sem deficiência. A barra de acessibilidade acima do menu principal contém botões para aumentar, diminuir e voltar as fontes ao tamanho padrão do portal, e também, alterar o tom das cores de forma a realçar o conteúdo em detrimento do fundo da tela. Além disso, há alguns atalhos que podem ser utilizados pelos usuários de modo a facilitar a navegação pelo Portal. Com essas funcionalidades, os usuários do Portal ITI podem utilizar o sítio com mais facilidade.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1. Informações sobre o ambiente de atuação da unidade

A Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, deu início à implantação do sistema nacional de certificação digital da Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira – ICP – Brasil, criada com o objetivo de regulamentar a utilização da Certificação Digital no País.

O Certificado Digital funciona como uma carteira de identidade virtual que permite a identificação segura do autor de uma mensagem ou transação feita nos meios virtuais, como a rede de computadores – Internet. Tecnicamente, o certificado é um documento eletrônico que por meio de procedimentos lógicos e matemáticos assegura a integridade das informações e a autoria das transações.

O Certificado Digital contém dados de seu titular, tais como, número de registro civil, assinatura da Autoridade Certificadora que o emitiu, entre outros atributos, conforme consta na Política de Segurança de cada Autoridade Certificadora.

Portanto, quando se utiliza um certificado digital para gerar um documento eletrônico, inicia-se uma verificação dos dados e da validade do certificado, cujo processo se vale de chaves criptográficas criadas mediante o uso de matemática avançada. A cada entidade (pessoa, empresa, processo ou equipamento) é associada a um par de chaves criptográficas, cuja verificação é realizada pela Autoridade Certificadora que o emitiu de forma automática.

A Certificação Digital é uma ferramenta que confere segurança e validade jurídica a transações realizadas de forma virtual, ou seja, sem presença física do interessado, mas exigem a identificação inequívoca da pessoa que está processando o documento ou transação via Internet.

A certificação digital é uma ferramenta que garante integridade, autenticidade, segurança e validade jurídica aos atos praticados com seu uso, por essa razão é muito utilizada em operações de comércio eletrônico, assinatura de contratos, operações bancárias, iniciativas de governo eletrônico, diversas transações da Receita Federal e de comércio exterior, dentre muitas outras.

O Brasil conta com uma infraestrutura pública, mantida e auditada por uma entidade pública, no caso o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, a quem compete executar as políticas de certificação e as normas técnicas e operacionais estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil, bem como realizar os processos de credenciamento, fiscalização e auditoria das entidades que compõem a ICP – Brasil, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados e o nível de confiança que a sociedade deposita na Infraestrutura.

O ITI atua basicamente na operacionalização da Infraestrutura de Chaves Públicas no Brasil, conhecida como ICP-Brasil. Enquanto Autoridade Certificadora Raiz, o ITI executa políticas e diretrizes definidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil na área de certificação digital conforme estabelecido na MP 2.200-2. O ITI é o principal articulador das ações que envolvem as aplicações que venham a requerer tecnologias oriundas da ICP-Brasil, no caso principal, o certificado digital e também as tecnologias correlatas como a Assinatura Digital, que neste caso produz o mesmo efeito de uma assinatura de próprio punho, do ponto de vista legal.

O Brasil adota o conceito hierárquico de raiz única, ou seja, empresas privadas ou públicas que

queiram aderir à ICP-Brasil devem fazê-lo a partir do credenciamento junto ao ITI. O ITI não tem concorrentes diretos visto que não emite certificado digital ao usuário (cidadão ou empresa) final. Por outro lado, o ITI credencia, audita e fiscaliza a infraestrutura existente, que tem como principais atores: órgãos e entidades públicas e empresas privadas.

Conceitualmente podemos afirmar que *“a certificação digital é uma tecnologia auxiliar que permite que soluções tecnológicas digitais possam operar de forma segura, atestando a identidade do usuário, garantindo confidencialidade, autenticidade e o não repúdio nas transações assinadas eletronicamente, além de também permitir a troca de informações com integridade, sigilo e segurança.”* (fonte: relatório da UFSC sobre impactos da certificação digital no Brasil)

Neste contexto a certificação digital tem papel fundamental na operacionalização de quaisquer atividades em meio eletrônico que tenham como requisitos a segurança técnica e a segurança jurídica. Segurança técnica porque baseia-se em princípios matemáticos e computacionais para legitimar e validar ações em meio eletrônico; e segurança jurídica porque está amparada por legislação específica que dá a devida legalidade às ações produzidas em meio eletrônico.

Assim sendo, a certificação digital como o principal negócio do ITI, é pressuposto que o resultado das ações organizacionais tomadas pelo ITI venham a refletir diretamente na sociedade brasileira, principalmente nas atividades de serviço público, que via de regra, quando prestados de forma eletrônica devem assegurar alguns requisitos técnicos de segurança da informação. Estes requisitos são os princípios que norteiam a certificação digital: autenticidade, integridade, não repúdio, confidencialidade e legalidade.

O ITI tem como insumo básico tecnologia de ponta, tanto em hardware como em software, para assegurar, desenvolver, manter e prover com disponibilidade mínima de 99.99%, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP – Brasil, de forma a oferecer segurança, autenticidade, integridade, confidencialidade e validade jurídica a transações e documentos eletrônicos, formalizados com o uso de certificados digitais.

A atual estrutura da ICP – Brasil é utilizada cada vez mais em sistemas e aplicações de grande relevância para o desenvolvimento nacional, sendo aplicada nas áreas de Infraestrutura, Desenvolvimento Social Econômica e Produtiva e de Estratégia, Justiça e Defesa. No atual cenário, o Estado brasileiro também deve considerar a ICP-Brasil como uma infraestrutura crítica, que deve ser preservada, acompanhada e sustentada de modo a não trazer solução de continuidade aos inúmeros serviços que são prestados e que dependem fortemente das tecnologias e dos serviços prestados pelo ITI.

A criação da ICP-Brasil coincide com a criação do governo eletrônico no Brasil, em meados do ano de 2000. E como tal viabilizou nos últimos anos uma série de serviços desenvolvidos à luz do projeto de implementar o e-Gov no Brasil. A ICP-Brasil é hoje um sistema nacional que permite que transações eletrônicas possam ser executadas com um mínimo de segurança, seja para o Estado, seja para o cidadão.

A dinâmica do ambiente em que se insere o ITI traduz-se em ameaças, que são as situações que podem colocá-lo em risco, e oportunidades, que podem ser aproveitadas para impulsionar o seu desenvolvimento.

São consideradas **ameaças** ao desenvolvimento das atividades do ITI:

- ✓ Estrutura operacional e orçamentária defasada, haja vista que o Instituto ainda opera com a mesma estrutura organizacional desde sua criação em 2002 e não dispõe de quadro de carreira e quadro de funcionários próprio, obrigando-o a valer-se de serviços terceirizados, que muitas vezes têm alcance limitado e forte impacto nas despesas discricionárias de seu orçamento;
- ✓ Permanente avanço tecnológico em segurança da informação, o que exige cada vez mais investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias voltadas a garantir interoperabilidade e a segurança em transações e documentos eletrônicos;
- ✓ Avanço do uso da Certificação Digital em processos críticos para a sociedade brasileira, que impõem alta disponibilidade de serviços e permanente monitoramento de ataques de hackers, fraudes, e outras tentativas de invasão do sistema;
- ✓ Significativo crescimento da Infraestrutura de Autoridades Certificadoras e Prestadores de Serviços, o que exige cada vez mais recursos humanos, físicos e lógicos capazes de auditar e fiscalizar essa rede, como forma de garantir sua conformidade a padrões e procedimentos estabelecidas pela ICP – Brasil;

Por outro lado, o ambiente externo apresenta **oportunidades**, tais como:

- ✓ A Certificação Digital oferece ganhos em termos de economicidade, agilidade, segurança, validade jurídica em transações e documentos eletrônicos, cada vez mais visíveis, reconhecidas e valorizadas pela sociedade brasileira;
- ✓ Alta disponibilidade da ferramenta 24 horas por dia, 7 dias por ano, a uma taxa de 99,99%, o que garante seu uso e forma ininterrupta, a qualquer tempo e independente de sua localização;
- ✓ Crescente oferta de novas aplicações que se utilizam da Certificação Digital como ferramenta de segurança e validade jurídica tanto no âmbito governamental como privado;
- ✓ Ampla gama de aplicações públicas e privadas com potencial para uso da ferramenta;
- ✓ Publicação da Lei 12.682/2012, que concede ao documento eletrônico o mesmo valor legal do documento em papel, desde que utilizado o Certificado Digital padrão ICP – Brasil, como ferramenta exclusiva de segurança, confiabilidade e validação das operações em meio eletrônico. A Lei promoverá avanços importantes no uso de documentos eletrônicos e na utilização da certificação digital ICP – Brasil;
- ✓ Amplo desenvolvimento do e-commerce alicerçado no uso de certificado digital ICP – Brasil;
- ✓ Incentivo à desmaterialização de processos, no âmbito do Processo Eletrônico (PEN);
- ✓ O uso da Certificação Digital tem se revelado uma alternativa para a redução do custo Brasil e efetiva contribuição para a sustentabilidade (“Green Economy”), ao viabilizar ações que reduzem o consumo de papel, tinta, madeira e água; e

- }
✓ Desconhecimento da sociedade quanto aos benefícios da ferramenta.

Com relação ao ambiente interno, **os pontos fracos** que podem limitar a atuação e o desenvolvimento organizacional, tem a ver com as seguintes variáveis:

1. Estrutura organizacional e orçamentária defasada, haja vista que o Instituto ainda opera com a mesma estrutura organizacional desde sua criação em 2002 e não dispõe de quadro de carreira e quadro de funcionários próprio, obrigando-o a valer-se de serviços terceirizados, que muitas vezes têm alcance limitado e forte impacto nas despesas discricionários de seu orçamento. Áreas críticas, como a de controle da infraestrutura de comunicações, redes, sistemas e segurança da informação da área meio sofrem com ausência de profissionais próprios e suficientes para a sua gestão. Na área finalística, essa limitação vai além, retardando avanços na área de pesquisa e desenvolvimento, uma vez que os recursos são alocados prioritariamente na operacionalização da Infraestrutura de Chaves Públicas, haja vista sua alta disponibilidade (24horas por dia, 7 dias por semana – 99.99%);

2. Carência de profissionais especializados na área de pesquisa em C&T e Desenvolvimento Tecnológico, o que obriga o Instituto a valer-se de Acordos de Cooperação e Termos de Descentralização de Créditos para garantir a compatibilidade do sistema com avanços de novas Tecnologias da Informação;

3. Ausência de sede própria para integração do ambiente seguro. Atualmente o Órgão ocupa um prédio monousuário alugado, sendo obrigado a manter o ambiente seguro nas dependências da Presidência da República, o que torna sua administração mais cara e complexa;

4. Alta demanda de monitoramento do sistema com relação a tentativas de invasão e fraudes, permanente investimento em interoperabilidade e crescente demanda por homologação de artefatos;

5. Alta demanda para pesquisa e alinhamento de padrões e normas internacionais, com vista à interoperabilidade.

Em contrapartida, o ambiente interno apresenta como **pontos fortes**:

- }
✓ Benefícios da Certificação Digital ICP-Brasil: segurança, economicidade, eficiência no uso de recursos, redução de custos, agilidade, integridade, autenticidade, privacidade e validade jurídica em transações e documentos eletrônicos;
✓ Participação acadêmica em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico;
✓ Comprometimento e dedicação do quadro de DAS; composto por profissionais altamente capacitados com formação e experiência em TIC;
✓ Fomento e apoio tecnológico para o desenvolvimento de novas aplicações;
✓ Investimento no desenvolvimento de tecnologia nacional na área de segurança da

informação;

- ✓ Reconhecimento internacional, em especial na América Latina, como órgão de referência em segurança da informação.

O ITI já tomou várias iniciativas para contornar as questões aqui expostas, entretanto aguarda encaminhamento por parte do Ministério do Planejamento para que algumas das ações possam surtir efeito, como a criação de quadro próprio e de concurso para preenchimento de vagas.

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1. Planejamento da Unidade

O Instituto desenvolveu seu Planejamento Estratégico para o período de 2012-2014 e o documento encontra-se disponível em sua página institucional no endereço: www.iti.gov.br/institucional/politicas2.

A metodologia adotada para desenvolvimento de Planejamento Estratégico foi o sistema gerencial denominado *Balanced Scorecard* – BSC, que permite o alinhamento de objetivos, indicadores, metas e iniciativas, facilitando a atuação coordenada de todas as áreas frente às diretrizes estratégicas.

O *Balanced Scorecard* - BSC resume em um único documento indicadores de performance em quatro perspectivas, que, ajustadas à realidade do ITI, seriam:

- **Sociedade:** direcionamento das ações para atender as necessidades e expectativas dos usuários do serviço de Certificação Digital ICP – Brasil;
- **Processos Internos:** priorização dos processos de trabalho relevantes e sensíveis, no âmbito de uma estrutura organizacional compatível com a responsabilidade institucional, visando à melhoria constante e ao uso da melhor tecnologia para garantir a segurança de transações e documentos eletrônicos;
- **Aprendizado e Crescimento:** promoção do desenvolvimento das pessoas, da infraestrutura de recursos, da tecnologia e do conhecimento;
- **Orçamento:** destinação prioritária dos recursos orçamentários e financeiros para a realização dos objetivos e ações estratégicas.

O Planejamento Estratégico do ITI foi elaborado a partir de suas competências constitucionais, legais e normativas, previstas nos seguintes documentos (www.iti.gov.br/legislacao):

- a) [Medida Provisória nº 2.200-2](#), de 24 de Agosto de 2001. – Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, e dá outras providências.
- b) [Decreto nº 3.505](#), de 13 de Junho de 2000.- Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.
- c) [Decreto nº 3.872](#), de 18 de Julho de 2001. - Dispõe sobre o Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - Cipós-brasil, sua Secretaria-Executiva, sua Comissão Técnica Executiva e dá outras providências.
- d) [Decreto nº 3.996](#), de 31 de Outubro de 2001. - Dispõe sobre a prestação de serviços de certificação digital no âmbito da Administração Pública Federal.
- e) [Decreto nº 4.414](#), de 07 de Outubro de 2002. - Altera o Decreto no 3.996, de 31 de Outubro de 2001, que dispõe sobre a prestação de serviços de certificação digital no âmbito da Administração Pública Federal.
- f) [Decreto nº 4.689](#), de 07 de Maio de 2003. - Aprova a Estrutura Regimental e o

Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, e dá outras providências, e

g) [Decreto nº 6.605](#), de 14 de Outubro de 2008. - Dispõe sobre o Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP - Brasil, sua Secretaria-Executiva e sua Comissão Técnica Executiva – COTEC.

No âmbito do PPA 2012-2015, muito embora não tenha sob sua responsabilidade um programa temático específico, sua contribuição ao Governo, à Sociedade e ao Cidadão está inserida no contexto do **Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento de Gestão Pública**, no âmbito do **Objetivo** “Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação”, mais especificamente na **Iniciativa**:

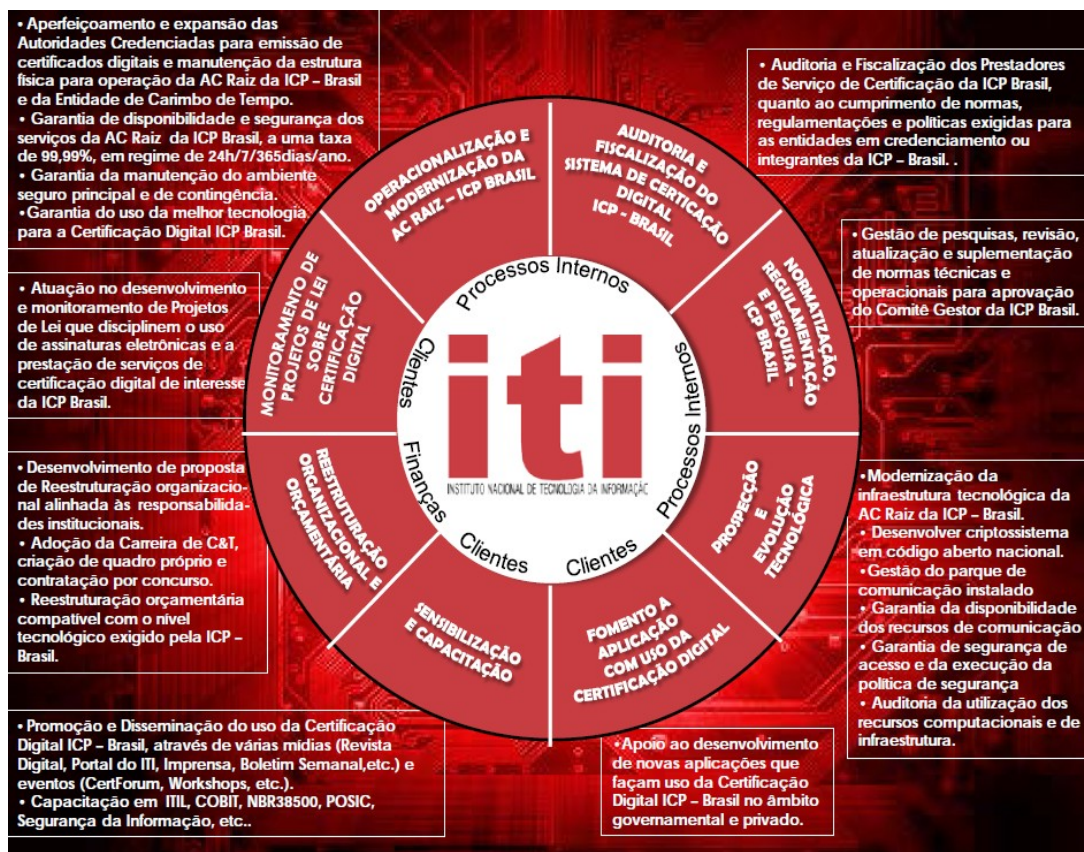
“Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digitais necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.”

Assim, as responsabilidades institucionais legais do ITI contemplam o desenvolvimento de ações para o atendimento das seguintes **Diretrizes Estratégicas**:

- I – Operacionalização, Auditoria e Fiscalização do Sistema Nacional de Certificação Digital;
- II – Normatização e Regulação;
- III – Prospecção e Evolução Tecnológica;
- IV – Fomento a aplicações com uso da Certificação Digital;
- V – Sensibilização e Capacitação;
- VI – Reestruturação Organizacional do ITI;
- VII – Reestruturação Orçamentária;
- VIII – Monitoramento de Projetos de Lei que disciplinem o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação de interesse da ICP Brasil.

O **Mapa Estratégico da Unidade** evidencia as principais ações desenvolvidas em cada eixo para o cumprimento da missão institucional.

Figura 3 - Mapa Estratégico do ITI



No âmbito orçamentário, o Instituto conta com as seguintes **ações finalísticas**:

4858 – *Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital ICP - Brasil*

4912 – *Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviços de Certificação Digital e Normatização da ICP – Brasil*

4917 – *Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil*

As ações orçamentárias para gestão da Unidade estão inseridas na programática 2101 – Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República – Ações 2000 – Administração da Unidade.

Sob o ponto de vista das despesas obrigatórias, o Instituto dispõe das seguintes ações:

09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus

Dependentes

- 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
- 2011 – Auxílio-transporte aos Servidores e Empregados
- 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
- 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos
- 00H1 – Pagamento de Pessoal Ativo da União.

O Instituto emvidou esforços para o cumprimento de metas de ações finalísticas nevrálgicas, assim como focou em eficiência e segurança nas ações da área de suporte, a saber:

- a) Operacionalização e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da AC – Raiz da ICP – Brasil;
- b) Garantia de uso da melhor tecnologia para Certificação Digital ICP – Brasil;
- c) Auditoria e Fiscalização do Sistema de Certificação Digital ICP – Brasil;
- d) Normatização, Regulamentação e Pesquisa – ICP – Brasil;
- e) Prospecção e Evolução Tecnológica, implícitas na modernização da infraestrutura tecnológica da AC-Raiz e no aperfeiçoamento do Criptossistema em código aberto nacional, além da gestão do parque de comunicação e da política de segurança;
- f) Fomento à aplicação com uso da Certificação Digital ICP – Brasil;
- g) Sensibilização e Capacitação para uso da Certificação Digital – ICP – Brasil; e
- h) Reestruturação organizacional e orçamentária.

A dinâmica do ambiente em que se insere o ITI traduz-se em ameaças, que são as situações que podem colocá-lo em risco, e oportunidades, que podem ser aproveitadas para impulsionar o seu desenvolvimento.

São consideradas **ameaças** ao desenvolvimento das atividades do ITI:

- a) Estrutura operacional e orçamentária defasada, haja vista que o Instituto ainda opera com a mesma estrutura organizacional desde sua criação em 2002 e não dispõe de quadro de carreira e quadro de funcionários próprio, obrigando-o a valer-se de serviços terceirizados, que muitas vezes têm alcance limitado e forte impacto nas despesas discricionárias de seu orçamento;
- b) Permanente avanço tecnológico em segurança da informação, o que exige cada vez mais investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias voltadas a garantir interoperabilidade e a segurança em transações e documentos eletrônicos;
- c) Avanço do uso da Certificação Digital em processos críticos para a sociedade brasileira, o que impõem permanente monitoramento de ataques, fraudes, e outras tentativas de invasão de sistemas computacionais;

- d) Significativo crescimento da Infraestrutura de Autoridades Certificadoras e Prestadores de Serviços, o que exige cada vez mais recursos humanos, físicos e lógicos capazes de auditar e fiscalizar essa rede, como forma de garantir sua conformidade a padrões e procedimentos estabelecidos pela ICP – Brasil e
- e) Desconhecimento da sociedade quanto aos benefícios da ferramenta.

Por outro lado, o ambiente externo apresenta **oportunidades**, tais como:

- a) A Certificação Digital oferece ganhos em termos de economicidade, agilidade, segurança e validade jurídica em transações e documentos eletrônicos, cada vez mais visíveis, reconhecidas e valorizadas pela sociedade brasileira;
- b) Alta disponibilidade da ferramenta 24 h/7dias/ano, a uma taxa de 99,99%, o que garante seu uso e forma ininterrupta, a qualquer tempo e independente de sua localização;
- c) Crescente oferta de novas aplicações que se utilizam da Certificação Digital como ferramenta de segurança e validade jurídica tanto no âmbito governamental como privado;
- d) Ampla gama de aplicações públicas e privadas com potencial para uso da ferramenta;
- e) Amplo desenvolvimento do *e-commerce* alicerçado no uso de Certificado Digital ICP – Brasil;
- f) O uso da Certificação Digital tem se revelado uma alternativa para a redução do custo Brasil e efetiva contribuição para a sustentabilidade (“*Green Economy*”), ao viabilizar ações que reduzem o consumo de papel, tinta, madeira e água; e
- g) Desconhecimento da sociedade quanto aos benefícios da ferramenta.

Com relação ao ambiente interno, os **pontos fracos** que podem limitar a atuação e o desenvolvimento organizacional, tem a ver com as seguintes variáveis:

- a) **Estrutura organizacional e orçamentária defasada**, haja vista que o Instituto ainda opera com a mesma estrutura organizacional desde sua criação em 2002 e não dispõe de quadro de carreira e quadro de funcionários próprio, obrigando-o a valer-se de serviços terceirizados, que muitas vezes têm alcance limitado e forte impacto nas despesas discricionárias de seu orçamento. Áreas críticas, como a de controle da infraestrutura de comunicações, redes, sistemas e segurança da informação da área meio sofrem com ausência de profissionais próprios e suficientes para a sua gestão. Na área finalística, essa limitação vai ainda além, retardando avanços na área de pesquisa e desenvolvimento;
- b) **Carência de profissionais especializados** na área de pesquisa em C&T e Desenvolvimento Tecnológico, o que obriga o Instituto a valer-se de Acordos de Cooperação e Termos de Descentralização de Créditos para garantir a compatibilidade

do sistema com os avanços de novas Tecnologias da Informação;

- c) **Ausência de sede própria** para integração do ambiente seguro. Atualmente o Órgão ocupa um prédio monousuário alugado, sendo obrigado a manter a sala cofre nas dependências da Presidência da República, o que torna sua administração mais cara e complexa;
- d) **Alta demanda de monitoramento do sistema** com relação a tentativas de invasão e fraudes, permanente investimento em interoperabilidade e crescente demanda por homologação de artefatos; e
- e) **Alta demanda para pesquisa** e alinhamento de padrões e normas internacionais, com vista à interoperabilidade.

Em contrapartida, o ambiente interno apresenta os seguintes **pontos fortes**:

- a) Benefícios da Certificação Digital ICP Brasil: segurança, economicidade, eficiência no uso de recursos, redução de custos, agilidade, integridade, autenticidade, privacidade e validade jurídica em transações e documentos eletrônicos;
- b) Participação acadêmica em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico;
- c) Comprometimento e dedicação do quadro de DAS;
- d) Fomento e apoio tecnológico para o desenvolvimento de novas aplicações;
- e) Investimento no desenvolvimento de tecnologia nacional na área de segurança da informação;
- f) Reconhecimento internacional, em especial na América Latina, como órgão de referência em Certificação Digital.

5.2. Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

5.2.1 Programa Temático

O ITI não dispõe de Programa Temático no âmbito do PPA – 2012-2015 sob sua responsabilidade. O Instituto responde por **Iniciativa** vinculada a **Objetivo** do **Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública**, razão pela qual deixamos de preencher os Quadros A.2.2.1 – Programa Temático e A.2.2.2. – Objetivo.

5.2.2 Objetivo

O ITI não dispõe de Objetivos em Programa Temático no âmbito do PPA 2012-2015 sob sua responsabilidade.

O Instituto é responsável pela **Iniciativa – Código 02D2**, vinculada ao **Objetivo 0605** do **Programa Temático 2038**, conforme abaixo:

Tabela 4 - Quadro A.5.2.2 - Identificação da Iniciativa

Código	02D2					
Descrição	<i>Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digitais necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.</i>					
Objetivo	<i>0605 – Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.</i>					
Programa	2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.750.000	5.628.000	4.582.291	3.035.208	72.838	640.093	3.035.208
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Massificação do uso de Certificados Digitais da ICP-Brasil	Qualidade	99,9%	99,9%	5.628.000	3.035.208

5.2.2.1 Análise Situacional da Iniciativa

A Certificação Digital permite que aplicações, como comércio eletrônico, assinatura de contratos, operações bancárias, iniciativas do governo eletrônico, entre outras sejam realizadas de forma virtual, via Internet, com segurança ao garantir a identificação inequívoca do cidadão, atribuindo ainda validade jurídica aos atos praticados com seu uso.

A **Iniciativa** para **Massificação do uso do Certificado Digital ICP – Brasil** foi desenvolvida no ano de 2014 no âmbito de quatro eixos principais:

- 1 – Sensibilização e Capacitação em Certificação Digital ICP – Brasil;
- 2 – Fomento a Aplicações que façam uso da Certificação Digital ICP – Brasil;
- 3 – Operação do Sistema Nacional de Certificação Digital ICP – Brasil e
- 4 – Evolução Tecnológica da Certificação Digital ICP – Brasil.

1 – Sensibilização e Capacitação: Proporcionar que a sociedade brasileira em geral saiba o que é a certificação digital, para que serve, onde e como usá-la, os benefícios e responsabilidades advindas de seu uso e proporcionar o desenvolvimento de profissionais qualificados para desenvolver e operar os sistemas responsáveis pelo ciclo de vida dos certificados digitais ICP – Brasil.

No intuito de divulgar e popularizar os benefícios da Certificação Digital, o ITI organizou o 12º CertForum – Fórum de Certificação Digital, realizado nos dias 27 e 28 de maio de 2014, em

Brasília.

O 12º CertForum reuniu representantes das iniciativas privada e pública e estudiosos para mesas e debates sobre a certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. O Fórum foi composto por nove mesas e mais de vinte palestrantes, que trataram de temas como a utilização do certificado digital no processo de desburocratização, o repasse de informações das empresas para o governo, as aplicações de estratégia e defesa nacional e na área da saúde.

O evento também teve como destaque o balanço sobre a atual gestão do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI e o debate sobre questões de direito e tecnologia.

O 12º CertForum foi realizado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI em parceria com a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital – Abrid, e teve o patrocínio das empresas Boa Vista Certificadora Digital, Certisign, Correios, Digitalsign, Gemalto, Kryptus, Scytl, Serasa Experian, Soluti e Valid Certificadora Digital.

O II Seminário Nacional de Certificação Digital, que aconteceu no dia 10 de abril 2014, em São Paulo, foi uma mostra da importância que a certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil vem atingindo nos últimos anos em diversos setores da economia brasileira. Com grande participação do público, o evento organizado pela Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital – Abrid e que ocorreu paralelamente a 19ª Cards, Payment & Identification, destacou aplicações que fazem uso da certificação no estado de São Paulo. O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, por meio de sua assessoria de comunicação social, apoiou o evento com a organização da grade de programação, contato com os palestrantes, inscrições e divulgação. Durante o II Seminário cases foram apresentados apontando as melhorias alcançadas, como as reduções de custos e o aumento na segurança das ações a partir do uso da tecnologia ICP-Brasil.

O ITI visitou o Centro de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro – CDCiber e o Centro Integrado de Telemática – CITEX do Exército Brasileiro, no dia 11/06/2014. O Objetivo principal do encontro foi a apresentação dos andamentos do projeto da Autoridade Certificadora da Defesa – AC Defesa.

Representantes do ITI ministraram palestra sobre a ICP – Brasil no Projeto “Quartas Arquivísticas”. O evento, realizado no dia 22/10/2014, é promovido pelo Arquivo Central da Universidade de Brasília – UNB, e tem por objetivo proporcionar um ambiente de reflexão e troca de ideias para aprimoramento das atividades arquivísticas, no caso o tema foi arquivologia e documentos eletrônicos.

O ITI também se reuniu com representantes da Associação Nacional de Certificação Digital – ANCD, que reúne representantes das Autoridades Certificadoras privadas de primeiro nível da ICP – Brasil. A reunião teve como tema principal o fortalecimento do processo de identificação do cidadão que comparece presencialmente para emissão do certificado digital ICP-Brasil.

O Instituto também esteve presente nos principais eventos voltados à segurança da informação, desmaterialização de processos, defesa cibernética e iniciativas afins, tais como:

- a) Congresso e Exposição TI & Varejo;

- b) Oficina sobre arenas multiúso em São Paulo;
- c) Primeira Edição do Fórum Nacional de Segurança da Informação;
- d) 7º Fórum de TI do Banrisul;
- e) II Seminário Nacional de Certificação Digital;
- f) 19º Carda, *Payment & Identification*;
- g) Encontro Multisetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet – NETmundial;
- h) XXIV – Convenção da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná – FACIAP, e
- i) XVI CONEC – Congresso Nacional dos Corretores de Seguros.

2 – Fomento a aplicações: Estimular o desenvolvimento e a implantação de aplicações que façam uso da Certificação Digital ICP – Brasil nos setores público e privado brasileiros.

A dimensão da importância da Certificação Digital no Brasil pode ser avaliada a partir de seu impacto no PIB Nacional. A atual estrutura da ICP – Brasil é utilizada cada vez mais em sistemas e aplicações de grande relevância para o desenvolvimento nacional, sendo aplicada nas áreas de Infraestrutura, Desenvolvimento Social, Econômica e Produtiva e Estratégia e Defesa, a saber:

Área de Infraestrutura	Mineral – PETROBRAS Comunicação – Correios Aeroportuário – INFRAERO Energia – ELETROBRAS e Companhia Paulista de Força e Luz Transporte – Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e
Área de Desenvolvimento Social	Saúde – Conselho Federal de Medicina, Conselho Federal de Odontologia, ANVISA, ANS, SIOPS – Transmissão da Declaração de Aplicação de Verbas Educação – MEC/PROUNI, FNDE, Carteira Nacional Estudantil, USP – Emissão de Diploma Virtual Desenvolvimento Social e Combate à Fome, FOME ZERO/FINEP Trabalho e Emprego – Conectividade Social – FGTS/CEF, RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, Registro de Entidades Cadastrais, HomologNet – Rescisões contratuais, Processo Judicial Eletrônico no STJ – e-STJ Previdência Social – INSS Cultura Esporte e Turismo – Lei da COPA, Fundiário – ITR/INCRA Meio Ambiente – Licenças Ambientais (CETESB) Conselho nacional de Seguros Privados – CNSP – comercialização de produtos relacionados a planos de saúde e previdência complementar E-Social – Sistema de Escrituração Fiscal das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas
Área Econômica e	Desenvolvimento, Indústria e Comércio – DNRC E INPI, SISCOMEX

Produtiva	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – Fiscalização de mercadorias de origem animal e vegetal importadas e exportadas. Econômico-Financeiro – SPB/BACEN, Contrato de Câmbio/BACEN, COMPENSAÇÃO ELETRÔNICA/BACEN-FEBRABAN Tributação – Porta-notas Fiscal Eletrônica, SPED, e-CAC, e-CPF, e-CNPJ, DIRE, DCTF/SRF, SUSEP/FENACOR e Conselho Federal de Contabilidade – CFC; COMPRASNET/MPOG
Área Estratégica e Defesa	Judiciário – Processo Eletrônico, Peticionamento Eletrônico, Urna Eletrônica (assinatura do software embarcado pelos partidos políticos), BACEN/JUDI, INFOJUS, Conselho Federal da Ordem dos Advogados/OAB, RENAJUD – Sistema de restrições judiciais de Veículos Automotores Relações Exteriores – Passaporte Eletrônico (ICAO/PF), Autoridades de Registro em representações Diplomáticas do Brasil no Exterior Atividades Notariais e de Registro – ANORGE, IRIB e aplicações estaduais – ABEP, PRODERJ, PODREST/ES, ATI/PE, PROCERGS, IMESP/SP, Sistema Integra permite troca de informações entre cartórios extrajudiciais e órgãos do poder judiciário através da Internet Defesa – instalação da futura Autoridade Certificadora do Ministério da Defesa

Sem a Certificação Digital, sistemas críticos da economia nacional podem ser paralisados, como é o caso do SPB – Sistemas de Pagamentos Brasileiro Nacional, do Sistema Nota Fiscal Eletrônica, aplicação que inibe a evasão fiscal, com ganhos em termos de redução de custo (papel, tinta, armazenagem, etc), padronização, facilidade no tratamento de dados eletrônicos, agilidade e segurança. **Dados disponíveis no Portal da Nota Fiscal Eletrônica indicam que foram autorizadas 10,846 bilhões de NF-e até 20/01/2015, emitidas por 1,089 milhão de contribuintes (base 12/01/2015).** Todas as emissões de Notas Fiscais eletrônicas se valem de Certificados Digitais da ICP – Brasil.

Também é fato que o uso do certificado digital assumiu expressiva importância para determinadas categorias profissionais, como contadores, médicos e advogados. Os contadores somente poderão acessar determinados sistemas da Receita Federal mediante o uso de certificados digitais. O mesmo ocorre com médicos para acesso a Prontuários Eletrônicos. No caso de advogados, o crescimento é ainda mais notório, tendo em vista a adoção em praticamente todo o Judiciário de processos eletrônicos que permitem que o trâmite jurídico seja feito integralmente por meio virtual.

Os números demonstram ainda que houve expansão em outras áreas que justificam o aumento nas emissões. Iniciativas como as ações internas dos governos municipais, estaduais e a União, cujo objetivo é dar transparência e combater possíveis fraudes é um aspecto que merece destaque.

Os destaques do exercício de 2014 ficaram por conta das seguintes aplicações:

- a) O novo passaporte eletrônico brasileiro será aderente ao diretório *Public Key Directory* – PKD da Organização da Aviação Civil Internacional – ICAO, agência especializada das Nações Unidas que promove a segurança e padroniza os aeroportos e passaportes no mundo. Com esta adesão, o passaporte brasileiro passará a ser

reconhecido nos *e-gates*, portões eletrônicos, dos aeroportos de todos os países aderentes ao sistema e serão assinados com certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

b) A Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas – Sefaz – AM implantou sistema que possibilita o parcelamento de débitos fiscais através da internet. A nova funcionalidade está disponível para os contribuintes que optarem pelo Domicílio Tributário Eletrônico – DT-e, e é necessário o uso do certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

c) O acesso ao Sisprouni – Sistema do Programa Universidade para Todos passa a ser realizado exclusivamente com a utilização do certificado digital da ICP – Brasil;

d) O Distrito Federal tornou obrigatória, a partir de 01.04.2014, a emissão de Notas Fiscais Eletrônicas para mais de 20 mil empresas de serviços e contribuintes do Imposto sobre Serviços – ISS;

e) Foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre o ITI e a Associação Brasileira de Operadores e Fornecedores para Arenas Multiúso – Abrarenas que objetiva o desenvolvimento de projeto-piloto para aplicação de tecnologias, como o certificado digital ICP – Brasil, no acesso às arenas multiúso;

f) A SEFAZ-SP – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo tornou obrigatório o uso de certificado digital ICP – Brasil para acesso à consulta de dados cadastrais dos contribuintes do ICMS no Cadesp;

g) Foi assinado Acordo de Cooperação entre o ITI e o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, cujos objetivos principais são a criação da Autoridade Certificadora AC Justiça Eleitoral e a produção de estudos sobre a viabilidade de utilização de registros biométricos da base de dados do TSE para emissão de certificados ICP – Brasil;

h) O Programa Minas Digital passou a divulgar a certificação digital ICP – Brasil. O projeto prevê a capacitação de funcionários para conceder suporte técnico ao advogado e a promoção de cursos de atualização sobre o PJ-e;

i) A transmissão da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ 2014 passou a exigir o uso do certificado digital ICP – Brasil;

j) O Tribunal de Justiça do DF e Territórios – TJDF/TT implantou, em 25/07/2014, o Processo Judicial Eletrônico – PJ-e. O PJ-e faz uso do certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil para possibilitar a execução dos atos processuais por meio eletrônico;

k) A Secretaria da Micro e Pequena Empresa – SMPE lançou, dia 08/10/2014 em Brasília, o Portal da Empresa Simples – www.empresasimples.gov.br. O novo portal tem por objetivo acelerar e facilitar o fechamento de empresas, que agora pode ser totalmente realizado por Internet, desde que seja executado mediante o uso do certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

- l) O acesso ao Sistema Documento de Origem Florestal – DOF, a partir de agosto/2014, exige o uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil. O sistema DOF representa a licença obrigatória para o controle do transporte de produto e subproduto florestal de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, e substitui a Autorização de Transporte de Produtos Florestais – ATPF;
- m) O Sindicato de Corretores de Seguros do Estado de São Paulo – SINCOR-SP apresentou, durante o último Congresso dos Corretores de Seguros – CONEC, o Portal de Assinaturas do Mercado de Seguros – AssinaSeg, que possibilita a assinatura de qualquer tipo de documento por meio do certificado digital no padrão ICP – Brasil;
- n) Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT tornou, a partir da Resolução nº 736, de 08/10/2014, obrigatório para os empregadores o uso do aplicativo “Empregador WEB”. Nele deve ser realizado o preenchimento do requerimento de seguro-desemprego e de comunicação de dispensa ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Para o preenchimento dos requerimentos é necessário o uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;
- o) A partir de 01/11/2014, tornou-se obrigatório o registro *online* do Número de Identificação Social – NIS. O registro pode ser feito por meio do Conectividade Social, da Caixa Econômica Federal, com o uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;
- p) A Receita Federal disponibilizou nos portais do Simples Nacional e do Centro Virtual de Atendimento – e-CAC um novo aplicativo que permite o parcelamento do Simples Nacional. O acesso à nova funcionalidade pode ser feito com o uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;
- q) O Processo Judicial Eletrônico – Pje entrou em funcionamento na Seção Judiciária do Distrito Federal – SJDF e no Tribunal Regional Federal da 1ª. Região – TRF1, a partir de 01/12/2014. O Pje é um sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ para automação do Poder Judiciário, e faz uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;
- r) Já está em funcionamento em todo o País, desde 08/11/2014, a Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, que reúne as ordens de indisponibilidade de bens imóveis decretadas pelo judiciário e por autoridades administrativas. O acesso ao sistema, bem como as assinaturas e informações ou outros documentos emitidos por meio deste, deve ser feito mediante o uso de certificado digital no padrão ICP – Brasil;
- s) A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG realizou, pela primeira vez no País, todo o procedimento de criação, assinatura e transmissão de um Contrato Social em ambiente totalmente digital. Tal processo foi possível graças ao uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;
- t) Comissão do Senado autorizou, através do PLS 167/2014, de 19/11/2014, o armazenamento digital de prontuários médicos, desde que a digitalização ou microfilmagem seja realizada com o certificado digital no padrão ICP – Brasil;

u) A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE disponibilizou um portal para assinatura digital de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARS. Com a ferramenta, que faz uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil, os documentos decorrentes de leilões regulados podem ser assinados de maneira mais simples e diretamente na Internet, por meio do Portal de Assinaturas CCEE;

V) O acesso ao Sistema Registrato – Extrato do Registro no Banco Central, pode ser feito com uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil. O Sistema do Banco Central – BC permite ao cidadão ter acesso de forma rápida e segura, pela Internet, às informações sobre suas operações de crédito e outros relacionamentos com o sistema financeiro.

X) A Junta Comercial do Estado de Alagoas – JUCEAL disponibilizou o “Junta Digital”, sistema *online* que automatiza todo o fluxo do processo empresarial. Com a nova plataforma, que faz uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil, os usuários têm a opção de realizar todo o procedimento de registro na Junta por Internet.

3 – Operação: Garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, ampliar a ICP – Brasil de modo a propiciar maior capilaridade pelo País, o que é necessário para prover acesso aos Certificados Digitais ICP – Brasil por todo e qualquer cidadão brasileiro.

No exercício de 2014, o ITI cumpriu fielmente seu objetivo de garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, assentada em sua disponibilidade de 99,99%, e investiu no desenvolvimento e implantação de novas tecnologias com vistas a garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos realizados com o uso do Certificado Digital ICP – Brasil.

A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira apresentou a seguinte evolução no exercício de 2014:

ENTIDADES CREDENCIADAS	2013	2014	CRESCIMENTO %
Autoridade Certificadora 1º Nível – AC	13	14	7,69
Autoridade Certificadora 1º e 2º Nível	57	67	17,54
Autoridade de Registro-AR – CNPJ	294	369	25,50
Instalações Técnicas Físicas	1.478	1.551	4,94
TOTAL	1.842	2.001	8,63

Fonte: ITI – Dezembro/2014

No período de janeiro a dezembro/2014, a ICP – Brasil credenciou 11 (onze) novas Autoridades Certificadoras – ACs de segundo nível, a saber: AC Sincor Rio RFB, vinculada à AC RFB; a AC Certisign Tempo, vinculada à AC Certisign; a AC Soluti Jus, vinculada à AC Jus; a AC Soluti RFB, vinculada à AC RFB; VALID JUS, vinculada à AC JUS; VALID PLUS, vinculada à VALID; ONLINE BRASIL, vinculada à AC VALID; AC CAIXA SPB, vinculada à AC CAIXA; AC DIGITAL, vinculada à AC SOLUTI; AC SAFEWEB RFB, vinculada à AC RFB e AC CNDL RFB, vinculada à AC RFB.

No mesmo período também foram credenciadas 5 (cinco) novas Autoridades de Carimbo do Tempo, a saber: ACTs Certisign, Valid, Bry, Quicksoft e SAFEWEB.

A capilaridade da ICP – Brasil, ou seja, a presença de pontos de atendimento espalhados pelo território nacional, também avançou. Os números demonstram que as principais áreas geradoras de riqueza e com infraestrutura de comunicação adequada já possuem pelo menos um ponto para aquisição de certificados digitais da ICP – Brasil.

Região	Quantidade de IT
CENTRO-OESTE	188
NORDESTE	209
NORTE	94
SUDESTE	793
SUL	272
TOTAL	1556

Fonte: ITI – Dezembro/2014

4 – Evolução: garantir que a Certificação Digital ICP – Brasil acompanhe a evolução tecnológica de modo a assegurar aos seus usuários o estado da arte em segurança da informação e, com isto, assegurar permanentemente segurança jurídica às transações e documentos eletrônicos.

No primeiro semestre de 2014, foi feita aquisição dos receptores GPS, que compõe parte da infraestrutura de rastreabilidade do Carimbo de Tempo. Foi contratado o serviço de manutenção continuada do Módulo de Segurança Criptográfica (HSM) da AC-Raiz, que armazena as chaves privadas das Autoridades Certificadoras.

A Raiz de Curvas Elípticas da Suíte B, supostamente vulnerável, foi revogada, no âmbito do processo de atualização da tecnologia de curvas elípticas, para uma futura emissão de nova raiz, valendo-se de curvas elípticas mais robustas. A adoção desse novo padrão de curvas elípticas *Brainpool* impõe a atualização da plataforma criptográfica, tanto hardware quanto de software, e está prevista para o exercício de 2015, após a homologação da nova versão do Sistema HSM.

Foram homologados sete novos equipamentos.

No que se refere à infraestrutura tecnológica, foram adquiridos os seguintes equipamentos:

- a) 8 (oito) *switches* FC;
- b) 1 (hum) *Storage*;
- c) 23 (vinte e três) placas HBA;
- d) 28 (vinte e oito) impressoras;
- e) 2 (dois) *tablets*;

- f) 2 (dois) receptores GPS;
- g) 1 (hum) relógio atômico;
- h) 1 (hum) *Time Code Translator*;
- i) 1 (hum) Sistema de Auditoria e Sincronismo de Tempo *Bry*; e
- j) 1 (hum) Sistema de Auditoria e Sincronismo da Plataforma *Ncipher*.

Parte desses equipamentos será utilizada para implantação de estrutura do Sistema de Carimbo de Tempo no site de Contingenciamento, haja vista que o sistema vem operando sem contingenciamento adequado.

Registre-se que continua premente a necessidade de implantação do nível 3 de segurança na Sede do ITI, de forma que o ambiente de segurança da DINFRA esteja compatibilizado com a Sala Cofre. A atual estrutura exige que determinadas atividades operacionais sejam executadas apenas no ambiente seguro.

Foi apresentada a primeira versão do assinador de atributos que permitirá administrar, gerenciar e operar todo o sistema de validação de certificados de atributos de uma entidade. O novo programa conta com versão para desktop e *webservice*.

Foi também disponibilizado tutorial de instalação do certificado ICP – Brasil para Ubuntu.

O ITI lançou o verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da ICP – Brasil, podendo ser acessado no sítio <https://verificador.iti.gov.br>, que tem por função aferir a conformidade de um arquivo assinado com certificado ICP – Brasil, de acordo com o DOC ICP – 15.

O ITI publicou Nota Técnica que traz esclarecimentos sobre a implementação de algoritmos criptográficos no ciclo de vida de certificados digitais no padrão ICP – Brasil e assinaturas digitais em relação ao plano de adoção de novos padrões criptográficos.

O Grupo de Combate às Fraudes teve ampla participação na Comissão Técnica Executiva da ICP – Brasil – COTEC/ICP – Brasil e trouxe diversas proposições de regulamentação para o fortalecimento da segurança no âmbito do processo de identificação do emissor do certificado digital.

Por fim, registre-se que o ITI ainda opera com a mesma estrutura desde sua criação, limitada a apenas 41 DAS, e sem dispor de quadro próprio de servidores, sendo obrigado a valer-se de mão de obra terceirizada para serviços de suporte, com grande impacto nas despesas discricionárias.

5.2.3 Ações – OFSS
5.2.3.1 Ações – OFSS - 10.20204.04.128.2038.4858

Tabela 5 - Quadro A.5.2.3.1 - Ações – OFSS – 2038.4858						
Código	10.20204.04.128.2038.4858			Tipo: Atividade		
Título	Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital ICP – Brasil					
Iniciativa	02D2 – <i>Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digitais necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.</i>					
Objetivo	0605 – <i>Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.</i>					
Programa	2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
60.000	60.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Eventos voltados à Divulgação do Uso da Certificação Digital ICP – Brasil		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
		5	5	2	2	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	0	0	0	

5.2.3.1.1 Análise Situacional

No exercício de 2014 foram desenvolvidas diversas ações para Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital ICP – Brasil, tanto no âmbito do ITI quanto das demais entidades interessadas nos benefícios da ferramenta.

Quanto à Disseminação da Certificação Digital ICP – Brasil, ressaltase que diversas transações passaram a exigir o uso de certificados digitais, tais como:

- a) O novo passaporte eletrônico brasileiro será aderente ao diretório *Public Key Directory* – PKD da Organização da Aviação Civil Internacional – ICAO, agência especializada das Nações Unidas que promove a segurança e padroniza os aeroportos e passaportes no mundo. Com esta adesão, o passaporte brasileiro passará a ser reconhecido nos *e-gates*, portões eletrônicos, dos aeroportos de todos os países aderentes ao sistema e serão assinados com certificado digital no padrão da

Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

b) A Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas – Sefaz – AM implantou sistema que possibilita o parcelamento de débitos fiscais através da internet. A nova funcionalidade está disponível para os contribuintes que optarem pelo Domicílio Tributário Eletrônico – DT-e, e é necessário o uso do certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

c) O acesso ao Sisprouni – Sistema do Programa Universidade para Todos passa a ser realizado exclusivamente com a utilização do certificado digital da ICP – Brasil;

d) O Distrito Federal tornou obrigatória, a partir de 01.04.2014, a emissão de Notas Fiscais Eletrônicas para mais de 20 mil empresas de serviços e contribuintes do Imposto Sobre Serviços – ISS;

e) Foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre o ITI e a Associação Brasileira de Operadores e Fornecedores para Arenas Multiúso – Abrarenas que objetiva o desenvolvimento de projeto-piloto para aplicação de tecnologias, como o certificado digital ICP – Brasil, no acesso às arenas multiúso;

f) A SEFAZ-SP – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo tornou obrigatório o uso de certificado digital ICP – Brasil para acesso à consulta de dados cadastrais dos contribuintes do ICMS no Cadesp;

g) Foi assinado Acordo de Cooperação entre o ITI e o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, cujos objetivos principais são a criação da Autoridade Certificadora AC Justiça Eleitoral e a produção de estudos sobre a viabilidade de utilização de registros biométricos da base de dados do TSE para emissão de certificados ICP – Brasil;

h) O Programa Minas Digital passou a divulgar a certificação digital ICP – Brasil. O projeto prevê a capacitação de funcionários para conceder suporte técnico ao advogado e a promoção de cursos de atualização sobre o PJ-e;

i) A transmissão da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ 2014 passou a exigir o uso do certificado digital ICP – Brasil;

j) O Tribunal de Justiça do DF e Territórios – TJDF/TT implantou, em 25/07/2014, o Processo Judicial Eletrônico – PJ-e. O PJ-e faz uso do certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil para possibilitar a execução dos atos processuais por meio eletrônico;

k) A Secretaria da Micro e Pequena Empresa – SMPE lançou, dia 08/10/2014 em Brasília, o Portal da Empresa Simples – www.empresasimples.gov.br. O novo portal tem por objetivo acelerar e facilitar o fechamento de empresas, que agora pode ser totalmente realizado pela Internet, desde que seja executado mediante o uso do certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

l) O acesso ao Sistema Documento de Origem Florestal – DOF, a partir de

agosto/2014, exige o uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil. O sistema DOF representa a licença obrigatória para o controle do transporte de produto e subproduto florestal de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, e substitui a Autorização de Transporte de Produtos Florestais – ATPF;

m) O Sindicato de Corretores de Seguros do Estado de São Paulo – SINCOR-SP apresentou, durante o último Congresso dos Corretores de Seguros – CONEC, o Portal de Assinaturas do Mercado de Seguros – AssinaSeg, que possibilita a assinatura de qualquer tipo de documento por meio do certificado digital no padrão ICP – Brasil;

n) Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT tornou, a partir da Resolução nº 736, de 08/10/2014, obrigatório para os empregadores o uso do aplicativo “Empregador WEB”. Nele deve ser realizado o preenchimento do requerimento de seguro-desemprego e de comunicação de dispensa ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Para o preenchimento dos requerimentos é necessário o uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;

o) A partir de 01/11/2014, tornou-se obrigatório o registro *online* do Número de Identificação Social – NIS. O registro pode ser feito por meio do Conectividade Social, da Caixa Econômica Federal, com o uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;

p) A Receita Federal disponibilizou nos portais do Simples Nacional e do Centro Virtual de Atendimento – e-CAC um novo aplicativo que permite o parcelamento do Simples Nacional. O acesso à nova funcionalidade pode ser feito com o uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;

q) O Processo Judicial Eletrônico – Pje entrou em funcionamento na Seção Judiciária do Distrito Federal – SJDF e no Tribunal Regional Federal da 1ª. Região – TRF1, a partir de 01/12/2014. O Pje é um sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ para automação do Poder Judiciário, e faz uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;

r) Já está em funcionamento em todo o País, desde 08/11/2014, a Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, que reúne as ordens de indisponibilidade de bens imóveis decretadas pelo judiciário e por autoridades administrativas. O acesso ao sistema, bem como as assinaturas e informações ou outros documentos emitidos por meio deste, deve ser feito mediante o uso de certificado digital no padrão ICP – Brasil;

s) A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG realizou, pela primeira vez no País, todo o procedimento de criação, assinatura e transmissão de um Contrato Social em ambiente totalmente digital. Tal processo foi possível graças ao uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;

t) Comissão do Senado autorizou, através do PLS 167/2014, de 19/11/2014, o armazenamento digital de prontuários médicos, desde que a digitalização ou microfilmagem seja realizada com o certificado digital no padrão ICP – Brasil;

u) A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE disponibilizou um portal para assinatura digital de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente

Regulado – CCEARS. Com a ferramenta, que faz uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil, os documentos decorrentes de leilões regulados podem ser assinados de maneira mais simples e diretamente na Internet, por meio do Portal de Assinaturas CCEE;

v) O acesso ao Sistema Registrato – Extrato do Registro no Banco Central, pode ser feito com uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil. O Sistema do Banco Central – BC permite ao cidadão ter acesso de forma rápida e segura, pela Internet, às informações sobre suas operações de crédito e outros relacionamentos com o sistema financeiro.

x) A Junta Comercial do Estado de Alagoas – JUCEAL disponibilizou o “Junta Digital”, sistema *online* que automatiza todo o fluxo do processo empresarial. Com a nova plataforma, que faz uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil, os usuários têm a opção de realizar todo o procedimento de registro na Junta por Internet.

Com relação às ações empreendidas pelo ITI destacam-se o CertForum, evento destinado a divulgar e popularizar os benefícios da Certificação Digital ICP – Brasil. O ITI organizou o 12º CertForum – Fórum de Certificação Digital, nos dias 27 e 28 de Maio, em Brasília.

O 12º CertForum reuniu representantes das iniciativas privada e pública e estudiosos para mesas e debates sobre a certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. O Fórum foi composto por nove mesas e mais de vinte palestrantes, que trataram de temas como a utilização do certificado digital no processo de desburocratização do repasse de informações das empresas para o governo, em aplicações de estratégia e defesa nacional e na área da saúde.

O evento também teve como destaque o balanço sobre a atual gestão do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI e o debate sobre questões de direito e tecnologia.

O 12º CertForum foi realizado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI em parceria com a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital – Abrid, e teve o patrocínio das empresas Boa Vista Certificadora Digital, Certisign, Correios, Digitalsign, Gemalto, Kryptus, Scytl, Serasa Experian, Soluti e Valid Certificadora Digital.

Em relação a Revista Digital foi feita a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de editoração e tradução com vistas à produção de duas edições da revista institucional do ITI – Revista Digital Ano 2013 e da edição de 2014. Além da contratação de empresa para impressão gráfica de cinco edições da revista Institucional do ITI – Sendo: 02 edições da Revista Digital Ano 2012, 02 edições da Revista Digital ano 2013 e 01 edição da Revista Digital ano 2014.

A Assessoria de Comunicação – ASCOM, área responsável pela interlocução entre a Instituição e o cidadão, publicou no primeiro semestre de 2014 15 edições do Boletim Digital. Durante o período eleitoral de 05/07/2014 a 28/10/2014, as ações de divulgação e publicidade do Instituto foram suspensas. A ação estava de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM-PR nº 6, que dispõe sobre a suspensão de publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal no período eleitoral de 2014. A partir do dia 27/10/2014, as edições do Boletim Digital foram reativadas, tendo sido emitidas 24 edições do informativo no ano de 2014.

5.2.3.2 Ações – OFSS - 10.20204.04.125.2038.4912

Tabela 6 - Quadro A.5.2.3.2 - Ações – OFSS – 2038.4912						
Código	10.20204.04.125.2038.4912		Tipo: Atividade			
Título	Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviço de Certificação Digital e Normatização da ICP – Brasil					
Iniciativa	02D2 – <i>Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digitais necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.</i>					
Objetivo	0605 – <i>Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.</i>					
Programa	2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.000	300.000	288.173	67.215	67.215	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Auditoria/Fiscalização realizada		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
		100	100	100	131	
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
9.762	0	9.762	0	0	0	

5.2.3.2.1 Análise Situacional

Através de ações de Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviço de Certificação – PSC, é feita a verificação do cumprimento das políticas, diretrizes e normas definidas pelo Comitê Gestor da ICP Brasil (CG/ICP-Brasil). Essas ações são divididas em:

➤ Auditorias Pré-operacionais e Operacionais,

➤ Fiscalizações e Análise, Avaliação de aprovação de relatórios de auditorias realizadas por terceiros, que juntas proporcionam a elevação dos níveis de qualidade e dos níveis de segurança nas operações eletrônicas e processos manuais, através da verificação dos procedimentos operacionais e tecnológicos adotados pelos Psc's.

DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS

Para o exercício de 2014 foram estabelecidas as metas abaixo, com o objetivo de transmitir confiança à comunidade de usuários dos serviços de Certificação Digital no Brasil, por meio de auditorias e fiscalizações nos PSC.

ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO	UNIDADES CONTROLADAS
Auditoria Operacional em AC	10
Auditoria Pré-operacional em AC	05
Auditoria Pré-operacional de ACT	03
Fiscalizações em AC	03
Fiscalização em AR	30
Análise de Credenciamento de AR	48
Credenciamento de Empresas de Auditoria	01
TOTAL	100

As auditorias pré-operacionais em AC de 1º nível, AC de 2º nível, AR e ACT são realizadas sob demanda, conforme são solicitados os credenciamentos desses PSC na ICP – Brasil. Já as auditorias operacionais anuais em AC de 1º nível são agendadas anualmente e revisadas trimestralmente e as fiscalizações realizadas a qualquer tempo.

RESULTADOS DAS FISCALIZAÇÕES E AUDITORIAS DOS PSC's

Resultados Quantitativos e Qualitativos alcançados

TIPO DE ATIVIDADE(A)	PREVISTO(B)	REALIZADO(C)	(C/B)
Auditoria Operacional em AC 1º nível	10	04	40%
Auditoria Pré-operacional em AC	05	11	220%
Auditoria Pré-operacional de ACT	03	05	167%
Fiscalizações em AC	03	07	233%
Fiscalizações em AR	30	27	90%
Análise de Credenciamento de AR	48	75	156%
Credenciamento de Empresas de Auditoria	01	02	200
TOTAL	100	131	131%

As metas físicas para 2014 se mantiveram em 100 auditorias e fiscalizações, bem como foi mantida a mesma quantidade de recursos humanos e recursos financeiros no valor R\$ 300.000,00, tendo sido empenhados R\$ 288.173,17.

Durante o exercício de 2014 os recursos destinados à realização de auditorias e fiscalizações foram suficientes para atendimento das metas estabelecidas e até ultrapassá-las, entretanto, as atividades necessárias às demandas da ICP – Brasil, necessitam ser acrescidas entre 25% e 30% ao ano por até 5 anos, elevando a quantidade de auditorias e fiscalizações e de recursos financeiros na

mesma proporção.

A meta física estabelecida para o ITI foi superada em 31%, o que é positivo considerando-se que a ICP – Brasil apresentou crescimento anual no número de entidades credenciadas de 20% em relação às entidades credenciadas em 2013 e, em relação à quantidade de certificados emitidos, apresentou um crescimento de 11,5%.

Esse crescimento ocorre desde 2007, portanto, as quantidades de auditorias e fiscalizações também necessitariam ser ampliadas nos mesmos patamares (entre 20% e 25%), e não uma base fixa de 100 auditorias e fiscalizações como atualmente ocorre. Obviamente devem ser acrescidos também recursos humanos e financeiros, por isso, entendemos que o nível de eficácia e confiança da sociedade no uso da certificação digital no padrão ICP Brasil tem sido levemente comprometido nos últimos anos, como consequência das tentativas de fraudes e fraudes consumadas quando da emissão de certificados digitais.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em 2014 foi utilizada intensamente pela Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização a base de informações, denominada SMC (Sistema de Monitoramento de Certificado), com os certificados emitidos pela AC a partir de 2010.

Essa base de dados está hospedada em 2 servidores do laboratório de auditoria com o objetivo de melhorar os procedimentos de auditorias e fiscalizações, especialmente quanto ao tratamento de grande volume de dados e cruzamentos de informações, possibilitando cada vez mais fiscalizações específicas com o objetivo de detectar disfunções do sistema ICP-BRASIL.

As ações de fiscalização foram direcionadas principalmente para identificação de fraudes na emissão de certificados digitais. As informações constantes da base de dados de certificados emitidos poderiam ser disponibilizadas para consulta às AC da ICP – Brasil. Essa demanda foi encaminhada em 2014 para a CGPOA/CODIS, tendo necessidade de sair do laboratório para processo produtivo com requisitos de segurança necessários para uso de sistemas de informação.

OCORRÊNCIA DE FRAUDES

Em 2014 foram significativas as ocorrências de fraude na ICP – Brasil com uso de documentos de identidade falsos.

A norma aprovada pelo CG ICP Brasil, Resolução nº 90 de 05 de julho de 2012, teve efeitos práticos a contar de janeiro de 2013 e evidenciou o que era previsto. Centenas de fraudes foram evitadas, e as não evitadas tiveram a sua ação interrompida com a detecção da fraude e revogação do certificado digital emitido com uso de documentos de identidade obtidos por meio de fraude. Vide quadro abaixo:

<i>AC</i>	<i>FRAUDE</i>	<i>TENTATIVA</i>	<i>TOTAL</i>
<i>AC Digitalsign RFB</i>	1	3	4
<i>AC IMESP RFB</i>	15	6	21
<i>AC SERASA RFB</i>	12	162	174
<i>AC Boa Vista RFB</i>	6	2	8
<i>AC BR RFB</i>	2	10	12
<i>AC Certisign RFB</i>	36	64	100
<i>AC SINCOR RFB</i>	9	6	15
<i>AC SERPRO RFB</i>	24	18	42
<i>AC SOLUTI MULTIPLA</i>	4	14	18

<i>AC</i>	<i>FRAUDE</i>	<i>TENTATIVA</i>	<i>TOTAL</i>
<i>AC VALID RFB</i>	14	11	25
<i>SERASA CD</i>	0	6	6
<i>SERPRO ACF</i>	0	3	3
TOTAL	123	305	428

FISCALIZAÇÕES – FRAUDES

Em decorrência da quantidade de tentativas de fraudes, até 31.12.2013 foram 188 tentativas de fraudes frustradas pelas AC e AR e 73 fraudes consumadas, as fiscalizações em 2014 concentraram-se em avaliar o processo de identificação dos titulares para a emissão de certificados digitais.

Em 2014 continuou o crescimento expressivo do número de fraudes, aumento de 56%, e das tentativas de fraudes, aumento de 60,6%. Em 2014 foi possível identificar fraudes na emissão de certificados por meio dos processos de Fiscalização e do cruzamento de informação na base de dados de certificados emitidos, bem como de informações fornecidas pela Caixa Econômica Federal e das próprias vítimas das fraudes.

Outra ação importante foi a manutenção do contrato pelo ITI/DAFN de empresa especializada em análise documentoscópica para auxiliar a DAFN tanto na avaliação das qualidades análises realizadas pela AC fazendo contra verificação, ou seja, em alguns casos reavaliando o mesmo documento de identidade já avaliado pelas AC, especialmente nos casos de fraudes consumadas.

MEDIDAS A SEREM ADOTADAS

Durante o ano de 2014 ocorreu um acréscimo na quantidade de Prestadores de Serviços de Certificação – PSC's vinculados a ICP – Brasil, como descrito abaixo, especialmente as AR (41%) e AC com 19% acarretando aumento das Atividades da Auditoria e Fiscalização, entretanto, não houve, em contrapartida, modificação na disponibilidade de recursos humanos alocados na DAFN.

EVOLUÇÃO DA ICP BRASIL

Credenciamentos	2011	2012	2013	2014	Acréscimo em 2014
Autoridades Certificadoras	42	46	52	62	19%
Autoridades de Registro	178	238	294	387	41%
Instalações Técnicas Físicas	1109	1354	1478	1575	6%
Auditores Independentes	13	14	14	15	0%
Qtde Municípios com IT	338	437	488	501	3%
Certificados emitidos	1.937.198	2.107.225	2.229.440	2.553.708	11,5%
Tentativas/fraudes na emissão de certificado	8	43	178	424	280%

SITUAÇÃO EM 31.12.2014

A solução adotada neste exercício e que vem sendo paulatinamente incrementada para enfrentar esta situação é a implementação de sistemas informatizados, visando suprir a deficiência

de recursos humanos através da automação de processos e adaptação de procedimentos, usando ferramentas que agreguem o conhecimento de todos os profissionais da DAFN.

Esta estratégia objetiva a redução no tempo de auditoria e a possibilidade de direcionamento das atividades de fiscalização a itens específicos, facilitando, inclusive, a atividade de avaliação à distância para requisitos e itens previstos nas Resoluções, dispensando a ação presencial do Fiscal e, possibilitando a realização de testes em maior quantidade com maior qualidade.

Em 2014 não foi possível cumprir a meta de auditoria operacional de AC em decorrência do aumento expressivo nos pedidos de credenciamento de novas AC (19%, ou 10 novas AC). Quanto às metas de fiscalização de AR que não foram cumpridas na sua totalidade apenas 90%, houve de fato uma decisão operacional para centralizar a fiscalização na AC à qual pertenciam um grupo de AR, sendo portanto ultrapassado a meta de fiscalização de AC e ficando um pouco abaixo da meta de fiscalização de AR.

Desta forma no item fiscalização AC e AR, a meta final foi alcançada e até ultrapassada em uma unidade. Com a quantidade de auditores/fiscais sem acréscimo desde 2003 foi necessário deixar de realizar algumas tarefas para compensar a realização de outras. Neste exercício foi necessário realizar mais auditorias de credenciamento em detrimento às fiscalizações que poderiam e deveriam ser quantidade maior.

Outras atividades descritas no item 3 não trazem consequência no atingimento da meta física, entretanto, para efeito de manutenção da cadeia de confiança apresenta sério risco à ICP – Brasil uma vez que a quantidade de AC e AR cresceu 13 e 23% e a capacidade de auditar e fiscalizar permanece estabilizada, assim, desde 2005 temos a mesma meta de 100 auditorias/ano.

Por um lado temos a certeza de que é necessário aumentar a quantidade de auditorias e fiscalizações no mínimo em proporções iguais ao do crescimento das entidades e emissões de certificados, mas as limitações de recursos humanos nos impede de realizar as ações que a demanda requer.

Já foram encaminhadas à direção do ITI e posteriormente ao Ministério do Planejamento e Casa Civil estudo e proposta para suprir o quadro de servidores da DAFN/ITI, entretanto, ainda não houve atendimento.

NORMATIZAÇÃO E PESQUISA

A Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa (CGNP) vem realizando trabalhos de revisão, manutenção e proposição de normas técnicas e operacionais relacionadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). Neste sentido, vem constantemente estudando e acompanhando os padrões, regulamentos, recomendações e especificações internacionais relacionadas à ICP-Brasil.

Em 2014, foram aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil (CG ICP-Br) e publicadas pela CGNP 2 (duas) Resoluções. Estas normas são elaboradas e/ou atualizadas pela CGNP. Segue a relação dessas Resoluções:

- **Resolução nº 102** – Aprova a versão 4.7 do Documento Critérios e Procedimentos para Credenciamento das Entidades Integrantes da ICP-BRASIL (DOC-ICP-03).
- **Resolução nº 103** – Aprova a versão 5.3 do Documento Requisitos Mínimos para as Políticas de Certificado na ICP-BRASIL (DOC-ICP-04).

Nesse mesmo período, foram aprovadas pelo ITI 4 (quatro) Instruções Normativas, que suplementam as regulamentações aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Segue a relação dessas Instruções Normativas:

- **Instrução Normativa nº 01** – Regulamenta a Criptografia de Curvas Elípticas Brainpool para Geração de Chaves Assimétricas no Âmbito da ICP-BRASIL (DOC-ICP-01.01).
- **Instrução Normativa nº 02** – Procedimentos para Homologação de Equipamentos não Contemplados nos Manuais de Conduta Técnica, no Âmbito da ICP-BRASIL (DOC-ICP-10.08).
- **Instrução Normativa nº 03** – Esclarece a Manutenção do Algoritmo de Resumo *SHA-1* e o Tamanho de Chaves Assimétricas RSA para Preservar Compatibilidade com Certificados Digitais Emitidos antes de 2012.
- **Instrução Normativa nº 04** – Aprova a versão 4.0 do Manual de Conduta Técnica Nº 01, Volumes I e II, Referentes à Homologação de Cartões Criptográficos no Âmbito da ICP-BRASIL (MCT 1 – Vol I e II).

Conforme disposto no Art. 8º do Decreto 4.689 de 7 de maio de 2003, é atribuição da **DAFN** a definição dos diversos *Object Identifier* – OID. Em 2014, foram criados 52 (cinquenta e dois) novos OID, distribuídos em 15 (quinze) novos pedidos de credenciamento de ACs ou ACTs. A publicação dos OID são efetuadas por meio do Adendo ADE-ICP-04.01, que se encontra em sua versão 2.14, disponibilizado no sítio do ITI.

Ainda no sítio do ITI foram disponibilizadas as seguintes publicações que tem como objetivo principal a transparência e esclarecimentos à sociedade e entidades envolvidas.

- **Nota Técnica nº 001/2014** – Esclarecimento sobre a implementação de algoritmos criptográficos no ciclo de vida de certificados digitais e assinaturas digitais em relação ao plano de adoção dos novos padrões criptográficos, conforme Resolução Nº 65 de 09/06/2009, alterada pela Resolução Nº 68 de 13/10/2009.
- **Consulta Pública sobre o Manual de Conduta Técnica 1** – MCT – volumes 1 e 2, que trata sobre os requisitos técnicos a serem observados no processo de homologação de cartões criptográficos no âmbito da certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.
- **Portaria nº 29, de 11 de Junho de 2013** que dispõe sobre a celebração de **Termo de Ajustamento de Conduta – TAC** no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-BRASIL, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, páginas 1 a 3 em 12 de junho de 2013.

Foram ainda elaborados e submetidos os seguintes documentos normativos para apreciação das instâncias superiores:

- Proposta de regulamentação de processo para a autorização de uso de novos dispositivos de hardware criptográficos ainda não contemplados por MCTs e, portanto, excluídos do processo regular de homologação (INMETRO e/ou LEA);
- Proposta de ajuste de redação no DOC-ICP-04 para compatibilização com aplicações em sistemas ANDROID;
- Proposta de fim da possibilidade de renovação sem identificação presencial para certificados de pessoas jurídicas;
- Proposta de ajuste no número de posições do campo otherName;

➤ Proposta para regulamentação de PSS para ACTs;

Por determinação do Comitê Gestor da ICP-Brasil, a CGNP compõem e coordena os seguintes Grupos Técnicos de Trabalho:

- ✓ GT Revisão dos MCTs;
- ✓ GT PAdES.

O GT Revisão dos MCTs foi criado para realizar a atualização dos manuais de conduta técnicas relacionadas com equipamentos de certificação digital, cuja homologação é obrigatória no âmbito da ICP-Brasil. Participam desse GT os seguintes órgãos: ITI, LSITEC e INMETRO. Já o GT PAdES tem a participação de várias entidades interessadas, totalizando mais de 15 (quinze) membros efetivos e tem o objetivo de regulamentar o padrão PAdES na ICP-Brasil.

Em relação às gerações dos códigos de máquina das Políticas de Assinatura (PA) e das Listas de Políticas de Assinatura Aprovadas (LPA), seja por versionamento para correção, atualização ou revalidação (LPAs vencem a cada noventa dias), a CGNP atuou na criação e atualização dessas PAs e LPAs, disponibilizando os códigos para publicação no repositório da AC Raiz.

5.2.3.3 Ações – OFSS - 10.20204.04.128.2038.4917

Tabela 7 - Quadro A.5.2.3.3 - Ações – OFSS – 2038-4917						
Código	10.20204.04.128.2038.4917		Tipo: Atividade			
Título	Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil					
Iniciativa	02D2 – <i>Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digitais necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.</i>					
Objetivo	0605 – <i>Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.</i>					
Programa	2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.390.000	5.268.000	4.294.117	4.294.117	2.967.992	72.838	640.093
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Serviço mantido – Percentual de disponibilidade do sistema		Percentual	Previsto	Reprogramado	Realizado	
		99	99	99	99	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
271.405	267.407	3.998	0	0	0	

5.2.3.3.1 Análise Situacional

As ações desenvolvidas pela Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA têm como finalidade garantir o pleno funcionamento, por meio da disponibilidade e integridade, da Autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, propiciando aos seus usuários a adequada segurança da informação, necessária para garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos.

Trata-se de uma ação fundamental para o Instituto, estando nela abrigada grande parte das principais atividades finalísticas do ITI.

O ITI cumpriu em 2014 sua missão institucional maior ao garantir a segurança da informação no âmbito da ICP – Brasil e ao manter a disponibilidade do sistema dentro dos patamares legais, ou seja, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, a uma taxa de 99,9% de

disponibilidade.

Os resultados obtidos em 2014 com relação à Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil podem ser avaliados a partir das seguintes frentes:

1. Operacionalização da AC-Raiz

No exercício de 2014 foi possível garantir a disponibilidade do Sistema de Certificação Digital e da Entidade de Carimbo do Tempo – ECT da ICP – Brasil, a uma taxa de 99,99%, para ambos ambientes – principal e de contingência, conforme exige a legislação vigente.

Para garantir a disponibilidade, com ambiente de contingência para chaves criptográficas e pleno funcionamento da AC Raiz, são mantidos 2 (dois) Centros de Certificação Digital – CCD, sendo um em Brasília/DF, nas instalações da Presidência da República e outro em Florianópolis/SC, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Os CCDs são compostos de sistemas redundantes e autônomos, compostos dos seguintes subsistemas:

- ✓ Subsistema de Alimentação Elétrica;
- ✓ Subsistema de Climatização;
- ✓ Subsistema de Detecção e Combate a Incêndio;
- ✓ Subsistema de Supervisão e Controle;
- ✓ Subsistema de Controle de Acesso e Vigilância.

Em virtude da alta disponibilidade exigida pelo Ambiente Seguro do ITI é necessário manter contrato com empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas descritos acima, monitorados em regime 24horas x 7 dias por semana por equipe especializada.

Em tais CCDs são também mantidos os repositórios da AC Raiz – parte online disponível para acesso através da Internet – onde são disponibilizados os Certificados, as Listas de Certificados Revogados (LCR) e políticas de assinaturas, em sítios de Internet com infraestrutura completamente redundantes. As informações são disponibilizadas em três sítios de Internet, sendo dois no CCD de Brasília e um terceiro em Florianópolis/SC.

A fim de atender aos normativos, passaram a ser disponibilizados 03 (três) servidores redundantes que respondem pelo mesmo domínio “acraiz.icpbrasil.gov.br”, em 03 (três) infraestruturas distintas, de forma que haverá indisponibilidade somente quando todos os servidores/informação estiverem simultaneamente indisponíveis. Havendo a indisponibilidade de alguma infraestrutura o serviço sofrerá degradação no acesso proporcional ao número de servidores/informações indisponíveis, porém o conteúdo manter-se-á acessível. Considera-se sítio de Internet cada infraestrutura composta por servidores, ativos de rede, endereçamentos IP, etc. independentes para o provimento de serviços.

Além disso, a administração e o gerenciamento dos repositórios da AC Raiz, o repositório das Políticas de Assinatura da ICP – Brasil, homologação de equipamentos e sistemas da ICP – Brasil e a Entidade de Auditoria de Tempo, também fazem parte de atividades rotineiras para o pleno funcionamento da AC Raiz.

Para tanto, foi contratada empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas do ambiente seguro e foram contratados os meios físicos e lógicos para acesso à Internet (INFOVIA Brasília) para os dois ambientes principal e de contingência.

Com relação à infraestrutura para operação da Entidade de Carimbo de Tempo, continuam contratados os serviços de suporte, manutenção preventiva e corretiva para os sistemas e equipamentos BRY e THALES.

Por fim, foi contratada a manutenção e atualização criptográfica dos HSMs – equipamentos destinados ao armazenamento das chaves criptográficas da AC – Raiz, no valor de R\$ 230.741,65, bem como a manutenção e atualização do software da plataforma criptográfica – SGC – Ywapa/Ywira e Hawa, no valor de R\$ 137.649,80

2. Modernização da Infraestrutura de Chaves Públicas

No ano de 2014 foi dada continuidade ao processo de modernização da Infraestrutura de Chaves Públicas.

Infraestrutura Tecnológica

Os equipamentos que entraram em obsolescência tecnológica foram substituídos e alguns subsistemas foram ampliados para atender à crescente demanda da ICP-Brasil. Dessa feita, foi realizada atualização do subsistema de controle de acesso e vigilância.

Os investimentos em tecnologia no âmbito da Infraestrutura de Carimbo de Tempo, a fim de melhoria da Infraestrutura de Contingência foram realizadas seguintes aquisições:

- a) Relógio Atômico – R\$ 357.605,00;
- b) Time Code Translator – R\$ 63.440,00;
- c) Sistema de Auditoria de Sincronismo de Tempo – BRY – R\$ 342,862,50;
- d) Sistema de Auditoria de Sincronismo de Tempo – NCIPHER – R\$ 263.750,00 e
- e) 2 Receptores de GPS para Monitoramento e Rastreabilidade de Tempo– R\$ 138.800,00.

Com relação à infraestrutura de armazenamento da AC Raiz, foram adquiridas 23 placas HBAs, no valor de R\$ 52.394,00 e 5 switches FC no valor de R\$ 442.350,00, a fim de complementar a rede de armazenamento de alta velocidade. Além disso, continuam contratados os serviços de manutenção preventiva e corretiva continuada das soluções de armazenamento de dados (Storages).

Contudo, em virtude do contingenciamento imposto ao limite de movimentação e empenho não foi possível promover todas as adequações tecnológicas do Ambiente Seguro, bem como a instalação de NOC e Nível 3 na Sede do ITI. Assim, essa e demais demandas não atendidas em 2014 deverão ser reapresentadas para priorização pelo CETI, com vistas ao exercício de 2015.

Desenvolvimento de Criptossistema em código aberto

No exercício de 2014, foi iniciada atualização do Hardware Criptográfico da AC-RAIZ e do Sistema de Gerenciamento de Certificados Digitais (SGC), a fim de atender a demanda de suporte a curvas elípticas Brainpool, e assim permitir a geração de uma nova cadeia de certificação baseada nessa tecnologia. Ressalta-se que a cadeia de curvas elípticas baseada na suite B foi revogada em virtude de possíveis vulnerabilidades.

Em termos de software, finalizou-se uma nova versão do Sistema de Gerenciamento de Certificados Digitais (SGC). Trata-se da versão HAWA que incorporou outras funcionalidades em termos de operação do ciclo de vida do certificado digital padrão ICP – Brasil da Autoridade Certificadora Raiz. Essa versão é conhecida como versão “on-line” do SGC, pois é capaz de emitir certificados para usuários finais, sendo útil para o ITI ao possibilitar a criação de uma cadeia de testes para validar várias funcionalidades, antes da implementação na cadeia operacional da ICP-Brasil. Essa versão do SGC (Hawa) também poderá ser cedida para outras entidades (autoridades certificadoras) interessadas em emitir certificados digitais com essa plataforma.

Ressalte-se que o sistema ICP – Brasil se utiliza de tecnologia nacional para operação da infraestrutura de chaves públicas (ICP) que possibilita total independência externa e plena auditoria, visto que o ITI detém os direitos de propriedade do sistema SGC, possuindo amplo acesso ao código-fonte dos produtos desenvolvidos.

Além disso, o desenvolvimento do SGC em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina permitiu o fomento e desenvolvimento de pesquisa aplicada em ambiente acadêmico brasileiro, permitindo ampla formação de recursos humanos especializados na área de criptografia.

Tivemos neste período também a manutenção do SGC nas versões Ywapa e Ywya.

Em 2014 o Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital foi disponibilizado no portal do ITI, viabilizando a validação de assinaturas digitais. Foi iniciado processo de registro junto ao INPI do Assinador Digital de Referência 2.0 para posterior disponibilização à sociedade.

Em relação ao Middleware, o projeto não pode ser executado por limitações orçamentárias.

3. Apoio aos projetos de aplicações com suporte à certificação digital ICP – Brasil

O crescimento no uso da certificação Digital ICP–Brasil se dá à medida que novas aplicações passam a adotar os serviços viabilizados através da Infraestrutura de Chaves Públicas, que tem como alicerce a AC Raiz da ICP – Brasil. Portanto, é objetivo do ITI promover a proposição aos órgãos setoriais das três esferas de governo, em seus três poderes, projetos de aplicações focadas no cidadão, com suporte à Certificação Digital ICP – Brasil.

No decorrer de 2014, diversas transações passaram a exigir o uso de certificados digitais, tais como:

- a) O novo passaporte eletrônico brasileiro será aderente ao diretório *Public Key Directory* – PKD da Organização da Aviação Civil Internacional – ICAO, agência especializada das Nações Unidas que promove a segurança e padroniza os aeroportos e passaportes no mundo. Com esta adesão, o passaporte brasileiro passará a ser reconhecido nos *e-gates*, portões eletrônicos, dos aeroportos de todos os países

aderentes ao sistema e serão assinados com certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

b) A Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas – Sefaz – AM implantou sistema que possibilita o parcelamento de débitos fiscais através da internet. A nova funcionalidade está disponível para os contribuintes que optarem pelo Domicílio Tributário Eletrônico – DT-e, e é necessário o uso do certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

c) O acesso ao Sisprouni – Sistema do Programa Universidade para Todos passa a ser realizado exclusivamente com a utilização do certificado digital da ICP – Brasil;

d) O Distrito Federal tornou obrigatória, a partir de 01.04.2014, a emissão de Notas Fiscais Eletrônicas para mais de 20 mil empresas de serviços e contribuintes do Imposto sobre Serviços – ISS;

e) Foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre o ITI e a Associação Brasileira de Operadores e Fornecedores para Arenas Multiúso – Abrarenas que objetiva o desenvolvimento de projeto-piloto para aplicação de tecnologias, como o certificado digital ICP – Brasil, no acesso às arenas multiúso;

f) A SEFAZ-SP – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo tornou obrigatório o uso de certificado digital ICP – Brasil para acesso à consulta de dados cadastrais dos contribuintes do ICMS no Cadesp;

g) Foi assinado Acordo de Cooperação entre o ITI e o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, cujos objetivos principais são a criação da Autoridade Certificadora AC Justiça Eleitoral e a produção de estudos sobre a viabilidade de utilização de registros biométricos da base de dados do TSE para emissão de certificados ICP – Brasil;

h) O Programa Minas Digital passou a divulgar a certificação digital ICP – Brasil. O projeto prevê a capacitação de funcionários para conceder suporte técnico ao advogado e a promoção de cursos de atualização sobre o PJ-e;

i) A transmissão da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ 2014 passou a exigir o uso do certificado digital ICP – Brasil;

j) O Tribunal de Justiça do DF e Territórios – TJDF-T implentou, em 25/07/2014, o Processo Judicial Eletrônico – PJ-e. O PJ-e faz uso do certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil para possibilitar a execução dos atos processuais por meio eletrônico;

k) A Secretaria da Micro e Pequena Empresa – SMPE lançou, dia 08/10/2014 em Brasília, o Portal da Empresa Simples – www.empresasimples.gov.br. O novo portal têm por objetivo acelerar e facilitar o fechamento de empresas, que agora pode ser totalmente realizado por Internet, desde que seja executado mediante o uso do certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

- l) O acesso ao Sistema Documento de Origem Florestal – DOF, a partir de agosto/2014, exige o uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil. O sistema DOF representa a licença obrigatória para o controle do transporte de produto e subproduto florestal de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, e substitui a Autorização de Transporte de Produtos Florestais – ATPF;
- m) O Sindicato de Corretores de Seguros do Estado de São Paulo – SINCOR-SP apresentou, durante o último Congresso dos Corretores de Seguros – CONEC, o Portal de Assinaturas do Mercado de Seguros – AssinaSeg, que possibilita a assinatura de qualquer tipo de documento por meio do certificado digital no padrão ICP – Brasil;
- n) Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT tornou, a partir da Resolução nº 736, de 08/10/2014, obrigatório para os empregadores o uso do aplicativo “Empregador WEB”. Nele deve ser realizado o preenchimento do requerimento de seguro-desemprego e de comunicação de dispensa ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Para o preenchimento dos requerimentos é necessário o uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;
- o) A partir de 01/11/2014, tornou-se obrigatório o registro *online* do Número de Identificação Social – NIS. O registro pode ser feito por meio do Conectividade Social, da Caixa Econômica Federal, com o uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;
- p) A Receita Federal disponibilizou nos portais do Simples Nacional e do Centro Virtual de Atendimento – e-CAC um novo aplicativo que permite o parcelamento do Simples Nacional. O acesso à nova funcionalidade pode ser feito com o uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;
- q) O Processo Judicial Eletrônico – Pje entrou em funcionamento na Seção Judiciária do Distrito Federal – SJDF e no Tribunal Regional Federal da 1ª. Região – TRF1, a partir de 01/12/2014. O Pje é um sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ para automação do Poder Judiciário, e faz uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;
- r) Já está em funcionamento em todo o País, desde 08/11/2014, a Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, que reúne as ordens de indisponibilidade de bens imóveis decretadas pelo judiciário e por autoridades administrativas. O acesso ao sistema, bem como as assinaturas e informações ou outros documentos emitidos por meio deste, deve ser feito mediante o uso de certificado digital no padrão ICP – Brasil;
- s) A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG realizou, pela primeira vez no País, todo o procedimento de criação, assinatura e transmissão de um Contrato Social em ambiente totalmente digital. Tal processo foi possível graças ao uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;
- t) Comissão do Senado autorizou, através do PLS 167/2014, de 19/11/2014, o armazenamento digital de prontuários médicos, desde que a digitalização ou microfilmagem seja realizada com o certificado digital no **4. Crescimento no número de entidades credenciadas na ICP – Brasil** padrão ICP – Brasil;

u) A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE disponibilizou um portal para assinatura digital de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARS. Com a ferramenta, que faz uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil, os documentos decorrentes de leilões regulados podem ser assinados de maneira mais simples e diretamente na Internet, por meio do Portal de Assinaturas CCEE;

V) O acesso ao Sistema Registrato – Extrato do Registro no Banco Central, pode ser feito com uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil. O Sistema do Banco Central – BC permite ao cidadão ter acesso de forma rápida e segura, pela Internet, às informações sobre suas operações de crédito e outros relacionamentos com o sistema financeiro.

X) A Junta Comercial do Estado de Alagoas – JUCEAL disponibilizou o “Junta Digital”, sistema *online* que automatiza todo o fluxo do processo empresarial. Com a nova plataforma, que faz uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil, os usuários têm a opção de realizar todo o procedimento de registro na Junta por Internet.

4. Crescimento no número de entidades credenciadas na ICP – Brasil

O interesse de grandes corporações em tornar-se entidades integrantes da ICP – Brasil indica o sucesso de sistema. A estrutura da ICP – Brasil continua em plena expansão.

No período de janeiro a dezembro/2014, a ICP – Brasil credenciou 11 (onze) novas Autoridades Certificadoras – ACs de segundo nível, a saber: AC Sincor Rio RFB, vinculada à AC RFB; a AC Certisign Tempo, vinculada à AC Certisign; a AC Soluti Jus, vinculada à AC Jus; a AC Soluti RFB, vinculada à AC RFB; VALID JUS, vinculada à AC JUS; VALID PLUS, vinculada à VALID; ONLINE BRASIL, vinculada à AC VALID; AC CAIXA SPB, vinculada à AC CAIXA; AC DIGITAL, vinculada à AC SOLUTI; AC SAFEWEB RFB, vinculada à AC RFB e AC CNDL RFB, vinculada à AC RFB.

No mesmo período também foram credenciadas 5 (cinco) novas Autoridades de Carimbo do Tempo, a saber: ACTs Certisign, Valid, Bry, Quicksoft e SAFEWEB.

5.2.3.4 Ações – OFSS - 10.20204.04.122.2101.2000

Com relação a Ações de Gestão, Manutenção e Serviços de responsabilidade da Unidade, o Instituto é responsável pela Ação 2000 inserida no contexto do Programa de Gestão e Administração da Presidência da República.

Tabela 8 - Quadro A. 5.2.3.4 - Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da unidade – Ação 2101.2000

Identificação da Ação						
Código	10.20204.04.122.2101.2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
Unidade Orçamentária	20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.383.000	11.011.758	10.161.105	10.161.105	276.041	44.934	8.988.278
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Administração da Unidade	x	x	x	11.011.758	8.988.278

5.2.3.4.1 Análise Situacional

No exercício de 2013 foram envidados esforços para o atingimento das metas previstas no Planejamento Estratégico do Instituto e os resultados no âmbito da CGPOA foram os seguintes:

Infraestrutura Tecnológica Institucional

O objetivo institucional de manter a infraestrutura de hardware atualizada e operacional para garantir o apoio tecnológico contínuo às aplicações do negócio foi cumprido em um percentual de 97,99%, conforme quadro abaixo.

Equipamento	Quantidade total	Quantidade em garantia	Percentual em garantia
Switches	22	20	90,91%
Servidores	30	30	100,00%
Balanceador	2	2	100,00%
Storage	2	2	100,00%
Controladora sem fio	1	1	100,00%
Access Points	13	13	100,00%
Desktops – dell 780	18	18	100,00%
Desktops – dell 790	65	65	100,00%
Desktops – Itautec	83	83	100,00%
Notebooks – HP	2	0	0,00%
Notebooks – TCORP	23	23	100,00%
Impressoras	20	18	90,00%
Câmeras – CFTV	13	13	100,00%
Videoconferência – RSS	1	1	100,00%
Videoconferência – Gatekeeper	1	1	100,00%
Videoconferência – HDX	2	2	100,00%
TOTAL	298	292	97,99%

Em 2014 foram adquiridos e instalados os seguintes itens:

- ➔ Switches – Pregão 18/2013
- ➔ Storage – Pregão 2/2013
- ➔ Impressoras – Pregão 20/2013.

A métrica de 100% do parque em garantia mostrou-se utópica, pois há sistemas utilizados que necessitam dos equipamentos HP, fora de garantia. Além disso alguns equipamentos sem garantia ainda estão em sua vida útil, não sendo necessária a sua troca imediata.

Como reflexo dessa constatação, aplicando-se o ciclo PDCA, para o Planejamento Estratégico 2015 a CODIS propôs que 95% do parque crítico permanecesse em garantia constante.

Segurança da Informação e Comunicação

Com relação à salvaguarda de Informações e Comunicações, foi elaborado relatório anual de incidentes em rede computacional do ITI, processo nº 00100.000061/2013-71 – Auditoria e Conformidade realizada no serviço de dados corporativos (DADOS-ITI), por meio do sistema SAMBA.

Em 2014 foi feito alinhamento do controle de acesso lógico à rede do ITI, conforme Norma de Acesso Lógico, aprovada em Portaria nº 35, de 27/09/2012, publicada no Boletim Interno nº 28/2012.

Aquisição, Customização, Implementação e manutenção de Softwares Aplicativos para alcançar os objetivos de negócios

Atualmente a CGPOA/CODIS gerencia os seguintes aplicativos:

- Ubuntu 12.04 LTS
- Firefox: 18.0.1
- Thunderbird: 17.0.2
- LibreOffice: 3.5.4.2
- Google Chrome: 24.0.1312.57
- Rhythmbox: 2.96
- Reprodutor de vídeo VLC: 2.0.5
- GIMP: 2.6.12
- Visualizador de documentos: 3.4.0
- K3B: 2.0.2
- OTRS versão 3.3.5
- Validador
- Assinador Digital
- Verificador de conformidades
- SISBACEN

Em relação a softwares, foram efetuadas as seguintes ações em 2014:

- a) Atualização e customização do sistema de chamados OTRS para a versão 3.3.5 (Projeto SUP-03);
- b) Correção e atualização das imagens dos sistemas operacionais Ubuntu 12.04 LTS e Windows 7 Professional (projeto SUP-08);
- c) Atualização do sistema operacional nas máquinas com a versão do Ubuntu 11 LTS para a versão 12.4.4 LTS. Atualização de versões dos seguintes softwares: LibreOffice, Java, Firefox, Chrome e Bash (Projeto SUP-01);
- d) Atualização de senhas de todo o parque de computadores;
- e) Iniciou-se a implantação do software público CACIC, que permitirá o inventário de hardware e software;
- f) Criação de novos ambientes computacionais no Datacenter da CODIS para outras áreas – Assinador/Verificador, Verificador de Conformidades, Sistema Gerenciador de Certificados de Atributos, Credenciamento, Fiscalização e Auditoria;
- g) A fim de melhorar o tempo de resposta e a conexão dos sistemas do Serpro (SIAPE, SIAFI, SIADS) que utilizam a plataforma o Serviço de Emulação 3720 (HOD) foi criado um novo servidor com a função de balancer os links do Serpro e da GVT.

Também em 2014 a CGPOA/CODIS inicia a participação como fiscalização técnica para manutenção dos sistemas de Auditoria.

No decorrer de 2014 a CGPOA/CODIS atingiu 100% do gerenciamento de dados e de bases para segurança, qualidade rapidez e disponibilidade dos dados de negócio.

Governança de TI

Desde 2013 a CODIS aplica o Modelo de Gerenciamento de Projetos do SISP para os projetos realizados para Infraestrutura e Suporte.

Exemplos de projetos da área de Suporte realizados pela CODIS em 2014:

Projeto	Descrição
SUP-03	Atualização e customização do sistema (OTRS) utilizado pela CODIS para registro e gerenciamento dos chamados de suporte técnico de TI, contemplando a adequação do sistema para adequação dos SLAs do Contrato 24/2014.
SUP-05	Treinamento básico de utilização das novas impressoras para os usuários do ITI.
SUP-08	Correção e atualização das imagens dos sistemas operacionais: Ubuntu 12.04 LTS e Windows 7 Professional utilizados no parque de computadores do ITI.
SUP-09	Atualização e organização da base de conhecimento (mediawiki) com informações referentes a procedimentos, incidentes, erros conhecidos e sua solução.

SUP-13	Análise da ferramenta utilizada pelo suporte para clonagem de HD, relacionando suas funcionalidades com as necessidades do serviço de suporte.
SUP-01	Atualização do sistema operacional nas máquinas com a versão do Ubuntu 11 LTS para a versão 12.4.4 LTS. Atualização de versões dos seguintes softwares: LibreOffice, Java, Firefox, Chrome e Bash. Atualização de senhas de todo o parque de computadores.

Exemplos de projetos da área de Infraestrutura e segurança realizados pela CODIS em 2014:

Projeto	Descrição
INF07-01	Implantação do CUPS no âmbito do ITI, que englobou a revisão de configurações do servidor CUPS, definição de padrão de nomenclatura das impressoras, configuração, testes e documentação
INF14	Implantação do OTRS para acompanhamento de chamados de redes e infraestrutura.
INF12	Reestruturação do sistema de Protocolo de Configuração Dinâmica de Host (DHCP), agregando funcionalidades que otimizem a gerência e a manutenção do serviço
INF10	Criação de repositório Ubuntu
INF15	Criação de ambiente de desenvolvimento, homologação e produção para fábrica de software
INF16	Instalação e configuração de ambiente SAN (Storage)
SEC08	Implantação de IDS/IPS open source na rede ITI

Os planejamentos de contratação, também considerados projetos, em 2014 foram:

Projeto	Descrição
Adequação à INFOVIA versão 3.0	A criação do modelo de negócios da INFOVIA versão 3.0 pelo MPOG apresentou novos serviços fornecidos pela INFOVIA e reajuste dos valores cobrados. A CODIS/CGSI solicitou ao SERPRO duas propostas comerciais: uma com os mesmos serviços prestados atualmente e outra com aumento da velocidade de link de internet de 20Mbps para 24Mbps, aumento de endereços IPS de 64 para 80 e com a mudança do serviço de acesso à INFOVIA para torná-lo redundante. A segunda proposta comercial, que prevê redundância no acesso à infovia, aumento da velocidade do link e de endereços IPs foi identificada como a mais vantajosa técnica e economicamente. O ITI já solicitou a contratação dos serviços nos moldes desta proposta comercial e está aguardando contato do SERPRO para que os serviços sejam implantados. Ressalta-se que, mesmo com os benefícios trazidos pela nova proposta comercial, o valor do contrato foi reduzido de R\$ 26.090,00 para R\$ 25.280,00.
Solução de Link de Internet de Contingência	Resultou em redução de 25% do atual valor do contrato, que passou de R\$ 9.900,00 para R\$ 7.550,00.
Manutenção de central telefônica	Após ampla pesquisa de mercado e elaboração do termo de referência visando à ampliação da concorrência, o objeto licitado teve o valor reduzido pela metade do último contrato.

Com relação à adoção de um modelo de melhores práticas para Gerenciamento de Serviços de TI, em 2014, foram realizados aproximadamente 1.600 atendimentos para tratar de incidentes ou requisições de pedidos.

Em 2013 a CODIS iniciou o mapeamento dos processos da área de Suporte. A melhoria de processos é contínua, tendo sido refletida na nova versão do OTRS (Sistema de Atendimento de Chamados) disponibilizada em 2014, contemplando melhores práticas da ITIL.

Em conformidade com o preconizado pela ITIL, o OTRS passou a ser a única interface para serviços de telefonia, suporte a usuário e administração de redes.

Capacitação de Servidores

O Instituto dispõe de ação específica em seu Planejamento Estratégico, sendo que no exercício de 2014 foram treinados 22 servidores nas áreas de:

- Laticrypt 2014 – Florianópolis – SC - 2 Servidores – Valor R\$ 510,00
- Seminário Regional de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público – Rio de Janeiro - 3 Servidores – Valor R\$ 300,00
- Repactuação de Contratos Terceirizados e Reequilíbrio Econômico-Financeiro - Brasília – 4 Servidores – Valor - R\$ 7.160,00
- Contabilidade aplicada no Setor Público Brasília – 1 Servidor – Valor R\$ 221,00
- Análise de Ponto de Função: Fundamentos, benefícios e implantação – Brasília – 5 Servidores – Valor R\$ 1.995,00
- Capacitação em Análise de Pontos de Função, Medição e Estimativa de Software – Brasília –3 Servidores – Valor R\$ 2.697,00
- Auditoria Governamental - 1 Servidor – Sem custo
- Controle e Auditoria Interna – 1 Servidor – Sem Custo
- IV Congresso Internacional de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público CQ - 2 Servidores – Sem custo.

Os demais treinamentos previstos não foram realizados por limitação orçamentária.

Certificação Digital no âmbito do ITI

A fim de fomentar a utilização de certificado digital nas soluções de TI utilizadas no âmbito do ITI, a CODIS realizou o suporte técnico das seguintes soluções:

- 1 – Portal externo
- 2 – Portal Interno
- 3 – Sistema de abertura de chamados de suporte técnico;
- 4- Sistema de controle de AC's:
 - 4.1 Módulo Cadastro
 - 4.2 Módulo Credenciamento
 - 4.3 Módulo fiscalização
 - 4.4 Módulo auditoria
 - 4.5 Monitor

Portanto, são 9 sistemas, dentre os quais apenas 1 não exige o uso de certificado digital. Diante disso, pode-se concluir por indicador de realização de 88,89%, o que supera a meta prevista.

Com relação à aquisição e instalação de certificados digitais de servidores (tipo A1) – foram emitidos novos certificados digitais para os servidores do ITI e o processo foi todo documentado.

Reestruturação Organizacional do ITI

Foi concluído Projeto de Reestruturação do ITI, que prevê, além do ajuste da estrutura à realidade das demandas institucionais, a possibilidade de adoção do Plano de Carreira de C&T – Ciência e Tecnologia. O modelo proposto partia do princípio da revisão do quadro de DAS, no entanto, optou-se por iniciar o processo pela adoção de plano de carreira e criação de quadro próprio de funcionários, com vistas à realização de concurso.

O Projeto de Adoção do Plano de Carreiras de C&T foi encaminhado à Casa Civil da Presidência da República em setembro/2013. Porém foi devolvido com a orientação de se buscar primeiramente a aprovação para Adoção do Plano de Carreira de C&T.

O Instituto encaminhou à Casa Civil somente o pedido de adoção do Plano de Carreira de C&T e em Nota nº 1883/2013, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República – SAJ considerou o pleito constitucional e, no dia 19/11/2013, a Casa Civil encaminhou o Aviso 839 ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para ciência e providências cabíveis. Permanecemos no aguardo da aprovação, para encaminhar proposta quantitativa e qualitativa de quadro próprio de servidores.

Investimentos

O valor total de investimentos na Ação 2000 foi da ordem de R\$ 1.298.854,00, que envolveu equipamentos de TI, móveis e utensílios.

5.2.3.5 Ações – OFSS - 20.20204.04.301.2101.2004
TABELA 9 - QUADRO A.5.2.3.5 - AÇÃO 2101.2004

Identificação da Ação						
Código		20.20204.04.301.2101.2004				
Descrição		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes				
Unidade Responsável		Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI				
Unidade Orçamentária		20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.540	12.000	11.492	11.492	0	0	11.492
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pessoa beneficiada	Unidade	8	6	15.540	11.492

5.2.3.1.5.1 Análise Situacional

No exercício de 2014 foram contemplados com assistência médica e odontológica 6 (seis) servidores.

5.2.3.6 Ações – OFSS - 10.20204.04.365.2101.2010
TABELA 10 - QUADRO A.5.2.3.6 - AÇÃO 2101-2010

Identificação da Ação						
Código	10.20204.04.365.2101.2010					
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
Unidade Orçamentária	20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.000	12.000	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Criança atendida	Unidade	11	0	12.000	0

5.2.3.6.1 Análise Situacional

No exercício de 2014 não houve situações em que se aplicasse o pagamento de assistência pré-escolar.

5.2.3.7 Ações – OFSS - 10.20204.04.331.2101.2011
TABELA 11 - QUADRO 5.2.3.7 - AÇÃO 2101.2011

Identificação da Ação						
Código		10.20204.04.331.2101.2011				
Descrição		Auxílio-transporte aos Servidores e Empregados				
Unidade Responsável		Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI				
Unidade Orçamentária		20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.800	1.800	1.766	1.766	0	0	1.766
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor beneficiado	Unidade	2	2	1.800	1.766

5.2.3.7.1 Análise Situacional

No exercício de 2014 foi pago auxílio-transporte para apenas 2 (dois) servidores no período de janeiro a dezembro.

5.2.3.8 Ações – OFSS - 10.20204.04.306.2101.2012
TABELA 12 - QUADRO 5.2.3.8 - AÇÃO 2101.2012

Identificação da Ação						
Código	10.20204.04.306.2101.2012					
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
Unidade Orçamentária	20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
72.000	72.000	43.522	43.522	0	0	43.522
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor beneficiado	Unidade	14	12	72.000	43.522

5.2.3.8.1. Análise Situacional

No exercício de 2014 foram pagos auxílios-alimentação para 12 (doze) servidores.

5.3 Informações sobre outros resultados da Gestão

Cumprе ressaltar que ao ITI compete atuar como Secretaria Executiva do Comitê Gestor da ICP – Brasil, chefiada pelo Diretor-Presidente do ITI no papel de Secretário-Executivo do Comitê, na forma estabelecida pelo Decreto 6.605, de 14 de outubro de 2008.

As despesas incorridas pela Secretaria Executiva do Comitê Gestor, assim como todas as reuniões do referido Comitê e dos Comitê Técnicos correm por conta do ITI, muito embora não tenha havido aporte de recursos orçamentários em função dessa atribuição.

Os resultados das reuniões do Comitê Gestor da ICP – Brasil estão consignados no item 5.2.3.2 deste Relatório – sob o título “Normatização e Pesquisa”.

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

Haja vista a complexidade que envolve o estabelecimento de indicadores de gestão, o Instituto está avaliando a possibilidade de obter apoio especializado para seleção de indicadores que efetivamente reflitam o desempenho da unidade. Por ora, os resultados são avaliados tomando-se por base a execução de cada uma das ações do Planejamento Estratégico, conforme Relatório de Acompanhamento do Planejamento Estratégico – Exercício 2015 - Anexo 1 deste Relatório de Gestão, também disponível no site: www.iti.gov.br/institucional/politicas2.

5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços

As tarifas constam publicadas no site do Instituto: <http://www.iti.gov.br/imagens/twiki/URL/pub/Certificacao/DocIcp/DOC-ICP-06 - v. 3.0.pdf> e fazem parte do DOC ICP-06 – DIRETRIZES DA POLÍTICA TARIFÁRIA DA AUTORIDADE CERTIFICADORA RAIZ DA ICP-BRASIL, versão 3, de 01/12/2008:

1 - A emissão de certificados pela Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil, para as Autoridades Certificadoras que lhe são diretamente vinculadas, constitui serviço a ser prestado mediante a cobrança de tarifas.

2 - As tarifas cobradas em virtude da prestação do serviço de emissão de certificados são:

- a) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) - na emissão do primeiro certificado de uma Autoridade Certificadora diretamente vinculada à AC Raiz, quando de seu credenciamento na ICP-Brasil;
- b) R\$ 100.000,00 (cem mil reais) - na emissão de certificados posteriores ao primeiro.

3 - A auditoria pré-operacional para credenciamento de uma Autoridade de Carimbo do Tempo na ICP-Brasil constitui serviço a ser prestado mediante a cobrança de tarifa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

4 - A Administração Direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios está dispensada do pagamento das tarifas a que se referem os itens 1 e 3 deste documento.

5 - A emissão de certificado para as Autoridades Certificadoras e para os equipamentos das Autoridades de Carimbo do Tempo que não se enquadram no item 4, acima, somente poderá ser



realizada após o pagamento da tarifa respectiva.

No exercício de 2014 não houve alteração nas tarifas cobradas, e a elevação de custos é decorrente da indexação dos contratos existentes e das demais despesas operacionais da Unidade, não sendo possível uma apuração específica para cada serviço, haja vista que o produto é entregue sob demanda.

6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Os itens 6.3, 6.5, 6.7 e 6.8 da parte A do Anexo II da DN TCU 134/2013 não se aplicam ao ITI, da mesma forma que os Quadros A.6.1.2.1, A.6.1.3.2, A.6.1.3.4, A.6.1.3.5, A.6.1.3.6, A.6.5.1, A.6.5.2, A.6.5.3 e A.6.5.4, em consequência da ausência desses dados os itens foram reenumerados de acordo com a sequência própria deste Relatório.

6.1 Programação e Execução das Despesas

Tabela 13 - Quadro A.6.1.1 - Programação de Despesas

Unidade Orçamentária : ITI			Código UO: 20204		UGO: 243001	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			4.982.389		13.254.340	
CRÉDITOS	Suplementares		407.000		1.142.758	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados				3.540	
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)			5.389.389		14.393.558	
Dotação final 2013 (B)			4.844.784		13.694.633	
Variação (B/A-1)*100			-10,10%		-4,85%	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	9 - Reserva de Contingência
DOTAÇÃO INICIAL			1.000.000			
CRÉDITOS	Suplementares		1.364.000			
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados					
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)			2.364.000			
Dotação final 2013 (B)			1.549.140			
Variação (A/B-1)*100			-34,46%			

Fonte: SIAFI 2013/2014

6.1.1.1 Análise Crítica

O Orçamento proposto pelo ITI abarcava as despesas decorrentes da correção de contratos continuados, tais como aluguel, despesas básicas de telefonia, água, luz, serviços de tecnologia essenciais à sobrevivência do negócio e contratos de mão-de-obra terceirizados. No entanto, na aprovação da LOA o Instituto foi contemplado com a dotação inicial de R\$ 14.133.000,00, o que exigiu esforços para aprovação de suplementação de créditos.

O ajuste foi promovido através da aprovação de alteração orçamentária, a título de superávit financeiro, objeto do pedido nº 34166, no valor de R\$ 2.506.758,00, o que permitiu a cobertura de despesas correntes e investimentos essenciais.

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Tabela 14 - Quadro A.6.1.2.1 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	243001	153163	064634			1.149.794
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: SIAFI

6.1.2.1.1 Análise Crítica

Os créditos movimentados referem-se a Termos de Descentralização de Créditos – TDC firmados com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, responsável pelo desenvolvimento e atualização do Criptossistema e manutenção da Sala Cofre de Contingência.

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Tabela 15 - Quadro A.6.1.3.1 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: ITI		Código UO: 20204		UGO: 243001	
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)		11.093.099	8.258.467	11.093.099	8.258.467
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão		11.093.099	8.258.467	11.093.099	8.258.467
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)		2.360.036	2.741.733	2.360.036	2.741.733
h) Dispensa		2.229.583	2.138.006	2.229.583	2.138.006
i) Inexigibilidade		130.453	603.727	130.453	603.727
3. Regime de Execução Especial		11.280	6.003	11.280	6.003
j) Suprimento de Fundos		11.280	6.003	11.280	6.003
4. Pagamento de Pessoal (k+l)		5.420.527	4.897.307	5.420.527	4.897.307
k) Pagamento em Folha		5.378.848	4.842.312	5.378.848	4.842.312
l) Diárias		41.679	54.995	41.679	54.995
5. Outros		0	0	0	0
6. Total (1+2+3+4+5)		18.884.942	15.903.510	18.884.942	15.903.510

6.1.3.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Tabela 16 - Quadro A.6.1.3.2 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: ITI					Código UO: 20204		UGO: 243001	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal								
3190.96 - Requisitado	3.086.950	2.605.715	2.830.900	2.234.642	256.050	371.073	2.830.899	2.234.641
3190.11 – Venc. Vant. fixas	2.023.649	1.894.931	2.023.649	1.894.931			2.023.649	1.894.931
3191.13 – Patronais - intra	235.204	214.711	235.204	214.711			235.204	214.711
Demais elementos do grupo	33.044	126.944	33.044	126.944			33.044	126.944
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
3390.37 – Locação pessoal	5.470.470	5.618.484	5.334.463	5.617.148	136.007	1.336	5.334.462	5.617.147
3390.39 – Serv. Terceiros	4.887.666	4.060.490	4.208.779	3.811.070	678.887	249.420	4.208.778	3.811.069
3390.33 – Passagens/ transporte	371.458	391.094	360.687	373.594	10.771	17.500	360.686	373.594
Demais elementos do grupo	559.287	463.114	458.749	444.200	100.538	18.914	458.749	444.199
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
4490.52 – Investimentos	2.361.499	746.434	736.961	398.463	1.624.538	347.971	736.960	398.463

6.1.3.3 Análise Crítica da Realização da Despesa

O Instituto vem privilegiando a contratação de serviços via modalidade licitatória de pregão, que alcançou o valor de R\$ 11.093.099,00 em 2014. A contratação direta abrangeu serviços como renovação do aluguel (R\$ 1.649.799,96), serviços prestados pelo Serpro (R\$ 303.360,00), fornecimento de água – CEB (R\$ 183.672,00), Imprensa Nacional e outros serviços pontuais, como correios, carimbos e treinamento.

A contratação via inexigibilidade alcançou o valor de R\$ 130.453,00 e incluiu serviços como CAESB e treinamento.

Com relação às despesas relativas à Folha de Pagamento é importante ressaltar que o ITI não dispõe de quadro próprio de funcionários e opera com a mesma estrutura de cargos em comissão desde sua criação em 2002. Sua estrutura de Cargos em Comissão é da ordem de 41 DAS, ocupados por servidores requisitados por ressarcimento (R\$ 3.086.950,00) e demais no valor de R\$ 2.291.897,00.

O Orçamento proposto pelo ITI abarcava as despesas decorrentes da correção de contratos

continuados, tais como aluguel, despesas básicas de telefonia, água, luz, serviços de tecnologia essenciais à sobrevivência do negócio e contratos de mão-de-obra terceirizados. No entanto, na aprovação da LOA o Instituto foi contemplado com a dotação inicial de R\$ 14.133.000,00, o que exigiu esforços para aprovação de suplementação de créditos.

O ajuste foi promovido através da aprovação de alteração orçamentária, a título de superávit financeiro, objeto do pedido nº 34166, no valor de R\$ 2.506.758,00, o que permitiu a cobertura de despesas correntes e investimentos essenciais.

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Tabela 17 - Quadro A.6.2 - Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	04.122..2101.2000.0001 - Administração	96.192,95	96.192,95
Mercadológica			
Utilidade pública			

6.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Tabela 18 - Quadro A.6.4 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2014	1.168.445	846.869	276.643	44.933
2013	3.084.073	2.569.140	352.704	162.229
2012	1.660.467	1.530.464	130.003	0
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Cancelamento	Pagamento	Saldo a Pagar em 31/12/2014
2014				
2013	0	0	0	0
2012	0	0	0	0

FONTE SIAFI: 2013/2014

6.3.1 Análise Crítica

O valor inscrito em Restos a Pagar no valor de R\$ 1.168.445,00 foi decorrente, em sua maioria, dos investimentos realizados no final do exercício, em especial a aquisição de equipamentos para a Autoridade de Carimbo de Tempo, haja vista que sua especificação exige autorizações de diversos órgãos de controle para aquisição. Além disso, há valores inscritos em Restos a Pagar de exercícios anteriores relativos a despesas com mão-de-obra terceirizada, cujo pagamento (R\$ 162.039,26) está pendente por problemas regulamentares, sendo R\$ 189,00 decorrente de aquisição de material, cuja qualidade está em questionamento, R\$ 43.596,72 relativos a pagamentos de telefonia da empresa OI S.A. e R\$ 1.336,98 relativos a serviços prestados pela empresa Atlântida Serviços Técnicos Ltda..

6.4 Suprimento de Fundos

6.4.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Tabela 19 - Quadro A.6.4.1 - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo "B" e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	243001	ITI			5	13.300	3.000
2013					5	12.000	3.000
2012					6	16.000	3.000

Fonte: SIAFI

6.4.2 Utilização de Suprimento de Fundos

Tabela 20 - Quadro A.6.4.2 - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo "B" e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Exercícios	Suprimento de Fundos						Total (R\$)
	Conta Tipo “B”		CPGF				
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
Quantidade			(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)	
2014			16	6.089	8	5.191	11.280
2013			16	5.517	5	485	6.002
2012			5	1.616	8	3.065	4.681

Não se aplica concessão de Suprimento de Fundos – Conta Tipo B.

6.4.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Tabela 21 - Quadro A.6.4.3 - Classificação dos Gastos com suprimento de fundos no exercício de

referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
243001	ITI	339030	04 – Engarrafados	5.806
			07 – Alimentos	
			09 – farmacológico	
			16 – Mat. Expediente	
			19 – Mat. Embalagem	
			21 – Mat. Cozinha	
			24 – Manut. Imóveis	
			25 – Manut. Móveis	
			26 – Mat. Elétrico	
			28 – Mat. segurança	
		339039	16 – Manut. Imóveis	4.173
			17 – Manut. Equipamen.	
			25 – Taxas	
			48 – Treinamento	
449052	63 – Serv. gráficos	1.300		
	06 – Equip. Comunica.			

6.4.4 Análise Crítica

O Instituto somente adota o Cartão Corporativo do Governo Federal – CPGF para a realização de despesas por meio de suprimento de fundos. As despesas são aplicadas de acordo com a sua natureza e em conformidade com a legislação em vigente.

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

O item 7.1.4.1 – **Acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos** deixou de ser preenchido por inexistência de Acumulação Indevida de cargos, Funções e Empregos Públicos no âmbito do Instituto.

7.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade

Inicialmente destaca-se que esta Autarquia não dispõe de quadro próprio de servidores, sendo que sua força de trabalho é composta 41 cargos de DAS, aprovada pelo Decreto 4689/2003, distribuídos entre servidores requisitados de outros órgãos e servidores nomeados sem vínculo, além de 05 vagas para Analista em Tecnologia da Informação – ATI.

Tabela 22 - Quadro A.7.1.1.1 - Força de Trabalho da Unidade – Situação em 31/12/2014

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	05	34	00	01
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	05	34	00	01
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	00	00	00	00
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	05	04	00	00
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	30	01	01
2. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00
3. Servidores s/ Vínculo com a Administração Pública	Não há	07	00	00
4. Total de Servidores (1+2+3)		41	01	01

Fonte: SIAPE

Nota Explicativa: O quantitativo de 30 e 07 constantes nos itens 1.2.4 e 3, como Efetiva, na realidade refere-se aos servidores requisitados e sem vínculos, ocupantes de DAS previsto no Decreto 4689/2003, que também consta no quadro A.7.1.1.3 abaixo, pois a força de trabalho da Autarquia é composta pelos ocupantes de DAS, servidores de carreira em exercício descentralizado e terceirizados.

Tabela 23 - Quadro A.7.1.1.2 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	14	20
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	00	00
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	04	00
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	10	20
2. Servidores com Contratos Temporários	00	00
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	04	03
4. Total de Servidores (1+2+3)	18	23

Foi considerado o pessoal lotado no Gabinete bem como na assessoria técnica atuante na área fim da Autarquia.

Tabela 24 - Quadro A.7.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Unidade - Situação em 31/12/2014

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		38	04	04
1.1. Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	41	38	04	04
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	00	00	00	00
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	02	00	01
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	29	02	00
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	04	00	03
1.2.5. Aposentados	Não há	03	00	00
2. Funções Gratificadas	00	00	00	00
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	00	00	00	00
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	00	00	00
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	00	00	00	00
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	41	38	04	04

Fonte: Decreto nº 5.420/2005, que dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão para o ITI.

Observação: Conforme demonstrado no quadro acima, foram autorizados 41 cargos de Direção e Assessoramento Superior, não especificada a sua distribuição nos subitens 1.2.1 a 1.2.5.

7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

A qualificação da mão de obra segundo a escolaridade está representada no quadro abaixo:

Tabela 25 - Quadro A.7.1.2.3 - Quantidade de servidores da Unidade por nível de escolaridade - Situação em 31/12/2014

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provisamento de Cargo Efetivo	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1.3. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00	00	00	00	00	00
2. Provisamento de Cargo em Comissão	00	00	00	00	04	23	07	02	02
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	00	00	00	00	00
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	00	00	00	00	04	23	10	02	02
2.3. Funções Gratificadas	00	00	00	00	00	00	00	00	00
3. Totais (1+2)	00	00	00	00	04	23	10	02	02

1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência.

Fonte: SIAPE

Quanto a treinamento, o Instituto dispõe de ação específica em seu Planejamento Estratégico, sendo que no exercício de 2014 foram treinados 22 servidores nas áreas de:

- ✓ Laticrypt 2014 – Florianópolis – SC – 2 Servidores – Valor R\$ 510,00
- ✓ Seminário Regional de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público – Rio de Janeiro – 3 Servidores - Valor R\$ 300,00
- ✓ Repactuação de Contratos Terceirizados e Reequilíbrio Econômico-Financeiro – Brasília – Valor - 4 Servidores – R\$ 7.160,00

- ✓ Contabilidade aplicada no Setor Público Brasília – 1 Servidor – Valor R\$ 221,00
- ✓ Análise de Ponto de Função: Fundamentos, benefícios e implantação – Brasília – 5 Servidores – Valor R\$ 1.995,00
- ✓ Capacitação em Análise de Pontos de Função, Medição e Estimativa de Software – Brasília – 3 Servidores – Valor R\$ 2.697,00
- ✓ Auditoria Governamental – 1 Servidor - Sem custo
- ✓ Controle e Auditoria Interna – 1 Servidor – Sem Custo
- ✓ IV Congresso Internacional de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público CQ – 2 Servidores - Sem custo.

Os demais treinamentos previstos não foram realizados por limitação orçamentária.

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade

Tabela 26 - Quadro A.7.1.3 - Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2014	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2013	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2012	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão										
Exercícios	2014	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2013	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2012	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2014	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2013	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2012	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Servidores Requisitados sem Ônus e sem vínculo com a UJ										
Exercícios	2014	3.086.950								3.086.950
	2013	2.605.715								2.605.715
	2012	2.312.045	00	00	00	00	00	00	00	2.312.045
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2014	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2013	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2012	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2014	2.023.649				235.204	29.454			2.288.307
	2013	1.894.931				214.712	40.946			2.150.589
	2012	1.786.283	00	00	00	217.917	42.725	00	00	2.046.925
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2014	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2013	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2012	00	00	00	00	00	00	00	00	00

Fonte: SIAFI 2012 e 2014

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

Todos os cargos da Autarquia são ocupados por servidores pertencentes a outros Órgãos, por aposentados e demais profissionais sem vínculos. Por ocasião da designação do servidor para o

cargo é feita pesquisa no sentido de identificar possíveis acumulações de funções e cargos comissionados, e o servidor atesta em declaração própria a não acumulação de cargo público, o que dispensa comentários sobre o item 7.1.4.1.

7.1.4.1 Terceirização Irregular de Cargos

Registra-se que o ITI não possui quadro próprio de pessoal, nem tampouco Plano de Carreira, desde sua criação em 2001. Em em 23.09.2013, o ITI solicitou à Casa Civil da Presidência da República, através do Ofício nº 74/2013-GAB/ITI/PR, a inclusão do ITI dentre as entidades autorizadas a adotar o Plano de Carreiras de C&T, previsto na Lei nº 8.691/93, para criação de quadro próprio, via concurso público. Ocorre que, apesar do Parecer favorável da Casa Civil, o pedido permanece sem resposta no âmbito MPOG.

TABELA 27 - QUADRO A.7.1.4.1 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO CARGOS DA UNIDADE

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2014	2013	2012		
Auxiliar Administrativo Níveis I, II e III	57	53	63	04	00
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
A variação entre os três exercícios é decorrente de restrição orçamentária, que em determinado período, especificamente em 2013, implicou na redução da força de trabalho terceirizada, o que afetou negativamente a administração da Unidade.					
Considerando-se a inexistência de Plano de Carreira, necessário para o estabelecimento de quadro próprio de servidores, o ITI se vê obrigado a continuar a contratar mão de obra para apoio administrativo, sem possibilidade de substituição até a solução da pendência.					

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

Não há identificação de riscos quanto a baixos salários, dada a inexistência de quadro próprio de pessoal na Autarquia. Entretanto houve pedidos de exoneração em cargos comissionados, do pessoal requisitado, em decorrência de oportunidades compensatórias em outros Órgãos ou iniciativa privada.

Por outro lado, a estrutura organizacional se encontra defasada, haja vista que o Instituto ainda opera com a mesma estrutura organizacional desde sua criação em 2001 e não dispõe de quadro de carreira e quadro de funcionários próprio, obrigando-o a valer-se de serviços terceirizados, que muitas vezes têm alcance limitado e forte impacto nas despesas discricionárias de seu orçamento. Áreas críticas, como a de controle da infraestrutura de comunicações, redes, sistemas e segurança da informação da área meio sofrem com ausência de profissionais próprios e suficientes para a sua gestão.

Na área finalística, essa limitação vai além, retardando avanços na área de pesquisa e desenvolvimento, uma vez que os recursos são alocados prioritariamente na operacionalização da Infraestrutura de Chaves Públicas, haja vista sua alta disponibilidade (24 horas por dia, 7 dias por semana – 99.99%). Além disso, registra-se a carência de profissionais especializados na área de pesquisa em C&T e Desenvolvimento Tecnológico, o que obriga o Instituto a valer-se de Acordos

de Cooperação e Termos de Descentralização de Créditos para garantir a compatibilidade do sistema com avanços de novas Tecnologias da Informação.

7.1.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Em razão da Autarquia não possuir quadro de pessoal, contando com uma estrutura regimental de somente 41 cargos comissionados e 4 servidores de carreira em exercício descentralizado, os controles são aqueles previstos na legislação que rege a matéria em comento (Lei 8.112/90). Além disso, não há indicadores gerenciais de recursos humanos, que somente serão desenvolvidos por ocasião da aprovação de quadro próprio de servidores.

7.2 Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Tabela 28 - Quadro A.7.2.1 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI													
UG/Gestão: 243001						CNPJ: 04.039.532/0001-93							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	Sit.
2012	L	O	17/2012	13.183.890/0001-66	31/05/12		08	08	00	00	00	00	P
2012	V	O	31/2012	04.689.455/0001-81	25/11/12		00	00	24	16	00	00	P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Tabela 29 - Quadro A.7.2.2 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI													
UG/Gestão: 243001						CNPJ: 04.039.532/0001-93							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	Sit.
2013	2	O	07/2013	20.204.491/0001-08	08/04/13		5	5	0	0	0	0	P
2011	3	O	17/2011	02.781.209/0001-96	21/07/12		0	0	0	0	3	3	P
2013	3	O	18/2013	05.964.931/0001-23	22/07/13	22/07/14	0	0	7	7	0	0	E

2014	3	O	24/2014	10.438.318/0001-02	08/08/14		0	0	7	7	0	0	A
2013	4	O	06/2013	20.204.491/0001-08	04/04/13		4	4	0	0	0	0	P
2013	5	O	11/2013	20.204.491/0001-08	29/05/13		O	O	6	4	O	O	P
2012	11	O	08/2012	13.183.890/0001-66	03/04/12		0	0	25	23	0	0	P
2012	11	O	14/2012	13.183.890/0001-66	14/05/12		0	0	0	0	23	19	P
2012	11	O	13/2012	20.204.491/0001-08	14/05/12		0	0	15	11	0	0	P

Observações:
LEGENDA
Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Controle de Contratos do Órgão.

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Os serviços vêm sendo prestados com a eficiência esperada.

O Instituto dispõe de área de fiscalização para contratos de mão de obra terceirizada que efetua levantamento do pagamento das verbas trabalhistas mensalmente antes da autorização de ressarcimento à empresa contratada, como forma de evitar não conformidades que possam afetar tanto a prestação de serviços como os benefícios dos trabalhadores.

7.2.4 Contratação de Estagiários

Tabela 30 - Quadro A.7.2.4 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	04	04	03	03	
1.1 Área Fim	03	02	02	02	
1.2 Área Meio	01	02	01	01	
2. Nível Médio	00	00			
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	00	00			
3. Total (1+2)	04	04	03	03	R\$ 25.304,99

Fonte: SIAFI/SIAPE

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A Autarquia não possui frota de veículos próprios, tendo, por meio do Pregão Eletrônico nº 106/2013 firmado contrato de número 07/2013 com a Empresa Transportadora Lima e Silva Ltda. ME, CNPJ nº 20.204.491/0001-08. O quadro a seguir demonstra a média anual percorrida, modelo e ano dos veículos contratados:

Grupo	Qtde	Modelo/Marca	Placa	Ano	Km anual p/ veículo	Km média mensal
Veículo Representação	01	Corolla	JKJ-4494	2013	20.942	1.745,17
Total do Grupo	01					1.745,17
Veículo Utilitário	01	Corsa	JFT-7544	2013	6.380	531,67
Veículo Utilitário	01	Corsa	JFF-9444	2013	5.558	463,17
Veículo Utilitário	01	Corsa	JFF-7444	2013	3.782	315,17
Veículo Utilitário	01	Moto Honda CG	JJM-3298	2013	6.061	505,08
Total do Grupo	04					1.815,09

A inexistência de quadro de pessoal na Autarquia, de condutores e de frota automotiva, constitui a motivação lógica e jurídica para a contratação, amparada pelo Decreto 2.271/1997, necessária para a realização de atividades complementares, auxiliares e logísticas da Instituição.

8.2 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Tabela 31 - Quadro A.82 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	DF	01	01
	Brasília	01	01
	Subtotal Brasil		
EXTERIOR	PAÍS	00	00
	Subtotal Exterior	00	00
	Total (Brasil + Exterior)	01	01

Fonte: Contrato nº 15/2011 - Processo nº 00100.000019/2011-99 – Dispensa nº 03/2011

8.2.1 Análise Situacional:

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação possui contrato de locação de imóvel localizado na área central de Brasília (SCN Quadra 02, Bloco E), com área de 3.200 m², para as suas instalações, visto que não dispõe de imóvel próprio, não faz uso de imóveis de propriedade da União, tampouco de imóveis funcionais.

Registra-se que a manutenção predial, no sentido de reparos do sistema elétrico e hidráulico, sempre que solicitado, a Presidência da República disponibiliza de técnicos para realizá-lo, ficando às expensas do ITI as despesas com manutenção do sistema de ar condicionado, elevador, serviços de limpeza e vigilância.

As despesas com aluguel e manutenção do imóvel, no exercício de 2014, estão demonstrados no quadro a seguir:

Natureza	Valor anual - R\$
Aluguel	1.701.343,02
Manutenção do sistema de Ar Condicionado	16.618,91
Manutenção com Elevador	7.934,88
Serviços de Limpeza e Conservação	263.777,42
Serviços de Vigilância Armada	504.546,87

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Informações sobre sistemas computacionais que estejam diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos da Unidade.

A tabela abaixo lista os sistemas utilizados e as exigências de manutenções corretivas, preventivas, evolutivas, constando ainda as empresas contratadas para essa finalidade.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI Relação dos Sistemas Computacionais, suas Funções e Necessidades de Novas Funcionalidades

Manutenção de sistemas existentes						
Id	Nome	Descrição	Área requisitante	Macroprocesso	Usuários	Tipo de Manutenção Documentação
1	SGC	Gestão do ciclo de vida de certificados digitais emitidos pela Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil. Sistema responsável pela gestão de certificados da AC-Raiz e Lista de Certificados Revogados - LCR, ou seja, é utilizado para criar novas Autoridades Certificadoras, bem como assinar os Certificados das Autoridades Certificadoras de 1º Nível. É o software que trabalha com o HSM - Hardware Security Module - Módulo de Segurança Criptográfico que armazena as chaves privadas da AC-Raiz para as assinaturas de Certificados e LCRs - Listas de Certificados Revogados.	DINFRA	Gestão da AC Raiz da ICP-Brasil	ICP-Brasil	Exige contrato de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva tanto para o software (TDC UFSC) como para o hardware (Kryptus).
2	YWAPA	É o software de gestão de certificados da AC - Raiz.	DINFRA	Gestão da AC Raiz da ICP-Brasil	ICP-Brasil	Exige contrato de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva tanto para o software como para o hardware. TDC UFSC
3	YWYRA	É software de gestão de certificados para as ACs de 1º nível que não emitem certificados para usuários finais.	DINFRA	Gestão da AC Raiz da ICP-Brasil	ICP-Brasil	Exige contrato de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva tanto para o software como para o hardware. TDC UFSC
4	HAWA	É software de gerenciamento	DINFRA	Gestão da	ICP-Brasil	Exige contrato de

		de certificados para ACs que emitem certificados para usuários finais.		AC Raiz da ICP-Brasil		manutenção preventiva, corretiva e evolutiva tanto para o software como para o hardware. TDC UFSC
5	SAS BRY	<p>O Carimbo do Tempo é um selo que atesta a data e a hora exata em que um documento eletrônico recebeu a assinatura digital. Desta forma, garante a veracidade das informações e que o documento não sofreu adulteração no intervalo de tempo entre a assinatura e a consulta ao documento. O Carimbo do Tempo somente tem validade legal incontestável se emitido por uma Autoridade de Carimbo do Tempo (ACT) credenciada pelo ITI - Instituto da Tecnologia da Informação.</p> <p><i>Sistema de Auditoria e Sincronismo de Tempo - O sistema audita as carimbadoras de tempo e emite alvarás para seu funcionamento (autorizações para emitir carimbo de tempo).</i></p> <p><i>A BRY e THALES são duas tecnologias proprietárias que executam a mesma função, porém como o mercado pode utilizar uma como outra e elas não são interoperáveis, o ITI disponibiliza as duas opções de forma a atender a todas as demandas</i></p>	DINFRA	Carimbo do Tempo da ICP-Brasil	ICP-Brasil	Exige contrato de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva tanto para o software como para o hardware. BRY
6	TSMC THALES	<p>O Carimbo do Tempo é um selo que atesta a data e a hora exata em que um documento eletrônico recebeu a assinatura digital. Desta forma, garante a veracidade das informações e que o documento não sofreu adulteração no intervalo de tempo entre a assinatura e a consulta ao documento. O Carimbo do Tempo somente tem validade legal incontestável se emitido por uma Autoridade de Carimbo do Tempo (ACT) credenciada pelo ITI - Instituto da Tecnologia da Informação.</p> <p>O sistema audita as carimbadoras de tempo e</p>	DINFRA	Carimbo do Tempo da ICP-Brasil	ICP-Brasil	Exige contrato de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva tanto para o software como para o hardware. THALES

		emite alvarás para seu funcionamento (autorizações para emitir carimbo de tempo). A BRY e THALES são duas tecnologias proprietárias que executam a mesma função, porém como o mercado pode utilizar uma como outra e elas não são interoperáveis, o ITI disponibiliza as duas opções de forma a atender a todas as demandas				
7	Gerador de Políticas de Assinatura da ICP-Brasil	Gestão de políticas de assinatura digital, conforme normativos vigentes na ICP-Brasil (DOC-ICP-15). É o software que gera e assina as políticas de assinatura e as disponibiliza para o mercado	DINFRA	<i>Gestão de Políticas de Assinatura da ICP-Brasil</i>	ICP-Brasil	Exige contrato de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva tanto para o software como para o hardware. TDC UFSC
8	Validador	Ferramenta de validação e verificação de certificados e LCRs emitidos no âmbito da ICP-Brasil. Permite verificar a conformidade de certificados e LCRs com base nas políticas de certificação aprovadas pela ICP-Brasil. Permite extrair o conteúdo desses artefatos. Codificado em Java com banco de Dados PostgreSQL. Utiliza biblioteca criptográfica EVO-SDK.	DAFN	Auditoria	DAFN	Exige contrato de manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva. WEBSYS
9	Auditoria	Base de informações de controles de auditoria realizadas pelo ITI, empresas de auditoria independentes e auditorias internas da ICP-Brasil Codificado em Java com banco de Dados PostgreSQL. Utiliza biblioteca criptográfica EVO-SDK. Faz integração com os sistemas Cadastros, Fiscalização, Credenciamento e RiskManager Algumas informações são públicas e poderiam ser disponibilizada para a sociedade.	DAFN	Gestão do ITI	DAFN Público	Exige contrato de manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva. WEBSYS
10	Credenciamento	Ferramenta de automação do processo de credenciamento das entidades da ICP-Brasil. Possibilita a realização de ciclo completo de credenciamento com interação do ITI e das entidades credenciadas e em credenciamento de forma	DAFN	Gestão do ITI	ITI Entidades da ICP-Brasil Público	Exige contrato de manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva. WEBSYS

		<p>automatizada. Codificado em Java com banco de Dados PostgreSQL. Utiliza biblioteca criptográfica EVO-SDK. Mantém informações cadastrais e possibilita o credenciamento Faz integração com Cadastros, Fiscalização e Auditoria. As informações são públicas e de acesso a toda a sociedade.</p>				
11	Cadastro	<p>Base de informações de entidades credenciadas/em credenciamento na ICP-Brasil. Mantém informações cadastrais das entidades participantes da ICP-Brasil. Codificado em Java com banco de Dados PostgreSQL. Utiliza biblioteca criptográfica EVO-SDK. Algumas informações podem ser disponibilizadas para o público.</p>	DAFN	Gestão do ITI	DAFN Público	Exige contrato de manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva. WEBSYS
12	Fiscalização	<p>Gerenciamento dos trabalhos de fiscalização nas entidades integrantes da ICP-Brasil. Desenvolvida em Java. Compartilha a base de dados do Cadastro. Utiliza biblioteca criptográfica EVO-SDK.</p>	DAFN	Gestão do ITI	ITI Entidades ICP-Brasil	Exige contrato de manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva. WEBSYS
13	Monitor	<p>Faz o monitoramento automático do repositório das AC's de forma remota possibilitando o registro de falhas e emissão de alertas. Codificado em Java com banco de Dados PostgreSQL. Utiliza biblioteca criptográfica EVO-SDK.</p>	DAFN	Auditoria e Fiscalização	DAFN	Exige contrato de manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva. WEBSYS
14	Monitoramento de Certificado *	<p>Base de informações de certificados emitidos pelas entidades na ICP-Brasil, possui também base de Fraudes/tentativas de fraude na emissão dos certificados digitais. Sistema Anti-Fraude da ICP-Brasil - SAF (Lista Negativa e Comunicado de Fraude): Criado para aprimorar os processos de emissão do certificado digital, e respectivas fiscalizações, principalmente combatendo o uso de identidade falsificada pelo requerente de um certificado digital. O primeiro módulo desse sistema é a Lista Negativa que contém as</p>	DAFN	Gestão do ITI	ITI	Exige contrato de manutenção evolutiva e agregação de novas funcionalidades. Sistema Anti-Fraude da ICP-Brasil - SAF (Lista Positiva): A Lista Positiva é a informação verdadeira dos requerentes de um certificado digital. Faz-se necessário visto que mais de noventa por cento

		<p>informações de todo o processo do requerente que falsificou, ou tentou falsificar, a emissão de um certificado digital.</p> <p>Tem a função de estabelecer uma comunicação <i>on-line</i> entre os servidores das Autoridades Certificadoras e do ITI, no intuito de comunicar e disponibilizar as informações de fraudes, ou tentativas, por uso de identidade falsa para todo o sistema da ICP-Brasil, possibilitando um melhor gerenciamento das fiscalizações por parte do ITI e atualizações dessas informações para toda cadeia de Autoridades Certificadoras e Autoridades de Registro.</p>				<p>das fraudes na ICP-Brasil são por uso irregular de identidade de pessoas e/ou empresas que de fato existem e que já possuem um certificado digital. Com isso, existe uma mitigação da emissão irregular de um certificado digital, visto que teremos disponível as informações verdadeiras atreladas ao titular de fato do documento de identificação. As normas para tal Sistema, Lista Positiva, já estão escritas, também no que tange a obtenção dos <i>hardwares</i> e <i>softwares</i> para construção dessa Lista Positiva, mas ainda está pendente a aprovação por parte do Comitê Gestor da ICP-Brasil e das entidades participantes da ICP-Brasil. WEBSYS</p>
15	Verificador de Conformidade PBAD	Sistema disponível no portal do ITI para verificações de documentos assinados no Padrão Brasileiro de Assinatura Digital (PBAD).	ITI	Gestão de Assinaturas Digital	ICP Brasil e Sociedad e Geral	Manutenção evolutiva à medida que ocorrer alterações nos documentos do PBAD. TDC UFSC
16	Assinador Digital	Sistema de assinatura digital do PBAD conforme DOC-ICP-15.	ITI	Gestão de Assinaturas Digital	ITI e Sociedad e Geral	Manutenção evolutiva à medida que ocorrer alterações nos documentos do PBAD. TDC UFSC

*Projeto de conversão para tecnologia Java JBPM com utilização da base de dados corporativa e controle de acesso a usuários externos com uso de certificado digital ICP-BRASIL

Tabela 32- Quadro A.9.1 - Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014



Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo R\$	Valores Desembolsados 2014 - R\$
			CNPJ	Denominação		

01/2014	Aquisição de impressoras laser Monocromáticas	31/01/2014 31/01/2015	08.525.684/ 0001-00	Marumbi Tecnologia LTDA – ME	23.351,00	23.351,00
02/2014	Aquisição de impressoras laser Color Multifuncional A3	31/01/2014 31/01/2015	37.165.529/ 0001-75	Panacopy – Comércio de Equipamentos Reprográficos LTDA	16.340,00	16.340,00
03/2014	Aquisição de impressoras laser Color Multifuncional	31/01/2014 31/01/2015	00.495.124/ 0001-95	MR Computer Informática	19.800,00	19.800,00
10/2014	Aquisição de impressoras laser Color Multifuncional	06/06/2014 06/06/2015	00.495.124/ 0001-95	MR Computer Informática	13.200,00	13.200,00
11/2014	Aquisição de Switches Fibre Channel com 24 portas	16/06/2014 24/10/2015	03.369.656/ 0001-74	MaisDoisX Tecnologia em Dobro LTDA	176.940,00	176.940,00
12/2014	Aquisição de Receptor de GPS de rastreabilidade e sincronismo de tempo	27/06/2014 27/09/2014	05.130.502/ 0001-50	T Service Engenharia e Comércio LTDA	138.800,00	138.800,00
15/2014	Manutenção dos Módulos Criptográficos (HSM)	17/07/2014 17/07/2015	05.761.098/ 0001-13	Kryptus segurança da informação LTDA	506.500,00	188.530,54
24/2014	Serviço especializado de atendimento e suporte técnico presencial a usuários de TI	08/08/2014 08/08/2015	10.438.318/ 0001-02	Other Solutions Informática	239.999,40	72.903,08
26/2014	Serviço de Manutenção e Suporte Técnico em central telefônica e seus componentes	15/09/2014 15/09/2015	04.078.456/ 0001-25	Sopho Business Communications – Soluções Empresariais LTDA	12.000,00	3.533,33
27/2014	Serviços Técnicos de Manutenção Evolutiva, Adaptativa e Corretiva em Sistemas de Informação com uso de Certificado Digital Padrão ICP-Brasil	21/08/2014 21/08/2015	02.335.970/ 0001-73	Websis Tecnologia e Sistemas LTDA – ME	512.400,00	121.695,00
28/2014	Serviço de Aferição e Validação dos	21/08/2014 21/08/2015	02.434.787/ 0001-60	Fatto Consultoria e Sistemas LTDA	29.610,00	9.870,00

	Quantitativos de prontos de Função					
29/2014	Aquisição de Solução de Armazenamento de Dados em Rede e Expansão	29/08/2014 29/08/2015	03.535.902/ 0001-10	Decision Serviços de Tecnologia da Informação LTDA	259.985,92	259.985,92
30/2014	Aquisição de Switches Fibre Channel com 24 portas	29/08/2014 06/01/2015	03.369.656/ 0001-74	MaisDoisX Tecnologia em Dobro LTDA	176.940,00	176.940,00
31/2014	Aquisição de impressoras laser Color Multifuncional	29/08/2014 29/08/2015	00.495.124/ 0001-95	MR Computer Informática	13.200,00	13.200,00
32/2014	Aquisição de Placas Controladoras HBA	29/08/2014 29/10/2014	04.958.321/ 0001-54	Hardlink Informática e Sistemas LTDA	34.171,00	34.171,00
33/2014	Aquisição de Switches Fiber Channel com 24 portas	18/09/2014 26/01/2015	03.369.656/ 0001-74	MaisDoisX Tecnologia em Dobro LTDA	88.470,00	88.470,00
34/2014	Aquisição de impressoras laser Monocromáticas	01/10/2014 01/10/2015	08.525.684/ 0001-00	Marumbi Tecnologia LTDA – ME	1.229,00	1.229,00
37/2014	Prestação de Serviço Especializado em Tecnologia da Informação para implantação, produção e consultoria do SIADS	19/12/2014 19/12/2015	33.683.111/ 0001-077	Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	21.241,92	21.241,92
38/2014	Aquisição de Switches Fibre Channel com 24 portas	05/12/2014 14/04/2015	03.369.656/ 0001-74	MaisDoisX Tecnologia em Dobro LTDA	265.410,00	265.640,00
39/2014	Aquisição de Placas Controladoras HBA	05/12/2014 05/02/2015	04.958.321/ 0001-54	Hardlink Informática e Sistemas LTDA	18.224,00	18.224,00
40/2014	Aquisição de impressoras laser Color Multifuncional A3	05/12/2014 05/12/2015	37.165.529/ 0001-75	Panacopy – Comércio de Equipamentos Reprográficos LTDA	32.680,00	32.680,00
41/2014	Aquisição de impressoras laser Color Multifuncional	05/12/2014 05/12/2015	00.495.124/ 0001-95	MR Computer Informática	19.800,00	19.800,00
42/2014	Aquisição de	31/12/2014	13.065.231/	Arsitec Eletrônica	357.605,00	0,00

	Relógio Atômico	30/12/2015	0001-25	Comércio e Serviços LTDA		
43/2014	Aquisição de Time Coder Translator e Sistema de Auditoria e Sincronismo da Plataforma	31/12/2014 30/05/2015	05.130.502/ 0001-50	T Services Engenharia e Comércio LTDA	327.190,00	0,00
44/2014	Aquisição de Sistema de Auditoria e Sincronismos da Plataforma BRY SAS	31/12/2014 30/05/2015	04.441.528/ 0001-57	BRY Tecnologia S/A	342.862,50	0,00
08/2011	Sistemas Estruturadores – AC Raiz - Infovia	18/07/2014 18/07/2015	33.683.111/ 0001-07	Serpro	303.360,00	293.420,00
07/2012	Prestação de serviço de link de Internet	02/04/2014 02/04/2015	03.420.926/ 0001-24	GVT- Empresa Global Village Telecom	90.600,00	97.650,00
03/2013	Aquisição de solução de tecnologia da informação – Infraestrutura de Carimbo de tempo	19/02/2015 19/02/2016	05.130.502/ 0001-50	T Service Engenharia e Comércio LTDA	239.436,00	239.436,00
04/2013	Aquisição de solução de tecnologia da informação – Infraestrutura de Carimbo de Tempo	19/02/2015 19/02/2016	04.441.528/ 0001-24	BRY Tecnologia SA.	130.000,00	130.000,00
17/2013	Serviços Técnicos especializados “on going” Sala Cofre.	29/07/2014 29/07/2015	43.209.436/ 0001-06	ACECO TI	1.208.167,00	1.174.236,00
19/2013	Aquisição de solução de armazenamento de dados para atender demanda deste Instituto.	15/08/2014 15/08/2015	74.556.069/ 0001-32	OS&T	131.199,84	65.599,92

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Tabela 33 - Quadro A.10.1 - Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
●	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
●	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
●	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		X
●	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
●	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
●	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
●	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
●	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			
Item 1 – Confirmação da participação do Instituto, no Programa Agenda Ambiental da Presidência da República, através do Ofício 147/2014/SAIS/SG/PR, Ofício 049/2014-CGPOA/ITI/PR e Portaria 52/2014-CGPOA/ITI.			
Item 2 – Conclusão processo licitatório em 12/fev/2015, Pregão Eletrônico/SRP nº 17/2014, referente à aquisição dos equipamentos para fazer frente à participação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).			

11 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

11.1 Tratamento de recomendações do OCI – Órgão de Controle Interno

Inicialmente, destaca-se que o quadro abaixo A.11.2.1, trata de providências já adotadas para o cumprimento das recomendações do controle interno. Entretanto todas continuam em andamento, dadas as dificuldades encontradas para cumpri-las até o final do exercício de 2014.

11.1.1 – Recomendações do Controle Interno Atendidas no Exercício

Tabela 34 - Quadro A.11.1.1 - Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação			0477388
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	05/2014	Achados de Auditoria subitens 1.1.1, 2.1.1, 3.1.1, 4.1.1	Ofício nº 278/2014/COFIP/CISET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação			0477388
Descrição da Recomendação			
1) Desenvolver indicadores que possibilitem a mensuração da concretização de seus objetivos institucionais; 2) Elaboração e aprovação de Regimento Interno da Autarquia, conforme previsto no art. 4º do Decreto 4.689/2003; 3) Adotar providências para prover a área de compras e contratações de servidores efetivos de forma a cessar a subordinação direta de terceirizados na atividade, de forma definitiva; 4) Envidar esforços no sentido de institucionalizar a Unidade de Auditoria Interna do Órgão, estruturando-a com recursos humanos e logísticos suficientes ao bom desempenho de suas competências, cujas atribuições deverão estar previstas em Regimento Interno.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração			0477388
Síntese da Providência Adotada			
1 - Indicadores de Gestão , quando da elaboração do planejamento estratégico 2014/2016, será adotado o módulo GERPLANES. O atendimento à recomendação teve início, com a designação da equipe responsável pelo planejamento estratégico 2015/2018, Portaria nº 24/2014, cujas diretrizes deverão buscar prestigiar os indicadores de gestão;			
2 - A proposta final de Regimento Interno , resta complementada nos trabalhos realizados pela Portaria 17/2014-Gab-ITI e este aguarda aprovação, que deverá restar atendida neste exercício;			

3 - A **subordinação de empregados** – o fato é que a ausência de plano de carreira e a indisponibilidade de cargos impedem uma gestão mais efetiva, real e concreta, pois o afastamento da mão-de-obra terceirizada importa na descontinuidade dos serviços. Tal solução, em caráter peremptório, depende da inserção de servidores nesta autarquia, o que não prescinde a criação de cargos (plano de carreira) ou acréscimos de funções comissionadas. Há de ressaltar, também, que a falta de pessoal efetivo não constitui uma reserva da área meio, aliás, a maior criticidade reside nas atividades fins e estratégicas, notavelmente, com impacto na missão institucional;

4 - Com relação a **Auditoria Interna** em 30/04/2014, por meio da Portaria nº 10/2014, foi designado o servidor José Dornelas Batista para auditor interno, e a servidora Aiche Leite M. Saleh para o exercício da contadoria interna, o que em tese atende a segregação de função devida. Consta nos autos do Processo nº 00100.000123/2014-26 remessa da indicação do servidor designado auditor interno para apreciação da Controladoria Geral da União/CGU. Após análise a CGU manifestou-se pela impossibilidade em razão do servidor exercer atividade de fiscalização de contratos e constar no curriculum a cumulação com a atividade de contador, o que seria incontroverso se não fosse os erros materiais constantes daquele currículo. Ressalta-se então, que encontra-se em curso as providências com vistas ao pedido de reconsideração à CGU dos pontos impugnados, o que deverá prestar regularidade a essa situação. Na proposta da criação do regimento interno inclui o do auditor interno.

Síntese dos Resultados Obtidos

Dificuldade no atendimento dos prazos pelos gestores, com situações que não dependem somente deste Órgão, ocasionando extrapolação dos prazos previstos.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Número de profissionais insuficientes para executar as atividades finalísticas e outras demandas administrativas que exijam servidores.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	0477388

Recomendações do OCI
Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Nota Técnica nº 29/2014-COFIP/CISSET/SG-PR	Fato 2	Ofício nº 594/2014/COFIP-CISSET-SG-PR

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	0477388

Descrição da Recomendação

Uso de veículo do ITI nos itinerários casa x trabalho x casa em período de atestado médico. O valor recolhido não corresponde ao total devido.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração	0477388

Síntese da Providência Adotada

Reconhecimento da ocorrência pelo servidor, justificada em face do seu comprovado estado de convalescência médica

que impedia a sua regular locomoção e, diante da necessidade da presença física deste no local de trabalho a frente da gestão da autarquia. Indenização em favor do erário efetuada.

Síntese dos Resultados Obtidos

Dificuldade em reparar que utilizou-se indevidamente o meio de transporte do ITI, dada a situação de saúde em que se encontrava. Esperava, no mínimo, ser ressarcido do valor voluntariamente recolhido.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Diante da síntese da providência adotada, o Controle Interno concluiu que as alegações expostas não trazem fatos novos suficientes e possíveis de modificar a posição firmada pela sua equipe de auditoria, visto que a função desempenhada pelo servidor no âmbito da Unidade não lhe assegurava o direito de usar veículo oficial para os fins manifestados, mantendo-se assim, inalterado o entendimento anterior, confirmando como parcialmente procedente os termos denunciados.

11.1.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Tabela 35 - Quadro A.11.1.2 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa		Código SIORG	
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação		0477388	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	05/2014	Achados de Auditoria subitens 1.1.1, 2.1.1, 3.1.1, 4.1.1	Ofício nº 278/2014/COFIP/CISET/S G-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação		0477388	
Descrição da Recomendação			
1) Desenvolver indicadores que possibilitem a mensuração da concretização de seus objetivos institucionais; 2) Elaboração e Aprovação de Regimento Interno da Autarquia, conforme previsto no art. 4º do Decreto 4.689/2003; 3) Adotar providências para prover a área de compras e contratações de servidores efetivos de forma a cessar a subordinação direta de terceirizados na atividade, de forma definitiva; e 4) Envidar esforços no sentido de institucionalizar a Unidade de Auditoria Interna do Órgão, estruturando-a com recursos humanos e logísticos suficientes ao bom desempenho de suas competências, cujas atribuições deverão estar previstas em Regimento Interno.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação		0477388	
Justificativa para o seu não Cumprimento			
1) Profissionais x tempo foi insuficiente para o atendimento até 31/12/2014. 2) Profissionais x tempo foi insuficiente para o atendimento até 31/12/2014.			

- 3) Independe da vontade do ITI, pois envolve os Órgãos da Casa Civil/PR e MPOG.
- 4) Decidiu-se pela conclusão de capacitação do servidor em curso na área de auditoria, com carga mínima exigida, o que somente foi possível no final do exercício de 2014, bem como o cumprimento das demais exigências, para posterior, dar continuidade à sua indicação, submetendo-se à CGU, para nova apreciação.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Dificuldade quanto ao número de pessoas para desonerar os servidores de segregação de funções e no cumprimento, dentro do exercício, das recomendações constantes no Relatório de Auditoria nº 05/2014.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Nota Técnica nº 29/2014-COFIP/CISET/SG-PR	Fato 2	Ofício nº 594/2014/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação			0477388
Descrição da Recomendação			
Uso de veículo do ITI nos itinerários casa x trabalho x casa em período de atestado médico. O valor recolhido não corresponde ao total devido.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração			0477388
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Aguarda análise e decisão acerca do pedido de reconsideração declarado na Síntese da Providência Adotada, constante desse relatório.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Dificuldade na análise pela área competente, dada a escassez de recursos humanos e priorização de outras atividades.			

11.2 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UNIDADE, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	00		00
	Entregaram a DBR	00		00
	Não cumpriram a obrigação	00		00
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	00		00

	Entregaram a DBR	00		00
	Não cumpriram a obrigação	00		00
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	41		41
	Entregaram a DBR	41		41
	Não cumpriram a obrigação	00		00

11.2.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Todos os servidores, ao tomar posse no cargo designado, apresentam declaração de bens e renda, em observância à Lei 8.730/93. A maioria autoriza o acesso da DBR por meio eletrônico, sendo que os demais entregam, anualmente, cópias da declaração em papel impresso.

Figura 1: Figura 5 - Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO PREGOEIRO

Denominação completa (Unidade)	Código da UG
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	243001

Figura 4 - Declaração do Pregoeiro

Declaração

Eu, **Nathércia Maria Ribeiro de Almeida**, CPF nº 046.411.911-15, ocupante do cargo de Coordenadora de Licitações Contratos e Convênios/CGPOA, exercido no **Instituto Nacional de Tecnologia da Informação**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014, por esta unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 09 de março de 2015.



Nathércia Maria Ribeiro de Almeida

CPF nº 046.411.911-15

Coordenadora de Licitações, Contratos e Convênios/CGPOA/ITI

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Não são aplicáveis a esta Autarquia, os seguintes itens:

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

12.4.1 – Declaração sem Ressalva

12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976;

12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais.

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

O ITI adotou os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, principalmente o disposto contido nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10, bem como os critérios e procedimentos contábeis adotados para a realização da depreciação de itens do patrimônio definidos na Macrofunção 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional. Estes são apurados pela Área de Controle Patrimonial, e contabilizados de acordo com o Regime de Competência.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica dos bens teve como parâmetro a tabela descrita na macrofunção 020330.

A metodologia adotada no cálculo da depreciação foi compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicada uniformemente, utilizando-se as taxas descritas na macrofunção 020330, com observância ao percentual aplicado ao valor residual dos bens do Órgão.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício evidenciaram um decréscimo substancial, decorrente de diversos fatores, tais como baixas de bens por doações e ajustes necessários de valores depreciados, referentes a exercícios anteriores.

Destaca-se que no mês de dezembro/2014 o setor de patrimônio não registrou no sistema SIADS, a depreciação dos bens patrimoniais.

12.2 Conformidade Contábil

Em consonância às práticas da Macrofunção SIAFI 020315, foram registradas, mensalmente, as conformidades de Unidade Gestora Executora e de Órgão, pela Setorial Contábil da Autarquia. Conforme quadro a seguir:

Mês	Situação	Código
Janeiro	Com restrição	302
Fevereiro	Com restrição	603
Março	Com restrição	603
Abril	Com restrição	302 e 603
Maio	Com restrição	302, 315 e 738
Junho	Sem restrição	
Julho	Sem restrição	
Agosto	Sem restrição	
Setembro	Sem restrição	
Outubro	Com restrição	315
Novembro	Com restrição	302
Dezembro	Com restrição	315 e 642

Legenda:

código 302 – falta e/ou atraso de remessa do RMA e do RMB

315 – falta/restrrição conformidade registro de gestão

603 – saldo contábil do almoxarifado não confere

642 – falta/evolução incompatível Depreciação Ativo Imobilizado

738 – saldo invertido contas correntes

12.3 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

12.3.1 Declaração com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação		243001	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none">a) falta de conformidade de registro de gestão - maio, outubro e dezembro.b) ausência de depreciação de bens patrimoniais, no mês de dezembro <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	27/02/2015
Contador Responsável	 Aiche Leite Mohd Saleh	CRC nº	24.137 - DF

12.4 Relatório de Auditoria Independente

O Instituto conta com os serviços da empresa PriceWaterHouse, auditores independentes, que tem por finalidade somente a verificação dos serviços e operacionalização da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil, e não o Instituto como um todo.





**Instituto Nacional
de
Tecnologia da Informação**

**Planejamento Estratégico
Acompanhamento das Ações
Exercício 2014**

ANEXO 1

SUMÁRIO

Apresentação.....	04
Diretrizes Estratégicas.....	07
PPA 2012-2015 - Resultados 2014.....	09
Acompanhamento das Ações 2014	19

APRESENTAÇÃO

O **Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI** (www.iti.gov.br) é uma Autarquia Federal, criada por intermédio do Art. 12 da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, e cuja vinculação à Casa Civil da Presidência da República está expressa no Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007. Sua estrutura regimental está definida pelos Decretos nº 4.689, de 7 de maio de 2003 e nº 5.420, de 13 de abril de 2005.

Sua competência principal é operacionalizar, manter e modernizar a Infraestrutura de Chaves Públicas, sendo a primeira Autoridade da Cadeia de Certificação – AC Raiz.

O ITI também tem atribuição de estimular e articular projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológicos voltados à ampliação da cidadania digital, bem como a popularização da certificação digital e inclusão digital, atuando sobre questões como sistemas criptográficos, software livre, hardwares compatíveis com padrões abertos e universais, convergência digital de mídias, entre outras.

O Instituto participa ainda do Comitê Executivo do Governo Eletrônico, com representantes em alguns comitês técnicos, na e-PING e no Comitê Gestor de Segurança da Informação.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

A Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, deu início à implantação do sistema nacional de certificação digital da Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira – ICP – Brasil, criada com o objetivo de regulamentar a utilização da Certificação Digital no País.

O Certificado Digital funciona como uma carteira de identidade virtual que permite a identificação segura do autor de uma mensagem ou transação realizada nos meios virtuais, como a rede de computadores – Internet. Tecnicamente, o certificado é um documento eletrônico que por meio de procedimentos lógicos e matemáticos assegura a integridade das informações e a autoria das transações.

O Certificado Digital contém dados de seu titular, tais como, número de registro civil, assinatura da Autoridade Certificadora que o emitiu, entre outros atributos, conforme consta na Política de Segurança de cada Autoridade Certificadora.

Portanto, quando se utiliza um certificado digital para gerar um documento eletrônico, inicia-se uma verificação dos dados e da validade do certificado, cujo processo se vale de chaves criptográficas criadas mediante o uso de matemática avançada. A cada entidade (pessoa, processo ou servidor) é associada um par de chaves criptográficas, cuja verificação ou certificação *on line* é feita a cada transação pela Autoridade Certificadora que o emitiu.

A Certificação Digital confere segurança e validade jurídica a transações realizadas de forma virtual, ou seja, sem presença física do interessado, mas que exigem a identificação inequívoca da pessoa que está processando o documento ou transação de forma eletrônica.

A certificação digital é uma ferramenta que garante integridade, autenticidade, segurança e validade jurídica aos atos praticados com seu uso, por essa razão é muito utilizada em operações de comércio eletrônico, assinatura de contratos, operações bancárias, iniciativas de governo eletrônico, diversas transações da Receita Federal e de comércio exterior, dentre muitas outras.

O Brasil conta com uma infraestrutura pública, mantida e auditada por uma autarquia Federal, no caso o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, a quem compete executar as políticas de certificação e as normas técnicas e operacionais estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil, bem como realizar os processos de credenciamento, fiscalização e auditoria das entidades que compõem a ICP – Brasil, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados e o nível de confiança que a sociedade deposita na

ICP – Brasil.

O ITI atua também como Secretaria Executiva do Comitê Gestor da ICP – Brasil, composto por representantes dos seguintes Órgãos: Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Justiça, GSI/PR – Gabinete de Segurança Institucional, FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos, Câmara E-Net, AJUFE – Associação dos Juízes Federais do Brasil, SBC – Sociedade Brasileira de Computação, CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e dois convidados do CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

O ITI é responsável pela condução da seguinte **Iniciativa**, no âmbito do PPA 2012-2015:

2038 - Programa Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

0605 - Objetivo: Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.

02D2 - Iniciativa: Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital, necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade, e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

A análise ambiental evidenciou a necessidade de atuação em determinadas frentes, cujo êxito é considerado fundamental para o cumprimento da missão e o alcance da visão do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI.

A partir desse diagnóstico foram traçadas as seguintes ***Diretrizes Estratégicas***:

- 1. Operacionalização, Auditoria e Fiscalização do Sistema Nacional de Certificação Digital ICP – Brasil**
- 2. Normatização e Pesquisa**
- 3. Prospecção e Evolução Tecnológica**
- 4. Fomento a aplicações com uso da Certificação Digital**
- 5. Sensibilização e Capacitação**
- 6. Reestruturação Organizacional**
- 7. Reestruturação Orçamentária**
- 8. Monitoramento de Projetos de Lei que disciplinem o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação digital de interesse da ICP Brasil.**

Informações Sobre o Plano Plurianual PPA 2012-2015

O ITI não dispõe de Programa Temático no âmbito do PPA 2012-2015 sob sua responsabilidade. O Instituto responde por Iniciativa vinculada a Objetivo do Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Unidade.

INICIATIVA DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Objetivo	0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.					
	0202					
Descrição	Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação, necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.750.000	5.628.000	4.582.291	3.035.208	0	640.093	3.035.208
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
01	Massificação do uso de Certificados Digitais da ICP- Brasil	Qualidade	99,9%	99,9%	5.628.000	3.035.208

Resultados obtidos em 2014

A Certificação Digital permite que aplicações, como comércio eletrônico, assinatura de contratos,

operações bancárias, iniciativas do governo eletrônico, entre outras sejam realizadas de forma virtual, via Internet, com segurança ao garantir a identificação inequívoca do cidadão, atribuindo ainda validade jurídica aos atos praticados com seu uso.

A **Iniciativa para *Massificação do uso do Certificado Digital ICP – Brasil*** foi desenvolvida no ano de 2014 no âmbito de quatro eixos principais:

- 1 - Sensibilização e Capacitação em Certificação Digital ICP - Brasil;
- 2 - Fomento a Aplicações que façam uso da Certificação Digital ICP - Brasil;
- 3 - Operação do Sistema Nacional de Certificação Digital ICP - Brasil e
- 4 - Evolução Tecnológica da Certificação Digital ICP - Brasil.

1 – Sensibilização e Capacitação: Proporcionar que a sociedade brasileira em geral saiba o que é a certificação digital, para que serve, onde e como usá-la, os benefícios e responsabilidades advindas de seu uso e proporcionar o desenvolvimento de profissionais qualificados para desenvolver e operar os sistemas responsáveis pelo ciclo de vida dos certificados digitais ICP – Brasil.

No intuito de divulgar e popularizar os benefícios da Certificação Digital, o ITI organizou o 12º CertForum - Fórum de Certificação Digital, realizado nos dias 27 e 28 de maio de 2014, em Brasília.

O 12º CertForum reuniu representantes das iniciativas privada e pública e estudiosos para mesas e debates sobre a certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil. O Fórum foi composto por nove mesas e mais de vinte palestrantes, que trataram de temas como a utilização do certificado digital no processo de desburocratização, o repasse de informações das empresas para o governo, as aplicações de estratégia e defesa nacional e na área da saúde.

O evento também teve como destaque o balanço sobre a atual gestão do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI e o debate sobre questões de direito e tecnologia.

O 12º CertForum foi realizado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI em parceria com a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital – Abrid, e teve o patrocínio das empresas Boa Vista Certificadora Digital, Certisign, Correios, Digitalsign, Gemalto, Kryptus, Scytl, Serasa Experian, Soluti e Valid Certificadora Digital.

O ITI visitou o Centro de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro – CDCiber e o Centro Integrado de Telemática – CITEX do Exército Brasileiro, no dia 11/06/2014. O Objetivo principal do encontro foi a apresentação dos andamentos do projeto da Autoridade Certificadora da Defesa – AC Defesa.

Representantes do ITI ministraram palestra sobre a ICP – Brasil no Projeto “Quartas Arquivísticas”. O evento, realizado no dia 22/10/2014, é promovido pelo Arquivo Central da Universidade de Brasília – UNB, e tem por objetivo proporcionar um ambiente de reflexão e troca de ideias para aprimoramento das atividades arquivísticas, no caso o tema foi arquivologia e documentos eletrônicos.

O ITI também se reuniu com representantes da Associação Nacional de Certificação Digital – ANCD, que reúne representantes das Autoridades Certificadoras privadas de primeiro nível da ICP – Brasil. A reunião teve como tema principal o fortalecimento do processo de identificação do cidadão que comparece presencialmente para emissão do certificado digital ICP-Brasil.

O Instituto também esteve presente nos principais eventos voltados à segurança da informação, desmaterialização de processos, defesa cibernética e iniciativas afins, tais como:

- a) Congresso e Exposição TI & Varejo;
- b) Oficina sobre arenas multiuso em São Paulo;
- b) Primeira Edição do Fórum Nacional de Segurança da Informação;
- d) 7º Fórum de TI do Banrisul;
- e) II Seminário Nacional de Certificação Digital;
- f) 19º *Cards, Payment & Identification*;
- g) Encontro Multisetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet – NETmundial;
- h) XXIV – Convenção da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná – FACIAP; e
- i) XVI CONEC – Congresso Nacional dos Corretores de Seguros.

2 – Fomento a aplicações: Estimular o desenvolvimento e a implantação de aplicações que façam uso da Certificação Digital ICP – Brasil nos setores público e privado brasileiros.

A dimensão da importância da Certificação Digital no Brasil pode ser avaliada a partir de seu impacto no PIB Nacional. A atual estrutura da ICP – Brasil é utilizada cada vez mais em sistemas e aplicações de grande relevância para o desenvolvimento nacional, sendo aplicada nas áreas de Infraestrutura, Desenvolvimento Social, Econômica e Produtiva e Estratégia e Defesa, a saber:

Área de Infraestrutura	Mineral - PETROBRAS Comunicação – Correios Aeroportuário – INFRAERO Energia – ELETROBRAS e Companhia Paulista de Força e Luz Transporte – Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e
Área de Desenvolvimento Social	Saúde – Conselho Federal de Medicina, Conselho Federal de Odontologia, ANVISA, ANS, SIOPS – Transmissão da Declaração de Aplicação de Verbas Educação – MEC/PROUNI, FNDE, Carteira Nacional Estudantil, USP – Emissão de Diploma Virtual Desenvolvimento Social e Combate à Fome, FOME ZERO/FINEP Trabalho e Emprego – Conectividade Social – FGTS/CEF, RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, Registro de Entidades Cadastrais, HomologNet – Rescisões contratuais, Processo Judicial Eletrônico no STJ - e-STJ Previdência Social – INSS Cultura Esporte e Turismo – Lei da COPA, Fundiário – ITR/INCRA Meio Ambiente – Licenças Ambientais (CETESB) Conselho nacional de Seguros Privados – CNSP – comercialização de produtos relacionados a planos de saúde e previdência complementar E-Social – Sistema de Escrituração Fiscal das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas
Área Econômica e Produtiva	Desenvolvimento, Indústria e Comércio – DNRC E INPI, SISCOMEX Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – Fiscalização de mercadorias de origem animal e vegetal importadas e exportadas. Econômico-Financeiro – SPB/BACEN, Contrato de Câmbio/BACEN, COMPENSAÇÃO ELETRÔNICA/BACEN-FEBRABAN Tributação – NF-e- Nota Fiscal Eletrônica, SPED, e-CAC, e-CPF, e-CNPJ, DIRF, DCTF/SRF, SUSEP/FENACOR e Conselho Federal de Contabilidade - CFC; COMPRASNET/MPOG
Área Estratégica e Defesa	Judiciário – Processo Eletrônico, Peticionamento Eletrônico, Urna Eletrônica (assinatura do software embarcado pelos partidos políticos), BACEN/JUDI, INFOJUS, Conselho Federal da

	<p>Ordem dos Advogados/OAB, RENAJUD - Sistema de restrições judiciais de Veículos Automotores</p> <p>Relações Exteriores – Passaporte Eletrônico (ICAO/PF), Autoridades de Registro em representações Diplomáticas do Brasil no Exterior</p> <p>Atividades Notariais e de Registro – ANORGE, IRIB e aplicações estaduais – ABEP, PRODERJ, PODREST/ES, ATI/PE, PROCERGS, IMESP/SP, Sistema Integra permite troca de informações entre cartórios extrajudiciais e órgãos do poder judiciário através da Internet</p> <p>Defesa – instalação da futura Autoridade Certificadora do Ministério da Defesa</p>
--	---

Sem a Certificação Digital, sistemas críticos da economia nacional podem ser paralisados, como é o caso do SPB - Sistemas de Pagamentos Brasileiro Nacional, do Sistema Nota Fiscal Eletrônica, aplicação que inibe a evasão fiscal, com ganhos em termos de redução de custo (papel, tinta, armazenagem, etc), padronização, facilidade no tratamento de dados eletrônicos, agilidade e segurança. **Dados disponíveis no Portal da Nota Fiscal Eletrônica indicam que foram autorizadas 10,846 bilhões de NF-e até 20/01/2015, emitidas por 1,089 milhão de contribuintes (base 12/01/2015).** Todas as emissões de Notas Fiscais eletrônicas se valem de Certificados Digitais da ICP – Brasil.

Também é fato que o uso do certificado digital assumiu expressiva importância para determinadas categorias profissionais, como contadores, médicos e advogados. Os contadores somente poderão acessar determinados sistemas da Receita Federal mediante o uso de certificados digitais. O mesmo ocorre com médicos para acesso a Prontuários Eletrônicos. No caso de advogados, o crescimento é ainda mais notório, tendo em vista a adoção em praticamente todo o Judiciário de processos eletrônicos que permitem que o trâmite jurídico seja feito integralmente por meio virtual.

Os números demonstram ainda que houve expansão em outras áreas que justificam o aumento nas emissões. Iniciativas como as ações internas dos governos municipais, estaduais e a União, cujo objetivo é dar transparência e combater possíveis fraudes é um aspecto que merece destaque.

Os destaques do exercício de 2014 ficaram por conta das seguintes aplicações:

- a) O novo passaporte eletrônico brasileiro será aderente ao diretório *Public Key Directory* – PKD da Organização da Aviação Civil Internacional – ICAO, agência especializada das Nações Unidas que promove a segurança e padroniza os aeroportos e passaportes no mundo. Com esta adesão, o passaporte brasileiro passará a ser reconhecido nos *e-gates*, portões eletrônicos, dos aeroportos de todos os países aderentes ao sistema e serão assinados com certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;
- b) A Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas – Sefaz - AM implantou sistema que possibilita o parcelamento de débitos fiscais através da internet. A nova funcionalidade está disponível para os contribuintes que optarem pelo Domicílio Tributário Eletrônico – DT-e, e é necessário o uso do certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil;
- c) O acesso ao Sispruni – Sistema do Programa Universidade para Todos passa a ser realizado exclusivamente com a utilização do certificado digital da ICP – Brasil;
- d) O Distrito Federal tornou obrigatória, a partir de 01.04.2014, a emissão de Notas Fiscais Eletrônicas para mais de 20 mil empresas de serviços e contribuintes do Imposto sobre Serviços – ISS;

- e) Foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre o ITI e a Associação Brasileira de Operadores e Fornecedores para Arenas Multiuso – Abrarenas que objetiva o desenvolvimento de projeto-piloto para aplicação de tecnologias, como o certificado digital ICP – Brasil, no acesso às arenas multiuso;
- f) A SEFAZ-SP – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo tornou obrigatório o uso de certificado digital ICP – Brasil para acesso à consulta de dados cadastrais dos contribuintes do ICMS no Cadesp;
- g) Foi assinado Acordo de Cooperação entre o ITI e o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, cujos objetivos principais são a criação da Autoridade Certificadora AC Justiça Eleitoral e a produção de estudos sobre a viabilidade de utilização de registros biométricos da base de dados do TSE para emissão de certificados ICP – Brasil;
- h) O Programa Minas Digital passou a divulgar a certificação digital ICP – Brasil. O projeto prevê a capacitação de funcionários para conceder suporte técnico ao advogado e a promoção de cursos de atualização sobre o PJ-e;
- i) A transmissão da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ 2014 passou a exigir o uso do certificado digital ICP – Brasil;
- j) O Tribunal de Justiça do DF e Territórios – TJDFT implantou, em 25/07/2014, o Processo Judicial Eletrônico – PJ-e. O PJ-e faz uso do certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP – Brasil para possibilitar a execução dos atos processuais por meio eletrônico;
- k) A Secretaria da Micro e Pequena Empresa – SMPE lançou, dia 08/10/2014 em Brasília, o Portal da Empresa Simples – www.empresasimples.gov.br. O novo portal tem por objetivo acelerar e facilitar o fechamento de empresas, que agora pode ser totalmente realizado por Internet, desde que seja executado mediante o uso do certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;
- l) O acesso ao Sistema Documento de Origem Florestal – DOF, a partir de agosto/2014, exige o uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil. O sistema DOF representa a licença obrigatória para o controle do transporte de produto e subproduto florestal de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, e substitui a Autorização de Transporte de Produtos Florestais – ATPF;
- m) O Sindicato de Corretores de Seguros do Estado de São Paulo – SINCOR-SP apresentou, durante o último Congresso dos Corretores de Seguros – CONEC, o Portal de Assinaturas do Mercado de Seguros – AssinaSeg, que possibilita a assinatura de qualquer tipo de documento por meio do certificado digital no padrão ICP – Brasil;
- n) Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT tornou, a partir da Resolução nº 736, de 08/10/2014, obrigatório para os empregadores o uso do aplicativo “Empregador WEB”. Nele deve ser realizado o preenchimento do requerimento de seguro-desemprego e de comunicação de dispensa ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Para o preenchimento dos requerimentos é necessário o uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;
- o) A partir de 01/11/2014, tornou-se obrigatório o registro *online* do Número de Identificação Social – NIS. O registro pode ser feito por meio do Conectividade Social, da Caixa Econômica Federal, com o uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;

p) A Receita Federal disponibilizou nos portais do Simples Nacional e do Centro Virtual de Atendimento – e-CAC um novo aplicativo que permite o parcelamento do Simples Nacional. O acesso à nova funcionalidade pode ser feito com o uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;

q) O Processo Judicial Eletrônico – Pje entrou em funcionamento na Seção Judiciária do Distrito Federal – SJDF e no Tribunal Regional Federal da 1ª. Região – TRF1, a partir de 01/12/2014. O Pje é um sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ para automação do Poder Judiciário, e faz uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;

r) Já está em funcionamento em todo o País, desde 08/11/2014, a Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, que reúne as ordens de indisponibilidade de bens imóveis decretadas pelo judiciário e por autoridades administrativas. O acesso ao sistema, bem como as assinaturas e informações ou outros documentos emitidos por meio deste, deve ser feito mediante o uso de certificado digital no padrão ICP – Brasil;

s) A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG realizou, pela primeira vez no País, todo o procedimento de criação, assinatura e transmissão de um Contrato Social em ambiente totalmente digital. Tal processo foi possível graças ao uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil;

t) Comissão do Senado autorizou, através do PLS 167/2014, de 19/11/2014, o armazenamento digital de prontuários médicos, desde que a digitalização ou microfilmagem seja realizada com o certificado digital no padrão ICP – Brasil;

u) A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE disponibilizou um portal para assinatura digital de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARS. Com a ferramenta, que faz uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil, os documentos decorrentes de leilões regulados podem ser assinados de maneira mais simples e diretamente na Internet, por meio do Portal de Assinaturas CCEE;

v) O acesso ao Sistema Registrato – Extrato do Registro no Banco Central, pode ser feito com uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil. O Sistema do Banco Central – BC permite ao cidadão ter acesso de forma rápida e segura, pela Internet, às informações sobre suas operações de crédito e outros relacionamentos com o sistema financeiro.

x) A Junta Comercial do Estado de Alagoas – JUCEAL disponibilizou o “Junta Digital”, sistema *online* que automatiza todo o fluxo do processo empresarial. Com a nova plataforma, que faz uso do certificado digital no padrão ICP – Brasil, os usuários têm a opção de realizar todo o procedimento de registro na Junta por Internet.

3 – Operação: Garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, ampliar a ICP – Brasil de modo a propiciar maior capilaridade pelo País, o que é necessário para prover acesso aos Certificados Digitais ICP – Brasil por todo e qualquer cidadão brasileiro.

No exercício de 2014, o ITI cumpriu fielmente seu objetivo de garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, assentada em sua disponibilidade de 99,99%, e investiu no desenvolvimento e implantação de novas tecnologias com vistas a garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos realizados com o uso do Certificado Digital ICP – Brasil.

A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira apresentou a seguinte evolução no exercício de 2014:

ENTIDADES CREDENCIADAS	2013	2014	CRESCIMENTO %
Autoridade Certificadora 1º Nível - AC	13	14	7,69
Autoridade Certificadora 1º e 2º Nível	57	67	17,54
Autoridade de Registro-AR - CNPJ	294	369	25,50
Instalações Técnicas Físicas	1.478	1.551	4,94
TOTAL	1.842	2.001	8,62

Fonte: ITI – Dezembro/2014

No período de janeiro a dezembro/2014, a ICP – Brasil credenciou 11 (onze) novas Autoridades Certificadoras – ACs de segundo nível, a saber: AC Sincor Rio RFB, vinculada à AC RFB; a AC Certisign Tempo, vinculada à AC Certisign; a AC Soluti Jus, vinculada à AC Jus; a AC Soluti RFB, vinculada à AC RFB; VALID JUS, vinculada à AC JUS; VALID PLUS, vinculada à VALID; ONLINE BRASIL, vinculada à AC VALID; AC CAIXA SPB, vinculada à AC CAIXA; AC DIGITAL, vinculada à AC SOLUTI; AC SAFEWEB RFB, vinculada à AC RFB e AC CNDL RFB, vinculada à AC RFB.

No mesmo período também foram credenciadas 5 (cinco) novas Autoridades de Carimbo do Tempo, a saber: *ACTs Certisign, Valid, Bry, Quicksoft e SAFEWEB.*

A capilaridade da ICP – Brasil, ou seja, a presença de pontos de atendimento espalhados pelo território nacional, também avançou. Os números demonstram que as principais áreas geradoras de riqueza e com infraestrutura de comunicação adequada já possuem pelo menos um ponto para aquisição de certificados digitais da ICP – Brasil.

Região	Quantidade de IT
CENTRO-OESTE	188
NORDESTE	209
NORTE	94
SUDESTE	793
SUL	272
TOTAL	1556

Fonte: ITI – Dezembro/2014

4 – Evolução: garantir que a Certificação Digital ICP – Brasil acompanhe a evolução tecnológica de modo a assegurar aos seus usuários o estado-da-arte em segurança da informação e, com isto, assegurar permanentemente segurança jurídica às transações e documentos eletrônicos.

No primeiro semestre de 2014, foi feita aquisição dos receptores GPS, que compõe parte da infraestrutura de rastreabilidade do Carimbo de Tempo. Foi contratado o serviço de manutenção continuada do Módulo de Segurança Criptográfica (HSM) da AC -Raiz, que armazena as chaves

privadas da Autoridade Certificadora.

A Raiz de Curvas Elípticas da Suíte B, supostamente vulnerável, foi revogada, no âmbito do processo de atualização da tecnologia de curvas elípticas, para uma futura emissão de nova raiz, valendo-se de curvas elípticas mais robustas. A adoção desse novo padrão de curvas elípticas *Brainpool* impõe a atualização da plataforma criptográfica, tanto hardware quanto de software, e está prevista para o exercício de 2015, após a homologação da nova versão do Sistema HSM.

Foram homologados sete novos equipamentos: basicamente cartões e tokens criptográficos.

No que se refere à infraestrutura tecnológica, foram adquiridos os seguintes equipamentos:

- a) 8 (oito) *switches* FC;
- b) 1 (hum) *storage*;
- c) 23 (vinte e três) placas HBA;
- d) 28 (vinte e oito) impressoras;
- e) 2 (dois) *tablets*;
- f) 2 (dois) receptores GPS;
- g) 1 (hum) relógio atômico;
- h) 1 (hum) *Time Code Translator*;
- i) 1 (hum) Sistema de Auditoria e Sincronismo de Tempo *Bry*; e
- j) 1 (hum) Sistema de Auditoria e Sincronismo da Plataforma *Ncipher*.

Parte desses equipamentos serão utilizados para implantação de estrutura do Sistema de Carimbo de Tempo no site de Contingenciamento, haja vista que o sistema vem operando sem contingenciamento adequado.

Registre-se que continua premente a necessidade de implantação do nível 3 de segurança na Sede do ITI, de forma que o ambiente de segurança da DINFRA esteja compatibilizado com a Sala Cofre. A atual estrutura exige que determinadas atividades operacionais sejam executadas apenas na Sala Cofre.

Foi apresentada a primeira versão do assinador de atributos que permitirá administrar, gerenciar e operar todo o sistema de validação de certificados de atributos de uma entidade. O novo programa conta com versão para desktop e *webservice*.

Foi também disponibilizado tutorial de instalação do certificado ICP – Brasil para Ubuntu.

O ITI lançou o verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da ICP – Brasil, podendo ser acessado no sítio <https://verificador.iti.gov.br>, que tem por função aferir a conformidade de um arquivo assinado com certificado ICP – Brasil, de acordo com o DOC ICP – 15.

O ITI publicou Nota Técnica que traz esclarecimentos sobre a implementação de algoritmos criptográficos no ciclo de vida de certificados digitais no padrão ICP – Brasil e assinaturas digitais em relação ao plano de adoção de novos padrões criptográficos.

O Grupo de Combate às Fraudes teve ampla participação na Comissão Técnica Executiva da ICP – Brasil – COTEC/ICP - Brasil e trouxe diversas proposições de regulamentação para o fortalecimento da segurança no âmbito do processo de identificação do emissor do certificado digital.

Por fim, registre-se que o ITI ainda opera com a mesma estrutura desde sua criação, limitada a apenas 41 DAS, e sem dispor de quadro próprio de servidores, é obrigado a valer-se de mão de obra terceirizada para serviços de suporte, com grande impacto nas despesas discricionárias.

Acompanhamento das Ações Estratégicas Exercício – 2014

Informamos abaixo os resultados obtidos em cada uma das ações estratégicas previstas para o exercício de 2014.

Ação: 1.1	4917 – Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil
Objetivo:	Aperfeiçoamento e expansão das Autoridades Credenciadas para emissão de certificados digitais e manutenção da estrutura física para operação da AC Raiz da ICP – Brasil e da Entidade de Carimbo de Tempo
Prazo:	2014
Meta	Manutenção de dois Centros de Certificação Digital (principal e contingência)
Responsável:	CGO – André Machado Caricatti
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 4917 – Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil
Execução 2014	<p>Execução (%): 100</p> <p>Operacionalização da AC – Raiz Para garantir o contingenciamento das chaves criptográficas e o pleno funcionamento da AC Raiz, são mantidos 2 (dois) Centros de Processamento de Dados, sendo um em Brasília/DF e outro em Florianópolis/SC.</p> <p>Os Centros são compostos de sistemas redundantes e autônomos, compostos dos seguintes subsistemas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Subsistema de Alimentação Elétrica; – Subsistema de Climatização; – Subsistema de Detecção e Combate a Incêndio; – Subsistema de Supervisão e Controle; – Subsistema de Controle de Acesso e Vigilância. <p>Em virtude da alta disponibilidade exigida pelo Ambiente Seguro do ITI é necessário manter contrato com empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas descritos acima. Todos esses subsistemas são monitorados em regime 24 horasx7 dias por equipe especializada.</p> <p>Além disso, a administração e o gerenciamento do repositório da AC Raiz, o repositório das Políticas de Assinatura da ICP – Brasil, homologação de equipamentos e sistemas da ICP – Brasil e a Entidade de Auditoria de Tempo, também fazem parte de atividades rotineiras para o pleno funcionamento da AC Raiz.</p> <p>No exercício de 2014 foi possível garantir a disponibilidade do Sistema de Certificação Digital e da Entidade de Carimbo de Tempo – ECT da ICP – Brasil, a uma taxa de 99,99%, para ambos ambientes – principal e de contingência, conforme exige a legislação vigente.</p> <p>Foi contratada a manutenção e atualização criptográfica dos HSMS – equipamentos destinados ao armazenamento das chaves criptográficas da AC – Raiz, no valor de R\$ 230.741,65, bem como a manutenção e atualização do software da plataforma criptográfica – SGC – Ywapa/Ywira e Hawa, no valor de R\$ 137.649,80.</p>
Ação: 1.2	Manter ambiente seguro principal para AC Raiz
Objetivo:	Manter a estrutura física para operação da AC Raiz da ICP – Brasil e Entidade de Auditoria de Tempo

Prazo:	2014 (Continuado)
Meta	<ul style="list-style-type: none"> – Contratação de Empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas do ambiente seguro. – Contratação dos meios físicos e lógicos para acesso à Internet (Infovia Brasília). – Contratação dos meios físicos e lógicos de contingência para o acesso à Internet. – Garantir a disponibilidade de 99,99%, conforme legislação vigente.
Responsável:	Coordenador da CGSI – Coordenação Geral de Segurança da Informação
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 4917 – Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil
Execução 2014	<p>Execução (%): 100</p> <p>Para garantir a disponibilidade, com o contingenciamento das chaves criptográficas e pleno funcionamento da AC Raiz, são mantidos 2 (dois) Centros de Certificação Digital – CCD, sendo um em Brasília/DF, nas instalações da Presidência da República e outro em Florianópolis/SC, na Universidade Federal de Santa Catarina.</p> <p>Os CCDs são compostos de sistemas redundantes e autônomos, compostos dos seguintes subsistemas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Subsistema de Alimentação Elétrica; Subsistema de Climatização; Subsistema de Detecção e Combate a Incêndio; Subsistema de Supervisão e Controle; Subsistema de Controle de Acesso e Vigilância. <p>Em virtude da alta disponibilidade exigida pelo Ambiente Seguro do ITI é necessário manter contrato com empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas descritos acima. Todos os subsistemas descritos acima são monitorados em regime 24x7 por equipe especializada. Além disso, faz-se necessário manter contrato para prestação de serviço de provimento dos meios físicos e lógicos para acesso à Internet para os dois sítios do ambiente principal e, ainda, para o sítio do ambiente de contingência.</p> <p>Em tais CCDs são também mantidos os repositórios da AC Raiz – parte online disponível para acesso através da Internet – onde são disponibilizados os Certificados, as Listas de Certificados Revogados (LCR) e políticas de assinaturas, em sítios de Internet com infraestrutura completamente redundantes. As informações são disponibilizadas em três sítios de Internet, sendo dois no CCD de Brasília/DF e um terceiro em Florianópolis/SC.</p> <p>A fim de atender aos normativos, passaram a ser disponibilizados 03 (três) servidores redundantes que respondem pelo mesmo domínio “acraiz.icpbrasil.gov.br”, em 03 (três) infraestruturas distintas, de forma que haverá indisponibilidade somente quando todos os servidores/informação estiverem simultaneamente indisponíveis. Havendo a indisponibilidade de alguma infraestrutura o serviço sofrerá degradação no acesso proporcional ao número de servidores/informação indisponíveis, porém o conteúdo manter-se-á acessível. Considera-se sítio Internet cada infraestrutura composta por servidores, ativos de rede, endereços IP, etc., independentes para o provimento dos serviços.</p> <p>Além disso, a administração e o gerenciamento dos repositórios da AC Raiz, o repositório das Políticas de Assinatura da ICP-Brasil, homologação de equipamentos e sistemas da ICP-Brasil e a Entidade de Auditoria de Tempo, também fazem parte de atividades rotineiras para o pleno funcionamento da AC Raiz.</p> <p>No exercício de 2014 foi possível garantir a disponibilidade do Sistema de Certificação Digital e da Entidade de Carimbo do Tempo – ECT da ICP-Brasil, a uma taxa de 99,99%, para todos os ambientes – principal, backup e de contingência, conforme exige a legislação vigente.</p> <p>Para tanto, foi contratada empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas do ambiente seguro e foram contratados os meios físicos e lógicos para acesso à Internet (Infovia Brasília) para os dois ambientes principal e de contingência.</p> <p>Com relação à Infraestrutura de Armazenamento da AC – Raiz foram adquiridas 23 placas HBA s, no valor de R\$ 52.394,00 e 5 Switches FC no valor de R\$ 442.350,00, a fim de complementar a rede de armazenamento de alta velocidade. Além disso, continuam contratados os serviços de manutenção preventiva e corretiva continuada das soluções de armazenamento de dados (Storages).</p> <p>Com relação à infraestrutura para operação da Entidade de Carimbo do Tempo, continuam contratados os serviços de suporte, manutenção preventiva e corretiva para os sistemas e equipamentos BRY e THALES.</p>

Ação: 1.3	Prover ambiente seguro de contingência para a AC Raiz
Objetivo:	Prover estrutura física de contingência para operação da AC Raiz da ICP – Brasil e Entidade de Carimbo de Tempo
Prazo:	2014
Meta	<ul style="list-style-type: none"> – Prover estrutura física de contingência para operação da AC Raiz da ICP – Brasil e Entidade de Auditoria de Tempo. – Contratação de hospedagem do ambiente de contingência para a Autoridade Certificadora Raiz e da – Entidade de Auditoria de Tempo da ICP – Brasil. – Contratação dos meios físicos e lógicos para o acesso à Internet do ambiente de contingência (RNP). – Contratação dos meios físicos e lógicos de contingência para o acesso à Internet do ambiente de contingência. – Garantir a disponibilidade de 99,99%, conforme legislação vigente.
Responsável:	Coordenador da CGSI – Coordenação Geral de Segurança da Informação
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 4917 – Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil
Execução 2014	<p>Execução (%): 100</p> <p>Para garantir a disponibilidade, com o contingenciamento das chaves criptográficas e pleno funcionamento da AC Raiz, são mantidos 2 (dois) Centros de Certificação Digital – CCD, sendo um em Brasília/DF, nas instalações da Presidência da República (ambiente principal) e outro em Florianópolis/SC, na Universidade Federal de Santa Catarina (ambiente de contingência).</p> <p>Os CCDs são compostos de sistemas redundantes e autônomos, compostos dos seguintes subsistemas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Subsistema de Alimentação Elétrica; • Subsistema de Climatização; • Subsistema de Detecção e Combate a Incêndio; • Subsistema de Supervisão e Controle; • Subsistema de Controle de Acesso e Vigilância. <p>Em virtude da alta disponibilidade exigida pelo Ambiente Seguro do ITI é necessário manter contrato com empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas descritos acima. Todos os subsistemas descritos acima são monitorados em regime 24x7 por equipe especializada. Além disso, faz-se necessário manter contrato para prestação de serviço de provimento dos meios físicos e lógicos para acesso à Internet para os dois sítios do ambiente principal e, ainda, para o sítio do ambiente de contingência.</p> <p>Em tais CCDs são também mantidos os repositórios da AC Raiz – parte online disponível para acesso através da Internet – onde são disponibilizados os Certificados, as Listas de Certificados Revogados (LCR) e políticas de assinaturas, em sítios de Internet com infraestrutura completamente redundantes. As informações são disponibilizadas em três sítios de Internet, sendo dois no CCD de Brasília/DF e um terceiro em Florianópolis/SC.</p> <p>A fim de atender aos normativos, passaram a ser disponibilizados 03 (três) servidores redundantes que respondem pelo mesmo domínio “acraiz.icpbrasil.gov.br”, em 03 (três) infraestruturas distintas, de forma que haverá indisponibilidade somente quando todos os servidores/informação estiverem simultaneamente indisponíveis. Havendo a indisponibilidade de alguma infraestrutura o serviço sofrerá degradação no acesso proporcional ao número de servidores/informação indisponíveis, porém o conteúdo manter-se-á acessível.</p> <p>Considera-se sítio Internet cada infraestrutura composta por servidores, ativos de rede, endereçamentos IP, etc., independentes para o provimento dos serviços.</p> <p>Além disso, a administração e o gerenciamento dos repositórios da AC Raiz, o repositório das Políticas de Assinatura da ICP-Brasil, homologação de equipamentos e sistemas da ICP-Brasil e a Entidade de Auditoria de Tempo, também fazem parte de atividades rotineiras para o pleno funcionamento da AC Raiz.</p> <p>No exercício de 2014 foi possível garantir a disponibilidade do Sistema de Certificação Digital e da Entidade de Carimbo do Tempo – ECT da ICP-Brasil, a uma taxa de 99,99%, para todos os ambientes – principal, backup e de contingência, conforme exige a legislação vigente.</p> <p>Para tanto, foi contratada empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas do ambiente seguro e foram contratados os meios físicos e lógicos para acesso à Internet (Infovia Brasília) para os dois ambientes principal e de contingência.</p> <p>Com relação à Infraestrutura de Armazenamento da AC – Raiz foram adquiridas 23 placas HBA s, no valor</p>

	<p>de R\$ 52.394,00 e 5 Switches FC no valor de R\$ 442.350,00, a fim de complementar a rede de armazenamento de alta velocidade. Além disso, continuam contratados os serviços de manutenção preventiva e corretiva continuada das soluções de armazenamento de dados (Storages).</p> <p>Com relação à infraestrutura para operação da Entidade de Carimbo do Tempo, continuam contratados os serviços de suporte, manutenção preventiva e corretiva para os sistemas e equipamentos BRY e THALES.</p>
--	---

Ação: 1.4	Modernizar os subsistemas do ambiente seguro do ITI
Objetivo:	Manter os subsistemas do ambiente seguro da AC Raiz atualizados.
Prazo:	2014
Meta	<ul style="list-style-type: none"> – Adequar os subsistemas, mantendo a garantia e suporte continuados dos fabricantes: – Adequação tecnológica do subsistema de climatização – Adequação tecnológica do subsistema de detecção e combate a incêndio – Adequação tecnológica do subsistema de supervisão e controle – Adequação tecnológica dos subsistema de controle de acesso e vigilância – Adequação das instalações técnicas da DINFRA e do CPD do ITI e instalação de solução de monitoramento remoto (NOC)
Responsável:	Coordenador da CGO – Coordenação Geral de Operações
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 4917 – Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil
Execução 2014	<p>Execução (%): 20</p> <p>No ano de 2014 foi dada continuidade ao processo de modernização da Infraestrutura de Chaves Públicas.</p> <p>Os equipamentos que entraram em obsolescência tecnológica foram substituídos e alguns subsistemas foram ampliados para atender à crescente demanda da ICP-Brasil. Dessa feita, foi realizada atualização do subsistema de controle de acesso e vigilância.</p> <p>Contudo, em virtude do contingenciamento imposto ao limite de movimentação e empenho não foi possível promover todas as adequações tecnológicas do Ambiente Seguro, bem como a instalação de NOC e Nível 3 na Sede do ITI. Assim, essa e demais demandas não atendidas em 2014 deverão ser reapresentadas para priorização pelo CETI, com vistas ao exercício de 2015.</p>

Ação: 1.5	Prover Infraestrutura para operação da Entidade de Carimbo do Tempo
Objetivo:	Manter hardware e software para operação da Entidade de Carimbo de Tempo
Prazo:	2014 (Continuado)
Meta	<ul style="list-style-type: none"> – Garantir a disponibilidade de 99,5%, conforme legislação vigente. – Contratação de suporte, manutenção preventiva e corretiva para os sistemas e equipamentos Br. – Contratação de suporte, manutenção preventiva e corretiva para os sistemas e equipamentos Thales. – Aquisição de infraestrutura de homologação para a Entidade de Carimbo de Tempo.
Responsável:	Coordenador da CGSI – Coordenação Geral de Segurança da Informação
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 4917 – Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil
Execução 2014	<p>Execução (%): 100</p> <p>No exercício de 2014 foi possível garantir a disponibilidade da Infraestrutura da Entidade de Carimbo de Tempo a uma taxa de 99,5%, conforme exige a legislação vigente.</p> <p>Os investimentos em tecnologia no âmbito da Infraestrutura de Carimbo de Tempo, a fim de melhoria da Infraestrutura de Contingência foram realizadas seguintes aquisições:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Relógio Atômico – R\$ 357.605,00; b) Time Code Translator – R\$ 63.440,00; c) Sistema de Auditoria de Sincronismo de Tempo – BRY – R\$ 342.862,50; d) Sistema de Auditoria de Sincronismo de Tempo – NCIPHER – R\$ 263.750,00 e e) 2 Receptores de GPS para Monitoramento e Rastreabilidade de Tempo– R\$ 138.800,00. <p>Com relação à infraestrutura para operação da Entidade de Carimbo do Tempo, continuam contratados os serviços de suporte, manutenção preventiva e corretiva para os sistemas e equipamentos BRY e THALES.</p>

Ação: 1.6	Contratar auditoria independente
Objetivo:	Manter certificação de cooperação do ambiente AC Raiz, em conformidade com os normativos vigentes.
Prazo:	2014
Meta	Garantir operação de 100%, de acordo com os normativos.
Responsável:	DINFRA – Diretor da Infraestrutura de Chaves Públicas da ICP – Brasil
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 4917 – Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil
Execução 2014	Execução (%): 0 O contrato com a PWC expirou em dezembro/2013 e não foi renovado, uma vez que a vantagem para a Administração nos mesmos termos financeiros contratados não foi demonstrada. Por questões de restrições orçamentária não foi contratada nova empresa para prestação de serviços de auditoria independente no ano de 2014. Demanda incluída para execução em 2015.

Ação: 1.7	4912 – Auditoria e Fiscalização das Entidades Prestadoras de Serviços de Certificação Digital e Normatização da ICP – Brasil						
Objetivo:	Certificar-se, por meio de auditorias e fiscalizações operacionais e de credenciamento, a conformidade dos processos, procedimentos operacionais e atividades dos prestadores de serviço de certificação, com as suas respectivas declarações de prática de certificação, suas políticas de certificação, a política de segurança e demais documentos, regulamentações e normas gerais estabelecidos para as entidades em credenciamento ou integrantes da ICP – Brasil, por meio de processo de auditoria e fiscalização consubstanciados em relatórios, devendo as irregularidades serem acompanhadas até sua correção.						
Prazo:	2014 (Continuado)						
Meta	100 relatórios de auditoria e fiscalização/ano						
Responsável:	Coordenador da CGAF – Coordenação Geral de Auditoria e Fiscalização						
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 4912 – Auditoria e Fiscalização das Entidades Prestadoras de Serviços de Certificação Digital e Normatização da ICP – Brasil						
Execução 2014	<p>Execução (%): 131</p> <p>Através de ações de Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviço de Certificação – PSC, é feita a verificação do cumprimento das políticas, diretrizes e normas definidas pelo Comitê Gestor da ICP Brasil (CG/ICP-Brasil). Essas ações são divididas em:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Auditorias Pré-operacionais e Operacionais, ➤ Fiscalizações e Análise, Avaliação de aprovação de relatórios de auditorias realizadas por terceiros, que juntas proporcionam a elevação dos níveis de qualidade e dos níveis de segurança nas operações eletrônicas e processos manuais, através da verificação dos procedimentos operacionais e tecnológicos adotados pelos PSC's. <p>DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS</p> <p>Para o exercício de 2014 foram estabelecidas as metas abaixo, com o objetivo de transmitir confiança à comunidade de usuários dos serviços de Certificação Digital no Brasil, por meio de auditorias e fiscalizações nos PSC.</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: center;">ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO</th> <th style="text-align: center;">UNIDADES CONTROLADAS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">Auditoria Operacional em AC</td> <td style="text-align: center;">10</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">Auditoria Pré-operacional em AC</td> <td style="text-align: center;">5</td> </tr> </tbody> </table>	ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO	UNIDADES CONTROLADAS	Auditoria Operacional em AC	10	Auditoria Pré-operacional em AC	5
ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO	UNIDADES CONTROLADAS						
Auditoria Operacional em AC	10						
Auditoria Pré-operacional em AC	5						

ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO	UNIDADES CONTROLADAS
Auditoria Pré-operacional de ACT	3
Fiscalizações em AC	03
Fiscalização em AR	30
Análise de Credenciamento de AR	48
Credenciamento de Empresas de Auditoria	01
TOTAL	100

As auditorias pré-operacionais em AC de 1º nível, AC de 2º nível, AR e ACT são realizadas sob demanda, conforme são solicitados os credenciamentos desses PSC na ICP – Brasil, já as auditorias operacionais anuais em AC de 1º nível são agendadas anualmente e revisadas trimestralmente e as fiscalizações realizadas a qualquer tempo.

RESULTADOS DAS FISCALIZAÇÕES E AUDITORIAS DOS PSC's

Resultados Quantitativos e Qualitativos alcançados

TIPO DE ATIVIDADE(A)	PREVISTO(B)	REALIZADO(C)	(C/B)
Auditoria Operacional em AC 1º nível	10	04	40%
Auditoria Pré-operacional em AC	5	11	220%
Auditoria Pré-operacional de ACT	3	5	167%
Fiscalizações em AC	3	07	233%
Fiscalizações em AR	30	27	90%
Análise de Credenciamento de AR	48	75	156%
Credenciamento de Empresas de Auditoria	1	2	200%
TOTAL	100	131	131%

As metas físicas para 2014 se mantiveram em 100 auditorias e fiscalizações, bem como foi mantida a mesma quantidade de recursos humanos e recursos financeiros no valor R\$ 300.000,00, tendo sido empenhados R\$ 288.173,17.

Durante o exercício de 2014 os recursos destinados à realização de auditorias e fiscalizações foram suficientes para atendimento das metas estabelecidas e até ultrapassá-las, entretanto, as atividades necessárias às demandas da ICP – Brasil, necessitam ser acrescidas entre 25% e 30% ao ano por até 5 anos, elevando a quantidade de auditorias e fiscalizações e de recursos financeiros na mesma proporção.

A meta física estabelecida para o ITI foi superada em 31%, o que é positivo considerando-se que a ICP – Brasil apresentou crescimento anual no número de entidades credenciadas de 20% em relação às entidades credenciadas em 2013 e, em relação à quantidade de certificados emitidos, apresentou um crescimento de 11,5%.

Esse crescimento ocorre desde 2007, portanto, as quantidades de auditorias e fiscalizações também necessitariam ser ampliadas nos mesmos patamares (entre 20% e 25%), e não uma base fixa de 100 auditorias e fiscalizações como atualmente ocorre. Obviamente devem ser acrescidos também recursos humanos e financeiros, por isso, entendemos que o nível de eficácia e confiança da sociedade no uso da certificação digital no padrão ICP Brasil tem sido levemente comprometido nos últimos anos, como consequência das tentativas de fraudes e fraudes consumadas quando da emissão de certificados digitais.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em 2014 foi utilizada intensamente pela Coordenação-Geral Geral de Auditoria e Fiscalização a base de

informações, denominada SMC (Sistema de Monitoramento de Certificado), com os certificados emitidos pela AC a partir de 2010.

Essa base de dados está hospedada em 2 servidores do laboratório de auditoria com o objetivo de melhorar os procedimentos de auditorias e fiscalizações, especialmente quanto ao tratamento de grande volume de dados e cruzamentos de informações, possibilitando cada vez mais fiscalizações específicas com o objetivo de detectar disfunções do sistema ICP-B BRASIL.

As ações de fiscalização foram direcionadas principalmente para identificação de fraudes na emissão de certificados digitais. As informações constantes da base de dados de certificados emitidos poderiam ser disponibilizadas para consulta às AC da ICP – Brasil. Essa demanda foi encaminhada em 2014 para a CGPOA/CODIS, tendo necessidade de sair do laboratório para processo produtivo com requisitos de segurança necessários para uso de sistemas de informação.

OCORRÊNCIA DE FRAUDES

Em 2014 foram significativas as ocorrências de fraude na ICP – Brasil com uso de documentos de identidade falsos.

A norma aprovada pelo CG ICP Brasil, Resolução nº 90 de 05 de julho de 2012, teve efeitos práticos a contar de janeiro de 2013 e evidenciou o que era previsto. Centenas de fraudes foram evitadas, e as não evitadas tiveram a sua ação interrompida com a detecção da fraude e revogação do certificado digital emitido com uso de documentos de identidade obtidos por meio de fraude. Vide quadro abaixo:

AC	Fraude	Tentativa	Total
AC DIGITALSIGN RFB	1	3	4
AC IMESP RFB	15	6	21
AC SERASA RFB	12	162	174
AC BOA VISTA RFB	6	2	8
AC BR RFB	2	10	12
AC CERTISIGN RFB	36	64	100
AC SINCOR RFB	9	6	15
AC SERPRO RFB	24	18	42
AC SOLUTI MULTIPLA	4	14	18
AC VALID RFB	14	11	25
SERASA CD	0	6	6
SERPRO ACF	0	3	3
Total	122	302	424

Fiscalizações da DAFN – Fraudes

Em decorrência da quantidade de tentativas de fraudes, até 31.12.2013 foram 188 tentativas de fraudes frustradas pelas AC e AR e 73 fraudes consumadas. As fiscalizações em 2014 concentraram-se em avaliar o

processo de identificação dos titulares para a emissão de certificados digitais. Em 2014 continuou o crescimento expressivo do número de fraudes, aumento de 56% e das tentativas de fraudes, aumento de 60,6%. Em 2014 foi possível identificar fraudes na emissão de certificados por meio dos processos de Fiscalização e do cruzamento de informação na base de dados de certificados emitidos, bem como de informações fornecidas pela Caixa Econômica Federal e das próprias vítimas das fraudes.

Outra ação importante foi a manutenção do contrato pelo ITI/DAFN de empresa especializada em análise documentoscópica para auxiliar a DAFN tanto na avaliação das qualidades análises realizadas pela AC fazendo contra verificação, ou seja, em alguns casos reavaliando o mesmo documento de identidade já avaliado pelas AC, especialmente nos casos de fraudes consumadas.

MEDIDAS A SEREM ADOTADAS

Durante o ano de 2014 ocorreu um acréscimo na quantidade de Prestadores de Serviços de Certificação – PSC's vinculados a ICP – Brasil, como descrito abaixo, especialmente as AR (41%) e AC com 19% acarretando aumento das Atividades da Auditoria e Fiscalização, entretanto, não houve em contrapartida, modificação na disponibilidade de recursos humanos alocados na DAFN.

EVOLUÇÃO DA ICP BRASIL

Credenciamentos	2011	2012	2013	2014	Acréscimo em 2014
Autoridades Certificadoras	42	46	52	62	19%
Autoridades de Registro	178	238	294	387	41%
Instalações Técnicas Físicas	1109	1354	1478	1575	6%
Auditores Independentes	13	14	14	15	0%
Qtde Municípios com IT	338	437	488	501	3%
Certificados emitidos	1.937.198	2.107.225	2.229.440	2.553.708	11,5%
Tentativas/fraudes na emissão de certificado	8	43	178	424	280%

SITUAÇÃO EM 31.12.2014

A solução adotada neste exercício e que vem sendo paulatinamente incrementada para enfrentar esta situação é a implementação de sistemas informatizados, visando suprir a deficiência de recursos humanos através da automação de processos e adaptação de procedimentos, usando ferramentas que agreguem o conhecimento de todos os profissionais da DAFN.

Esta estratégia objetiva a redução no tempo de auditoria e a possibilidade de direcionamento das atividades de fiscalização a itens específicos, facilitando, inclusive, a atividade de avaliação à distância para requisitos e itens previstos nas Resoluções, dispensando a ação presencial do Fiscal e, possibilitando a realização de testes em maior quantidade com maior qualidade.

Em 2014 não foi possível cumprir a meta de auditoria operacional de AC em decorrência do aumento expressivo nos pedidos de credenciamento de novas AC (19%, ou 10 novas AC). Quanto às metas de fiscalização de AR que não foram cumpridas na sua totalidade apenas 90%, houve de fato uma decisão operacional para centralizar a fiscalização na AC à qual pertenciam um grupo de AR, sendo portanto ultrapassado a meta de fiscalização de AC e ficando um pouco abaixo da meta de fiscalização de AR.

Desta forma no item fiscalização AC e AR, a meta final foi alcançada e até ultrapassada em uma unidade. Com a quantidade de auditores/fiscais sem acréscimo desde 2003 é necessário deixar de realizar algumas tarefas para compensar a realização de outras, neste exercício foi necessário realizar mais auditorias de credenciamento em detrimento às fiscalizações que poderiam e deveriam ser quantidade maior.

Outras atividades descritas no item 3 não trazem consequência no atingimento da meta física, entretanto, para efeito de manutenção da cadeia de confiança apresenta sério risco à ICP – Brasil uma vez que a quantidade de AC e AR cresceu 13 e 23% e a capacidade de auditar e fiscalizar permanecem estabilizadas, desde 2005 temos a mesma meta 100 auditorias/ano.

Por um lado temos a certeza de que é necessário aumentar a quantidade de auditorias e fiscalizações no mínimo em proporções iguais ao do crescimento das entidades e emissões de certificados, mas as limitações de recursos humanos nos impede de realizar as ações que a demanda requer.

Já foram encaminhadas à direção do ITI e posteriormente ao Ministério do Planejamento e Casa Civil estudo e proposta para suprir o quadro de servidores da DAFN/ITI, entretanto, ainda não houve atendimento.

Ação: 2.1	Normatização e Pesquisa
Objetivo:	Realizar pesquisas e propor a revisão, atualização e suplementação das normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil, observados os demais aspectos jurídicos sobre a matéria, com vistas a garantir a adoção de padrões de interoperabilidade e segurança compatíveis com as normas brasileiras e internacionais.
Prazo:	2014 (Continuado)
Meta	Manter atualização em um percentual de 100%
Responsável:	Coordenador da CGNP – Coordenação Geral de Normalização e Pesquisa
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 4912 – Auditoria e Fiscalização das Entidades Prestadoras de Serviços de Certificação Digital e Normatização da ICP – Brasil
Execução 2014	<p>Execução (%): 100</p> <p>A Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa (CGNP) vem realizando trabalhos de revisão, manutenção e proposição de normas técnicas e operacionais relacionadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). Neste sentido, vem constantemente estudando e acompanhando os padrões, regulamentos, recomendações e especificações internacionais relacionadas à ICP-Brasil.</p> <p>Em 2014, foram aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil (CG ICP-Br) e publicadas pela CGNP 2 (duas) Resoluções. Estas normas são elaboradas e/ou atualizadas pela CGNP. Segue a relação dessas Resoluções:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolução nº 102 – Aprova a versão 4.7 do Documento Critérios e Procedimentos para Credenciamento das Entidades Integrantes da ICP-BRASIL (DOC-ICP-03). • Resolução nº 103 – Aprova a versão 5.3 do Documento Requisitos Mínimos para as Políticas de Certificado na ICP-BRASIL (DOC-ICP-04). <p>Nesse mesmo período, foram aprovadas pelo ITI 4 (quatro) Instruções Normativas, que suplementam as regulamentações aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Segue a relação dessas Instruções Normativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instrução Normativa nº 01 – Regulamenta a Criptografia de Curvas Elípticas Brainpool para Geração de Chaves Assimétricas no Âmbito da ICP-BRASIL (DOC-ICP-01.01). • Instrução Normativa nº 02 – Procedimentos para Homologação de Equipamentos não Contemplados nos Manuais de Conduta Técnica, no Âmbito da ICP-BRASIL (DOC-ICP-10.08). • Instrução Normativa nº 03 – Esclarece a Manutenção do Algoritmo de Resumo <i>SHA-1</i> e o Tamanho de Chaves Assimétricas RSA para Preservar Compatibilidade com Certificados Digitais Emitidos antes de 2012. • Instrução Normativa nº 04 – Aprova a versão 4.0 do Manual de Conduta Técnica Nº 01, Volumes I e II, Referentes à Homologação de Cartões Criptográficos no Âmbito da ICP-BRASIL (MCT 1 – Vol I e II). <p>Conforme disposto no Art. 8º do Decreto 4.689 de 7 de maio de 2003, é atribuição da DAFN a definição dos diversos <i>Object Identifier</i> – OID. Em 2014, foram criados 52 (cinquenta e dois) novos OID, distribuídos em 15 (quinze) novos pedidos de credenciamento de ACs ou ACTs. A publicação dos OID são efetuadas por meio do Adendo ADE-ICP-04.01, que se encontra em sua versão 2.14, disponibilizado no sítio do ITI.</p> <p>Ainda no sítio do ITI foram disponibilizados as seguintes publicações que tem como objetivo principal a transparência e esclarecimentos à sociedade e entidades envolvidas.</p> <ul style="list-style-type: none"> – Nota Técnica nº 001/2014 – Esclarecimento sobre a implementação de algoritmos criptográficos no ciclo de vida de certificados digitais e assinaturas digitais em relação ao plano de adoção dos novos padrões criptográficos, conforme Resolução Nº 65 de 09/06/2009, alterada pela Resolução Nº 68 de 13/10/2009. – Consulta Pública sobre o Manual de Conduta Técnica 1 – MCT – volumes 1 e 2, que trata sobre os requisitos técnicos a serem observados no processo de homologação de cartões criptográficos no âmbito da certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil. – Portaria nº 29, de 11 de Junho de 2013 que dispõe sobre a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-BRASIL, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, páginas 1 a 3 em 12 de junho de 2013. <p>Foram ainda elaborados e submetidos os seguintes documentos normativos para apreciação das instâncias superiores:</p> <p>Proposta de regulamentação de processo para a autorização de uso de novos dispositivos de hardware criptográficos ainda não contemplados por MCTs e, portanto, excluídos do processo regular de homologação (INMETRO e/ou LEA);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proposta de ajuste de redação no DOC-ICP-04 para compatibilização com aplicações em sistemas ANDROID; • Proposta de fim da possibilidade de renovação sem identificação presencial para certificados de pessoas jurídicas;

	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta de ajuste no número de posições do campo otherName; • Proposta para regulamentação de PSS para ACTs; <p>Por determinação do Comitê Gestor da ICP-Brasil, a CGNP compõem e coordena os seguintes Grupos Técnicos de Trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • GT Revisão dos MCTs; • GT PAdES. <p>O GT Revisão dos MCTs foi criado para realizar a atualização dos manuais de conduta técnica relacionados com equipamentos de certificação digital, cuja homologação é obrigatória no âmbito da ICP-Brasil. Participam desse GT os seguintes órgãos: ITI, LSITEC e INMETRO. Já o GT PAdES tem a participação de várias entidades interessadas, totalizando mais de 15 (quinze) membros efetivos e tem o objetivo de regulamentar o padrão PAdES na ICP-Brasil.</p> <p>Em relação às gerações dos códigos de máquina das Políticas de Assinatura (PA) e das Listas de Políticas de Assinatura Aprovadas (LPA), seja por versionamento para correção, atualização ou revalidação (LPAs vencem a cada noventa dias), a CGNP atuou na criação e atualização dessas PAs e LPAs, disponibilizando os códigos para publicação no repositório da AC Raiz.</p>
--	--

Ação: 3.1	Modernizar a infraestrutura tecnológica da AC Raiz da ICP – Brasil
Objetivo:	Manter a infraestrutura tecnológica da AC Raiz com garantia/suporte dos equipamentos
Prazo:	2014
Meta	<ul style="list-style-type: none"> – Substituir os equipamentos sem garantia e adquirir software e hardware necessários à complementação da infraestrutura tecnológica. – Aquisição de hardware para complementação da infraestrutura SAN do site principal. – Expansão da capacidade das unidades de armazenamento do site principal/contingência. – Atualização do parque tecnológico para o ambiente seguro principal. – Aquisição do parque tecnológico para o ambiente seguro de contingência. – Aquisição de software de virtualização para o ambiente seguro principal/contingência. – Aquisição de software de sistema operacional para o ambiente seguro principal/contingência. – Aquisição de solução automatizada de backup (hardware e software).
Responsável:	Coordenador da CGSI – Coordenação Geral de Segurança da Informação
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 4917 – Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil
Execução 2014	<p>Execução (%): 90</p> <p>As aquisições de tecnologia que não puderam ser concluídas no exercício de 2013 foram priorizadas pelo CETI para o exercício de 2014, tendo sido executadas: a complementação da infraestrutura de rastreabilidade e a aquisição dos switches FC para finalização da infraestrutura SAN do sítio principal e de contingência.</p> <p>Por outro lado, a aquisição de software de virtualização para os ambientes seguros principal e de contingência será objeto de revisão.</p>

Ação: 3.2	Desenvolver criptossistema em código aberto com tecnologia nacional
Objetivo:	Desenvolvimento e implantação de uma nova plataforma criptográfica para a Autoridade Certificadora – AC Raiz da ICP Brasil, composta de hardware e software responsáveis pela emissão e revogação de certificados digitais das Autoridades Certificadoras de 1º nível da ICP – Brasil, bem como pela emissão da Lista de Certificados Revogados – LCR da AC Raiz da ICP Brasil. Desenvolver massa crítica em certificação digital e instalar um ambiente seguro com sala-cofre para testes da plataforma. Melhorias e aperfeiçoamentos do atual sistema (MSC e SGC), implementados por força de regulamentação da ICP – Brasil. Manter o hardware e software da ICP Brasil atualizados, de acordo com os requisitos operacionais e de algoritmos criptográficos.
Prazo:	2014
Meta	<p>Produto: sistema implantado/Unidade de Medida: % de execução física/Quantidade anual: 1</p> <ul style="list-style-type: none"> – Atender as demandas da ICP Brasil, conforme os prazos estabelecidos. – Desenvolvimento e manutenção do sistema de emissão de certificados digitais da Autoridade Certificadora Raiz (Ywapa). – Desenvolvimento e manutenção do sistema de emissão de certificados de Autoridades Certificadoras intermediárias (Ywyr). – Desenvolvimento e manutenção do sistema de emissão de certificados digitais para o usuário final (Hawa).

	<ul style="list-style-type: none"> – Desenvolvimento e manutenção do hardware seguro da ICP Brasil. – Desenvolvimento e manutenção do software do hardware seguro da ICP Brasil. – Desenvolvimento e manutenção do assinador digital ICP – Brasil. – Desenvolvimento e manutenção do “Middleware” da ICP Brasil.
Responsável:	DINFRA – Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas – Assessoria Técnica
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 4917 – Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil
Execução 2014	<p>Execução (%): 90</p> <p>No exercício de 2014, foi iniciada atualização do Hardware Criptográfico da AC-RAIZ e do Sistema de Gerenciamento de Certificados Digitais (SGC), a fim de atender a demanda de suporte a curvas elípticas Brainpool, e assim permitir a geração de uma nova cadeia de certificação baseada nessa tecnologia. Ressalta-se que a cadeia de curvas elípticas baseada na suite B foi revogada em virtude de possíveis vulnerabilidades.</p> <p>Em termos de software, finalizou-se uma nova versão do Sistema de Gerenciamento de Certificados Digitais (SGC). Trata-se da versão HAWA que incorporou outras funcionalidades em termos de operação do ciclo de vida do certificado digital padrão ICP – Brasil da Autoridade Certificadora Raiz. Essa versão é conhecida como versão “on-line” do SGC, pois é capaz de emitir certificados para usuários finais, sendo útil para o ITI ao possibilitar a criação de uma cadeia de testes para validar várias funcionalidades, antes da implementação na cadeia operacional da ICP-Brasil. Essa versão do SGC (Hawa) também poderá ser cedida para outras entidades (autoridades certificadoras) interessadas em emitir certificados digitais com essa plataforma.</p> <p>Ressalte-se que o sistema ICP – Brasil se utiliza de tecnologia nacional para operação da infraestrutura de chaves públicas (ICP) que possibilita total independência externa e plena auditoria, visto que o ITI detém os direitos de propriedade do sistema SGC, possuindo amplo acesso ao código-fonte dos produtos desenvolvidos.</p> <p>Além disso, o desenvolvimento do SGC em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina permitiu o fomento e desenvolvimento de pesquisa aplicada em ambiente acadêmico brasileiro, permitindo ampla formação de recursos humanos especializados na área de criptografia.</p> <p>Tivemos neste período também a manutenção do SGC nas versões Ywapa e Ywyr.</p> <p>Em 2014 o Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital foi disponibilizado no portal do ITI, viabilizando a validação de assinaturas digitais. Foi iniciado processo de registro junto ao INPI do Assinador Digital de Referência 2.0 para posterior disponibilização à sociedade.</p> <p>Em relação ao Middleware, o projeto não pode ser executado por limitações orçamentárias.</p>

Ação: 3.3	Gerenciar a infraestrutura tecnológica institucional
Objetivo:	Manter a infraestrutura de hardware atualizada e operacional para garantir o apoio tecnológico contínuo às aplicações do negócio.
Prazo:	2014
Meta	<p>Parque computacional em produção atualizado e em garantia: Indicador: % (percentual) do parque em garantia. Métrica: 70% do parque atualizado e em garantia em 2012. 85% do parque atualizado e em garantia em 2013. 100% do parque atualizado e em garantia em 2014.</p> <p>Adequação e evolução da infraestrutura de armazenamento, conectividade e do parque de ativos às necessidades do ITI: Indicador: % (percentual) de conformidade às necessidades do Instituto/Métrica: 100% de conformidade aos objetivos de negócio no prazo de 3 anos.</p>
Responsável:	Coordenador da CGPOA/CODIS – Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração/ Coordenação de Desenvolvimento, Infraestrutura e Suporte

Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 2000 – Administração																																																																								
Execução 2014	<p>Execução (%): 97,99 Em 2014 foram adquiridos e instalados os seguintes itens: – Switches – Pregão 18/2013 – Storage – Pregão 2/2013 – Impressoras – Pregão 20/2013</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Equipamento</th> <th>Quantidade total</th> <th>Quantidade em garantia</th> <th>Percentual em garantia</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Switches</td> <td>22</td> <td>20</td> <td>90,91%</td> </tr> <tr> <td>Servidores</td> <td>30</td> <td>30</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>Balanceador</td> <td>2</td> <td>2</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>Storage</td> <td>2</td> <td>2</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>Controladora sem fio</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>Access Points</td> <td>13</td> <td>13</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>Desktops – dell 780</td> <td>18</td> <td>18</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>Desktops – dell 790</td> <td>65</td> <td>65</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>Desktops – Itautec</td> <td>83</td> <td>83</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>Notebooks – HP</td> <td>2</td> <td>0</td> <td>0,00%</td> </tr> <tr> <td>Notebooks – TCORP</td> <td>23</td> <td>23</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>Impressoras</td> <td>20</td> <td>18</td> <td>90,00%</td> </tr> <tr> <td>Câmeras – CFTV</td> <td>13</td> <td>13</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>Videoconferência – RSS</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>Videoconferência – Gatekeeper</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>Videoconferência – HDX</td> <td>2</td> <td>2</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>298</td> <td>292</td> <td>97,99%</td> </tr> </tbody> </table> <p>A métrica de 100% do parque em garantia mostrou-se utópica, pois há sistemas utilizados que necessitam dos equipamentos HP, fora de garantia. Além disso alguns equipamentos sem garantia ainda estão em sua vida útil, não sendo necessária a sua troca imediata. Como reflexo dessa constatação, aplicando-se o ciclo PDCA, para o Planejamento Estratégico 2015 a CODIS propôs que 95% do parque crítico permanecesse em garantia constante.</p>	Equipamento	Quantidade total	Quantidade em garantia	Percentual em garantia	Switches	22	20	90,91%	Servidores	30	30	100,00%	Balanceador	2	2	100,00%	Storage	2	2	100,00%	Controladora sem fio	1	1	100,00%	Access Points	13	13	100,00%	Desktops – dell 780	18	18	100,00%	Desktops – dell 790	65	65	100,00%	Desktops – Itautec	83	83	100,00%	Notebooks – HP	2	0	0,00%	Notebooks – TCORP	23	23	100,00%	Impressoras	20	18	90,00%	Câmeras – CFTV	13	13	100,00%	Videoconferência – RSS	1	1	100,00%	Videoconferência – Gatekeeper	1	1	100,00%	Videoconferência – HDX	2	2	100,00%	TOTAL	298	292	97,99%
Equipamento	Quantidade total	Quantidade em garantia	Percentual em garantia																																																																						
Switches	22	20	90,91%																																																																						
Servidores	30	30	100,00%																																																																						
Balanceador	2	2	100,00%																																																																						
Storage	2	2	100,00%																																																																						
Controladora sem fio	1	1	100,00%																																																																						
Access Points	13	13	100,00%																																																																						
Desktops – dell 780	18	18	100,00%																																																																						
Desktops – dell 790	65	65	100,00%																																																																						
Desktops – Itautec	83	83	100,00%																																																																						
Notebooks – HP	2	0	0,00%																																																																						
Notebooks – TCORP	23	23	100,00%																																																																						
Impressoras	20	18	90,00%																																																																						
Câmeras – CFTV	13	13	100,00%																																																																						
Videoconferência – RSS	1	1	100,00%																																																																						
Videoconferência – Gatekeeper	1	1	100,00%																																																																						
Videoconferência – HDX	2	2	100,00%																																																																						
TOTAL	298	292	97,99%																																																																						
Ação: 3.4	Disponibilizar e gerenciar os softwares aplicativos em alinhamento com os requisitos do negócio																																																																								
Objetivo:	Traduzir os requisitos de negócio em especificações de projeto para a aquisição, a manutenção e o desenvolvimento de softwares do Instituto, a fim de apoiar de forma adequada as operações do negócio, levando em consideração o direcionamento tecnológico e a arquitetura de informação.																																																																								

Prazo:	2014
Meta	<p>1 – Criação e aprovação de um Processo de Desenvolvimento de Software (PDS) do Órgão: Indicador: Aprovação de PDS.</p> <p>2 – Aquisição, customização, implementação e manutenção de softwares aplicativos para alcançar os objetivos do negócio: Indicador: % (percentual) de softwares aplicativos do Órgão gerenciados tecnicamente pela CGPOA/CODIS. Métrica: 60% dos softwares gerenciados pela CGPOA/CODIS em 2014.</p> <p>3 – Adoção de um modelo de qualidade de Engenharia de Software: Indicador: Quantidade de processos da CGPOA/CODIS aderentes aos MPS.BR.</p> <p>4 – Gerenciamento dos dados e das bases a fim de assegurar a qualidade, rapidez e a disponibilidade dos dados de negócio: Indicador: % (percentual) de erros ou falhas de integridades e disponibilidade.</p>
Responsável:	Coordenador da CGPOA/CODIS – Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração/Coordenação de Desenvolvimento, Infraestrutura e Suporte
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 2000 – Administração
Execução 2014	<p>Execução (%): 100</p> <p>META 1: PDS aprovado, conforme Ata de Reunião do CETI do dia 07/11/2012, Boletim Interno 36/2012, Portaria nº 37 de 20/11/2012. Em 2013 foi disponibilizado no site do ITI, endereço http://www.iti.gov.br/institucional/politicas2</p> <p>META 2 – Seria necessário um inventário de software de todo o ITI para mensurar o percentual exato. Atualmente a CODIS gerencia os seguintes aplicativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ubuntu 12.04 LTS • Firefox: 18.0.1 • Thunderbird: 17.0.2 • LibreOffice: 3.5.4.2 • Google Chrome: 24.0.1312.57 • Rhythmbox: 2.96 • Reprodutor de vídeo VLC: 2.0.5 • GIMP: 2.6.12 • Visualizador de documentos: 3.4.0 • K3B: 2.0.2 • OTRS versão 3.3.5 • Validador • Assinador Digital • Verificador de conformidades • SISBACEN <p>Em relação a softwares, foram efetuadas as seguintes ações em 2014:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atualização e customização do sistema de chamados OTRS para a versão 3.3.5 (Projeto SUP-03); • Correção e atualização das imagens dos sistemas operacionais Ubuntu 12.04 LTS e Windows 7 Professional (projeto SUP-08); • Atualização do sistema operacional nas máquinas com a versão do Ubuntu 11 LTS para a versão 12.4.4 LTS. Atualização de versões dos seguintes softwares: LibreOffice, Java, Firefox, Chrome e Bash (Projeto SUP-01). • Atualização de senhas de todo o parque de computadores. • Iniciou-se a implantação do software público CACIC, que permitirá o inventário de hardware e software. • Criação de novos ambientes computacionais no Datacenter da CODIS para outras áreas – Assinador/Verificador, Verificador de Conformidades, Sistema Gerenciador de Certificados de Atributos, Credenciamento, Fiscalização e Auditoria • A fim de melhorar o tempo de resposta e a conexão dos sistemas do Serpro (SIAPE, SIAFI, SIADS) que utilizam a plataforma o Serviço de Emulação 3720 (HOD) foi criado um novo servidor com a função de balancer os links do Serpro e da GVT. <p>Também em 2014 a CODIS inicia a participação como fiscalização técnica para manutenção dos sistemas de Auditoria.</p> <p>META 3: Não mais considerada prioritária</p>

	META 4: 100% atingida, observando-se que não consta aqui a indisponibilidade programada.												
Ação: 3.5	Gerenciar a Governança de TI												
Objetivo:	Analisar as tecnologias existentes e planejar qual direcionamento é apropriado para implementar a estratégia de TI e identificar quais tecnologias geram oportunidades de negócio, com a finalidade de gerar valor para o negócio e aderência a requisitos e <i>compliance</i> .												
Prazo:	2014												
Meta	<p>1 – Criação e aprovação do Manual de Gestão de Contratos de TI (MGCTI): Indicador: Aprovação do Manual MGCTI Métrica: MGCTI aprovado em 2012</p> <p>2 – Adoção de um Modelo de controle para a Governança de TI: Indicador: Quantidade de processos da CGPOA/CODIS aderentes ao COBIT. Métrica: % (cinco) objetivos de controle de Governança aderentes ao COBIT em 2014.</p> <p>3 – Aplicação de um Modelo de Gerenciamento de Projetos: Indicador: % (percentual) de projetos da CGPOA/CODIS que seguem os padrões e as práticas de gerenciamento de projetos. Métrica: 90% dos projetos da CGPOA/CODIS aderentes às boas práticas de gerenciamento de projetos em 2014.</p> <p>4 – Adoção de um modelo de melhores práticas para Gerenciamento de Serviços de TI: Indicador: % (percentual) de serviços de TI ofertados pela CGPOA/CODIS que seguem as melhores práticas de gerenciamento de serviços. Métrica: 25% dos serviços aderentes às boas práticas de gerenciamento de serviços em 2014.</p>												
Responsável:	Coordenador da CGPOA/CODIS – Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração/ Coordenação de Desenvolvimento, Infraestrutura e Suporte												
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 2000 – Administração												
Execução 2014	<p>Execução (%):</p> <p>META 1: documento em fase inicial de elaboração. Meta não mais priorizada.</p> <p>META 2 – Adoção de um Modelo de controle para a Governança de TI – 100%: Em março de 2013 a CODIS elaborou o seu Referencial Estratégico, tendo como base o COBIT, notadamente os processos PO4.5 – estrutura organizacional de TI e PO4.6 – definição de papéis e responsabilidades.</p> <p>Seguindo a orientação do objetivo PO7.4 – treinamento de pessoal, 3 ATIs obtiveram certificação ITIL v. 3 e Cobit 4.1. Houve também a participação de 3 ATIs no 11o Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública – data 23 e 24 de maio de 2013.</p> <p>Iniciou-se a aplicação de uma abordagem de gerenciamento de projetos, conforme objetivo PO10.3.</p> <p>3 – Aplicação de um Modelo de Gerenciamento de Projetos (100%): Desde 2013 a CODIS aplica o Modelo de Gerenciamento de Projetos do SISP para os projetos realizados para Infraestrutura e Suporte.</p> <p>Exemplos de projetos da área de Suporte realizados pela CODIS em 2014:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Projeto</th> <th>Descrição</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>SUP-03</td> <td>Atualização e customização do sistema (OTRS) utilizado pela CODIS para registro e gerenciamento dos chamados de suporte técnico de TI, contemplando a adequação do sistema para adequação dos SLAs do Contrato 24/2014.</td> </tr> <tr> <td>SUP-05</td> <td>Treinamento básico de utilização das novas impressoras para os usuários do ITI.</td> </tr> <tr> <td>SUP-08</td> <td>Correção e atualização das imagens dos sistemas operacionais: Ubuntu 12.04 LTS e Windows 7 Professional utilizados no parque de computadores do ITI.</td> </tr> <tr> <td>SUP-09</td> <td>Atualização e organização da base de conhecimento (mediawiki) com informações referentes a procedimentos, incidentes, erros conhecidos e sua solução.</td> </tr> <tr> <td>SUP-13</td> <td>Análise da ferramenta utilizada pelo suporte para clonagem de HD, relacionando suas funcionalidades com as necessidades do serviço de suporte.</td> </tr> </tbody> </table>	Projeto	Descrição	SUP-03	Atualização e customização do sistema (OTRS) utilizado pela CODIS para registro e gerenciamento dos chamados de suporte técnico de TI, contemplando a adequação do sistema para adequação dos SLAs do Contrato 24/2014.	SUP-05	Treinamento básico de utilização das novas impressoras para os usuários do ITI.	SUP-08	Correção e atualização das imagens dos sistemas operacionais: Ubuntu 12.04 LTS e Windows 7 Professional utilizados no parque de computadores do ITI.	SUP-09	Atualização e organização da base de conhecimento (mediawiki) com informações referentes a procedimentos, incidentes, erros conhecidos e sua solução.	SUP-13	Análise da ferramenta utilizada pelo suporte para clonagem de HD, relacionando suas funcionalidades com as necessidades do serviço de suporte.
Projeto	Descrição												
SUP-03	Atualização e customização do sistema (OTRS) utilizado pela CODIS para registro e gerenciamento dos chamados de suporte técnico de TI, contemplando a adequação do sistema para adequação dos SLAs do Contrato 24/2014.												
SUP-05	Treinamento básico de utilização das novas impressoras para os usuários do ITI.												
SUP-08	Correção e atualização das imagens dos sistemas operacionais: Ubuntu 12.04 LTS e Windows 7 Professional utilizados no parque de computadores do ITI.												
SUP-09	Atualização e organização da base de conhecimento (mediawiki) com informações referentes a procedimentos, incidentes, erros conhecidos e sua solução.												
SUP-13	Análise da ferramenta utilizada pelo suporte para clonagem de HD, relacionando suas funcionalidades com as necessidades do serviço de suporte.												

SUP-01	Atualização do sistema operacional nas máquinas com a versão do Ubuntu 11 LTS para a versão 12.4.4 LTS. Atualização de versões dos seguintes softwares: LibreOffice, Java, Firefox, Chrome e Bash. Atualização de senhas de todo o parque de computadores.
--------	--

Exemplos de projetos da área de Infraestrutura e segurança realizados pela CODIS em 2014:

Projeto	Descrição
INF07-01	Implantação do CUPS no âmbito do ITI, que englobou a revisão de configurações do servidor CUPS, definição de padrão de nomenclatura das impressoras, configuração, testes e documentação
INF14	Implantação do OTRS para acompanhamento de chamados de redes e infraestrutura.
INF12	Reestruturação do sistema de Protocolo de Configuração Dinâmica de Host (DHCP), agregando funcionalidades que otimizem a gerência e a manutenção do serviço
INF10	Criação de repositório Ubuntu
INF15	Criação de ambiente de desenvolvimento, homologação e produção para fábrica de software
INF16	Instalação e configuração de ambiente SAN (Storage)
SEC08	Implantação de IDS/IPS open source na rede ITI

Os planejamentos de contratação, também considerados projetos, em 2014 foram:

Projeto	Descrição
Adequação à INFOVIA versão 3.0	A criação do modelo de negócios da INFOVIA versão 3.0 pelo MPOG apresentou novos serviços fornecidos pela INFOVIA e reajuste dos valores cobrados. A CODIS/CGSI solicitou ao SERPRO duas propostas comerciais: uma com os mesmos serviços prestados atualmente e outra com aumento da velocidade de link de internet de 20Mbps para 24Mbps, aumento de endereços IPS de 64 para 80 e com a mudança do serviço de acesso à INFOVIA para torná-lo redundante. A segunda proposta comercial, que prevê redundância no acesso à infovia, aumento da velocidade do link e de endereços IPs foi identificada como a mais vantajosa técnica e economicamente. O ITI já solicitou a contratação dos serviços nos moldes desta proposta comercial e está aguardando contato do SERPRO para que os serviços sejam implantados. Ressalta-se que, mesmo com os benefícios trazidos pela nova proposta comercial, o valor do contrato foi reduzido de R\$ 26.090,00 para R\$ 25.280,00.
Solução de Link de Internet de Contingência	Resultou em redução de 25% do atual valor do contrato, que passou de R\$ 9.900,00 para R\$ 7.550,00.
Manutenção de central telefônica	Após ampla pesquisa de mercado e elaboração do termo de referência visando à ampliação da concorrência, o objeto licitado teve o valor reduzido pela metade do último contrato.

4 – Adoção de um modelo de melhores práticas para Gerenciamento de Serviços de TI (100%):

Em 2014 foram realizados aproximadamente 1.600 atendimentos para tratar de incidentes ou requisições de pedidos.

Em 2013 a CODIS iniciou o mapeamento dos processos da área de Suporte. A melhoria de processos é contínua, tendo sido refletidas na nova versão do OTRS (sistema de atendimento de chamados) disponibilizada em 2014, contemplando melhores práticas da ITIL.

Em conformidade com o preconizado pela ITIL, o OTRS passou a ser a única interface para serviços de telefonia, suporte a usuário e administração de redes.

Ação: 3.6	Gerenciar a salvaguarda de Informação e Comunicações
Objetivo:	Manter os processos internos aderentes à legislação de segurança vigente.

Prazo:	2014
Meta	Alinhamento com Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) e às Normas Complementares do Gabinete de Segurança Institucional (NC/GSI): Indicador: Quantidade de ações/rotinas aderentes à POSIC e às NC/GSI. Métrica: 5 ações/rotinas aderentes à POSIC e às NC/GSI em 2012. 15 ações/rotinas aderentes à POSIC e às NC/GSI em 2013. 25 ações/rotinas aderentes à POSIC e às NC/GSI em 2014.
Responsável:	Coordenador da CGPOA/CODIS – Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração/ Coordenação de Desenvolvimento, Infraestrutura e Suporte
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 2000 – Administração
Execução 2013	Execução (%): 100 Relatório anual de incidentes em rede computacional do ITI – 2013 , processo nº 00100.000061/2013-71 Auditoria e Conformidade realizada no serviço de dados corporativos (DADOS-ITI) por meio do SAMBA. Norma de acesso lógico à rede do ITI Controle de Acesso Lógico à Rede do ITI Cabe salientar que em 2012 foi publicada a Portaria Normativa nº 1, de 19/01, contendo as normas e procedimentos de segurança adotados nas dependências do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

Ação: 4.1	Fomentar a utilização de certificado digital nas soluções de TI utilizadas no âmbito do ITI
Objetivo:	Incentivar a utilização de certificação digital nos serviços prestados pela CGPOA/CODIS aos colaboradores do ITI para alinhar as soluções de TI aos mecanismos de segurança definidos pelo próprio Instituto.
Prazo:	2014
Meta	– Incentivo do uso de certificado digital nas soluções de TI: Indicador: % (percentual) de soluções de TI oferecidas pela CGPOA/CODIS que utilizam o certificado digital. Métrica: 25% das soluções de TI suportados pela CGPOA/CODIS utilizando certificado digital em 2014.
Responsável:	Coordenador da CGPOA/CODIS – Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração/ Coordenação de Desenvolvimento, Infraestrutura e Suporte
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 2000 – Administração
Execução 2014	Execução (%): 88,89 A CODIS realiza o suporte técnico das seguintes soluções: 1 – Portal externo 2 – Portal Interno 3 – Sistema de abertura de chamados de suporte técnico; 4-Sistema de controle de AC's: 4.1 Módulo Cadastro 4.2 Modulo Credenciamento 4.3 Modulo fiscalização 4.4 Modulo auditoria 4.5 Monitor Portanto, são 9 sistemas, dentre os quais apenas 1 não exige o uso de certificado digital. Diante disso, pode-se concluir por indicador de realização de 88,89%, o que supera a meta prevista. Aquisição e instalação de certificados digitais de servidores (tipo A1) – foram emitidos novos certificados digitais para os servidores do ITI e o processo foi todo documentado.

Ação: 4.2	Fomentar o desenvolvimento de novas aplicações que façam uso da Certificação Digital ICP Brasil no âmbito governamental e privado.
Objetivo:	Incentivar e prestar apoio técnico ao desenvolvimento de novas aplicações que façam uso da Certificação Digital ICP Brasil no âmbito governamental e privado.
Prazo:	2014 (Continuada)
Meta	Projetos a serem apoiados:

	<p>– RIC – Registro de Identidade Civil – Responsável: Eduardo Magalhães Lacerda</p> <p>– Identidades Funcionais da Polícia Federal – Responsável: André Machado Caricatti</p> <p>– Identidades Funcionais do Conselho de Medicina – Responsável: Ruy César Ramos Filho</p> <p>– Sistema de Validação de Informações Aduaneiras no Comércio Intrazona – Responsável: André Machado Caricatti</p> <p>– Desmaterialização de Processos – Acordo com SLTI/MPOG – Plano Nacional de Desmaterialização de Processos – PNDProc – Ruy César Ramos Filho</p>
Responsável:	DINFRA e Gabinete, conforme especificação acima.
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 4917 – Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil
Execução 2014	<p>Execução (%): 70</p> <p>O crescimento no uso da Certificação Digital ICP-Brasil se dá à medida que novas aplicações passam a adotar os serviços viabilizados através Infraestrutura de Chaves Públicas. Portanto, é objetivo do ITI promover a proposição aos órgãos setoriais das três esferas de governo, em seus três poderes, projetos de aplicações focadas no cidadão, com suporte da Certificação Digital ICP – Brasil.</p> <p>No decorrer de 2014 o Instituto participou do desenvolvimento dos seguintes projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Registro Único de Identificação Civil (RIC) – Não houve evolução no Projeto, ora sob coordenação do Ministério da Justiça. • Modernização do Passaporte Brasileiro – No que tange à participação do ITI, todas as ações foram executadas, aguarda-se agora providências por parte do MRE para implementação do Novo Passaporte, previsto para 2015. • Identidades Funcionais da Polícia Federal – Não houve evolução no decorrer de 2014. • Sistema de Validação de Informações Aduaneiras no Comércio Intrazona – Não ocorreram demandas ao ITI relativas ao Projeto. • Identidades Funcionais do Conselho de Medicina – Projeto Implementado.

ção: 5.1	CertForum
Objetivo:	O CertForum, realizado pelo ITI desde 2003, consolidou-se como o maior evento sobre certificação digital do País, nele são discutidos e apresentados os principais benefícios do uso da certificação digital da ICP Brasil.
Prazo:	2014 (Continuada)
Meta	O CertForum é realizado em uma única edição anual em Brasília.
Responsável:	Assessoria de Comunicação
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 4858 – Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital ICP – Brasil
Execução 2014	<p>Execução (%): 100</p> <p>No intuito de divulgar e popularizar os benefícios da Certificação Digital, o ITI organizou o 12º CertForum – Fórum de Certificação Digital, realizado nos dias 27 e 28 de maio, em Brasília.</p> <p>O 12º CertForum reuniu representantes das iniciativas privada e pública e estudiosos para mesas e debates sobre a certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. O Fórum foi composto por nove mesas e mais de vinte palestrantes, que trataram de temas como a utilização do certificado digital no processo de desburocratização do repasse de informações das empresas para o governo, em aplicações de estratégia e defesa nacional e na área da saúde.</p> <p>O evento também teve como destaque o balanço sobre a atual gestão do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI e o debate sobre questões de direito e tecnologia.</p> <p>O 12º CertForum foi realizado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI em parceria com a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital – Abr id, e teve o patrocínio das empresas Boa Vista Certificadora Digital, Certisign, Correios, Digitalsign, Gemalto, Kryptus, ScytI, Serasa Experian, Soluti e Valid Certificadora Digital.</p>

Ação: 5.2	Revista Institucional – Revista Digital
------------------	---

Objetivo:	Levar aos vários segmentos da sociedade perspectivas mais aprofundadas dos temas sobre os benefícios e aplicações da certificação digital ICP – Brasil. É o principal veículo de comunicação do Instituto. Sua linha editorial aborda temas atualizados sobre os avanços da certificação digital no País, consolidando-se dessa forma, como um espaço de debate, publicização e inserção de ações do ITI em seu mercado de atuação.
Prazo:	2014 (Continuado)
Meta	A revista Digital tem periodicidade semestral de publicação e a meta é manter o padrão de uma edição por semestre, ou seja, duas edições anuais.
Responsável:	Assessoria de Comunicação
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 4858 – Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital ICP – Brasil
Execução 2014	Execução (%): 60 Em 2014 foi feita a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de editoração e tradução com vistas à produção de duas edições da revista institucional do ITI – Revista Digital Ano 2013 e da edição de 2014. Além da contratação de empresa para impressão gráfica de cinco edições da revista Institucional do ITI – Sendo: 02 edições da Revista Digital Ano 2012, 02 edições da Revista Digital ano 2013 e 01 edição da Revista Digital ano 2014.

Ação: 5.3	Newsletter – Boletim Digital
Objetivo:	O Boletim Digital é uma publicação do ITI, sendo divulgado para um mailing de mais de 6000 e-mails cadastrados junto à Assessoria de Comunicação.
Prazo:	2014 (Continuada)
Meta	Divulgar os avanços e os benefícios da Certificação Digital ICP Brasil em 40 edições anuais, em média.
Responsável:	Assessoria de Comunicação
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 4858 – Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital ICP – Brasil
Execução 2014	Execução (%): 100 No primeiro semestre de 2014 foram emitidos 15 edições do Boletim Digital. Durante o período eleitoral de 05/07/2014 a 28/10/2014, as ações de divulgação e publicidade do Instituto foram suspensas. A ação está de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM-PR nº 6, que dispõe sobre a suspensão de publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal no período eleitoral de 2014. A partir do dia 27/10/2014, as edições do Boletim Digital foram reativadas, tendo sido emitidas 24 edições do informativo no ano de 2014.

Ação: 5.5	Participação e cobertura de eventos de interesse da instituição
Objetivo:	Participar de eventos que promovam e divulguem os benefícios da Certificação Digital ICP Brasil ou contribuam para a formação do quadro funcional.
Prazo:	2014 (Continuada)
Meta	Participar de eventos de interesse do ITI, a critério da Administração.
Responsável:	Assessoria de Comunicação
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 4858 – Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital ICP – Brasil
Execução 2014	Execução (%): 100 No exercício de 2014, a ASCOM participou dos seguintes eventos: <ul style="list-style-type: none"> – Congresso e Exposição TI&Varejo; – Oficina sobre arenas multiuso em São Paulo;

	<ul style="list-style-type: none"> – Primeira edição do Fórum Nacional de Segurança da Informação; – 7º Fórum de TI do Banrisul; – II Seminário Nacional de Certificação Digital; – 19º Cars, Payment & Identification; – Encontro Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet – NETmundial – XXIV – Convenção da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná- FACIAP.
--	---

Ação: 5.7	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Objetivo:	Promover a qualificação e requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Prazo:	2014 (Continuado)
Meta	20(vinte) servidores treinados no ano de 2014
Responsável:	Coordenador da CGPOA/CRH – Coordenação de Recursos Humanos
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 2000 – Administração
Execução 2014	<p>Execução (%): 105%</p> <p>No ano de 2014 foram treinados 17 servidores nas áreas de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 2 Servidores – Laticrypt 2014 – Florianópolis – SC – Valor R\$ 510,00 ✓ 2 Servidores – Seminário Regional de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público – Rio de Janeiro – Valor R\$ 200,00 ✓ 4 Servidores – Repactuação de Contratos Terceirizados e Reequilíbrio Econômico-Financeiro – Brasília – Valor - R\$ 7.160,00 ✓ 1 Servidor – Contabilidade aplicada no Setor Público Brasília – Valor R\$ 221,00 ✓ 5 Servidores – Análise de Ponto de Função: Fundamentos, benefícios e implantação – Brasília – Valor R\$ 1.995,00 ✓ 3 Servidores – Capacitação em Análise de Pontos de Função, Medição e Estimativa de Software – Brasília – Valor R\$ 2.697,00 ✓ 1 Servidor – Auditoria Governamental – Sem customizar ✓ 1 Servidor – Controle e Auditoria Interna – Sem customizar ✓ 2 servidores – IV Congresso internacional de Informação de Custos e Qualidade do Custo no setor Público CQ – Sem custo. <p>Os demais treinamentos previstos não foram realizados por limitação orçamentária.</p>

Ação: 5.8	Promover treinamento especializado em Tecnologia da Informação e matérias afins para os profissionais do ITI
Objetivo:	Prover ao pessoal envolvido em TI treinamento apropriado para manter, desenvolver e atualizar o conhecimento, especialização, habilidades e segurança para atingir os objetivos organizacionais
Prazo:	2014
Meta	<p>Plano de Treinamento em TI para 2014</p> <p>Cursos</p> <p>– Gestão, Mapeamento e Auditoria da Informação e do Conhecimento</p> <p>Indicador: 5 servidores da DINFRA, 3 servidores do Gabinete, 5 servidores da CGPOA/CODIS e 1 servidor da CGPOA.</p> <p>Métrica: mínimo de 6 servidores/ano</p> <p>– Gestão da Continuidade de Negócios – Norma BS 25999</p> <p>Indicador: 6 servidores da DINFRA, 3 servidores do Gabinete, 5 servidores da CGPOA/CODIS e 1 servidor da CGPOA.</p> <p>Métrica: mínimo de 6 servidores/ano</p> <p>– Gestão de Risco – NBR/IEC 31000</p> <p>Indicador: 7 servidores da DINFRA, 3 servidores do Gabinete, 5 servidores da CGPOA/CODIS e 1 servidor da CGPOA.</p> <p>Métrica: mínimo de 6 servidores/ano</p> <p>– Virtualização</p>

	<p>Indicador: 3 servidores da DINFRA, 1 servidor da DAFN e 2 servidores da CGPOA/CODIS Métrica: mínimo de 4 servidores/ano – CISSP – Curso Preparatório para Certificação em CISSP-Certified Information Systems Security Professional Indicador: 3 servidores da DINFRA e 2 servidores do Gabinete Métrica: mínimo de 3 servidores/ano – Técnica de Contagem de ponto de função Indicador: 3 servidores da CGPOA/CODIS Métrica: mínimo de 2 servidores/ano – Treinamento especializado na área de comunicação (Adobe e CorelDraw) Indicador: 1 servidor do Gabinete Métrica: mínimo de 1 servidor – PKI Public Key Infrastructure – Módulo Avançado Indicador: 6 servidores da DINFRA, 8 servidores da DAFN e 1 servidor da CGPOA/CODIS Métrica: mínimo de 4 servidores/ano – LPI 1 e 2 – Linux – Certificação Indicador: 6 servidores da DINFRA e DAFN e 4 servidores da CGPOA/CODIS Métrica: mínimo de 4 servidores/ano – LINUX – Administração Indicador: 4 servidores da DINFRA e 1 servidor da DAFN Métrica: mínimo de 3 servidores/ano – Gerenciamento de Requisitos Indicador: 3 servidores da CGPOA/CODIS Métrica: mínimo de 2 servidores/ano – Gerenciamento de Qualidade e Testes Indicador: 3 servidores da CGPOA/CODIS Métrica: mínimo de 2 servidores/ano – Planejamento de Contratação de TI Indicador: 3 servidores da Procuradoria e 3 servidores da DAFN Métrica: mínimo de 3 servidores/ano – Direito Digital/Eletrônico e de Tecnologia da Informação Indicador: 3 servidores da Procuradoria Métrica: mínimo de 1 servidor/ano – Auditoria Forense Indicador: 1 servidor da DAFN Métrica: mínimo de 1 servidor/ano – Segurança de Redes e Sistemas Indicador: 1 servidor da DAFN Métrica: mínimo de 1 servidor/ano – Arquitetura e Protocolos de Rede Indicador: 1 servidor da DAFN Métrica: mínimo de 1 servidor/ano</p>
Responsável:	CGPOA/CRH – Coordenação de Recursos Humanos
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 2000 – Administração
Execução 2014	<p>Execução (%): 17 No ano de 2014 foram treinados 10 servidores nas áreas de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 2 Servidores – Laticrypt 2014 – Florianópolis – SC – Valor R\$ 510,00 ✓ 5 Servidores – Análise de Ponto de Função: Fundamentos, benefícios e implantação – Brasília – Valor R\$ 1.995,00 ✓ 3 Servidores – Capacitação em Análise de Pontos de Função, Medição e Estimativa de Software – Brasília – Valor R\$ 2.697,00 <p>Os demais treinamentos previstos não foram realizados por limitação orçamentária.</p>

Ação: 7.1	Promover levantamento das demandas de investimento para elaboração de Projeto de Investimentos para 2014
Objetivo:	Disponer de um Projeto de Investimentos de longo prazo com vistas a gestionar junto à Setorial e à SOF crédito orçamentário especial para fazer frente a tais investimentos. O projeto servirá de base para elaboração de Registro de Preços, de forma a otimizar a utilização do orçamento em 2014.
Prazo:	2014
Meta	Concluir o Projeto.
Responsável:	CETI – Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação

Recursos Orçamentários	Serão utilizados recursos orçamentários, de acordo com a alocação do investimento.
Execução 2014	Execução (%): 0 Tendo em vista as restrições orçamentárias, optou-se por tratar as demandas de investimento no âmbito do CETI.

Ação: 7.2	Monitorar Projetos de Lei que disciplinem o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação digital de interesse da ICP Brasil.
Objetivo:	Conhecer, acompanhar, prestar apoio técnico para que os Projetos de Lei que envolvam assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação digital contribuam para a massificação do uso da certificação digital da ICP Brasil.
Prazo:	2014 (permanente)
Meta	Contribuir para a Massificação da Certificação Digital ICP Brasil.
Responsável:	Gabinete
Recursos Orçamentários	Ação orçamentária 2000 – Administração da Unidade
Execução 2014	Execução (%): 80% O acompanhamento ainda é feito de forma não sistemática pelas diversas áreas do Instituto, de acordo com seu interesse específico e até o estabelecimento de estrutura adequada e dedicada.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente

Dilma Vana Rousseff Linhares

Casa Civil da Presidência da República

Ministro-Chefe da Casa Civil

Aloizio Mercadante Oliva

Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI

Autorquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República

Diretor – Presidente

Renato da Silveira Martini

Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA

Maurício Augusto Coelho

Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização – DAFN

Pedro Paulo Lemos Machado

Coordenador Geral de Planejamento, Orçamento e Administração

Liomar Santos Torres

Procurador Chefe

André Pinto Garcia

Planejamento Estratégico 2012-2014

Desenvolvido pelo Grupo Técnico de Trabalho, designado pela Portaria nº 9, de 07 de março de 2012, cujos integrantes são:

Alexandre Menezes Ribeiro – DAFN

Antonio Sergio Borba Cangiano – GABINETE

Maria Izilda Ferreira – CGPOA

Ruy César Ramos Filho – DINFRA

Brasília – Fevereiro/2015